

BREVE INTRODUÇÃO
À ARQUEOLOGIA
BRASILEIRA
PARA EUROPEUS

20 CAMINHOS DE
RESPOSTA PARA OUTRAS
TANTAS QUESTÕES

ANDRÉ SOARES E
LUIZ OOSTERBEEK



INSTITUTO TERRA E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Série

APHELEIA / 'AΦ'EAEIA

Propriedade:

Instituto Terra e Memória

Direcção

Direcção do ITM

Autores deste volume

André Soares e Luiz Oosterbeek

© 2014, ITM e autores

Composição

ITM

Concepção gráfica da coleção

Candeias Artes Gráficas – Braga
www.candeiasag.com

Tiragem:

500 exemplares

Depósito legal: 379791/14

ISBN: 978-989-99131-0-3

Mação, 2014

APHELEIA / 'AΦ'EAEIA é uma série monográfica, editada pelo Instituto Terra e Memória. O seu objectivo é oferecer a um público vasto a introdução a temas complexos, explicitando-os de uma forma ao mesmo tempo problematizante e simples. A série assume a necessidade de, perante o *caos* informativo que caracteriza a sociedade actual, promover uma discussão profunda sobre os fundamentos das diferentes áreas de conhecimento académico, sobre o que as une ou as distingue, e sobre as suas declinações aplicadas, nos planos temático e regional. O projecto da Série APHELEIA / 'AΦ'EAEIA é o apoio à construção de um programa transdisciplinar, que não perca as conquistas da especialização científica mas ultrapasse as barreiras epistemológicas e institucionais que estas criaram, assumindo a socialização do conhecimento rigoroso como a mais importante tarefa do início do III milénio. Neste sentido, a série acolherá textos breves, que estimulem a pesquisa autónoma dos leitores e o debate académico e cultural, nos domínios das ciências humanas e sociais, das ciências da terra e da vida e da filosofia.

Solicitamos permuta

On prie l'échange

Exchange wanted

Tauschverkehr erwünscht

Sollicitiamo scambio

Contactar:

Instituto Terra e Memória

Lg. dos Combatentes

6120-750 Mação, Portugal

Email: itm.macao@gmail.com

Website: www.institutoterramemoria.org



INSTITUTO TERRA E MEMÓRIA

BREVE INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA BRASILEIRA PARA EUROPEUS

20 CAMINHOS DE RESPOSTA PARA OUTRAS TANTAS QUESTÕES

ANDRÉ SOARES E
LUIZ OOSTERBEEK

Com o apoio de:



INSTITUTO TERRA E MEMÓRIA

Comissão Instaladora

Luiz Oosterbeek
José Manuel Saldanha Rocha
Pierluigi Rosina

Assessores da Comissão Instaladora

Anabela Borralheiro Pereira – Administração
e Museu de Arte Pré-Histórica
Jedson Cerezer – Relações com o Brasil
Nelson Almeida – Secretário

Coordenadores de Unidades

Davide Delfino (Escola de Verão de Arqueologia)
Jedson Cerezer (Lab. Tecnologia Cerâmica)
Margarida Morais (Espaços de Memória)
Nelson Almeida (Zoo-Arqueologia)
Pedro Cura (Socialização do Conhecimento)
Sara Cura (Lab. Tecnologia Lítica)
Sara Garcês (Lab. Arte Rupestre)

Biblioteca

Fernanda Torquato (consultoria)
Isabel Afonso
Margarida Pacheco

Apoio técnico

Isabel Loio
Rosa Fernandes
Rui Machado

Conselho Científico

Pierluigi Rosina (Presidente)
Ana Rosa Cruz
André Soares
Ari de Carvalho
George Nash
Hipólito Collado
Ingelore Scheunemann
João Corte Real
José Júlio Garcia Arranz
Luís Mota Figueira
Mariano Piçarra
Rui Pena dos Reis
Stefano Grimaldi

Membros Institucionais

Câmara Municipal de Mação
Instituto Politécnico de Tomar
Centro de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo
Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo
Universidad de Extremadura (Espanha)
Universidade do Extremo Sul Catarinense (Brasil)
Sociedade Intercâmbio Internacional Cultural e Económico China-Países Lusófonos
Man Tong Lda.(China)
Benefits & Profits

KTI – Investigação de Recursos e Inovação Territorial e Cultural

TP – Tempos Pré-Históricos

Linha de pesquisa Paleoambientes e Comportamento Humano

(Geologia do Quaternário, Paleoecologia, Ecologia Humana)
Pierluigi Rosina (coord.)
Luís Santos
Sara Cura
Silvério Figueiredo
Stefano Grimaldi
Cristiana Ferreira
Hugo Gomes
Nelson Almeida
Pedro Cura

Linha de Pesquisa Culturas e Territórios

(Arqueologia da Paisagem, Gestão do Património, Gestão Integrada do Território)
Luiz Oosterbeek (coord.)
Alma Nankela
Davide Delfino
Fernando Coimbra
George Nash
Hipólito Collado
Tiago Tomé
Anabela Borralheiro Pereira
Cristina Martins
Henrique Mourão
Ivo Oosterbeek (Benefits & Profits)
Izabela Bahia
Jedson Cerezer
Margarida Morais
Rosário Wanon
Sara Garcês
Sírja Borges
Vitor Teixeira (Benefits & Profits)

Endereço

ITM
Largo dos Combatentes
6120-750 MAÇÃO, Portugal

ESTRUTURAS EM REDE

Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar / CEIPHAR

Ana Rosa Cruz
Ana Graça
Paula Silva

Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo

Pierluigi Rosina
Rui Constantino
Cidália Delgado
Ricardo Alves

ITM Brasil

Luiz Oosterbeek (Presidente)
Henrique Mourão (Director Executivo)
Mário Werneck
Fernanda Torquato
Jedson Cerezer
Rosa Abreu Barros

PUBLICAÇÕES EDITADAS PELO ITM, CEIPHAR E MAP

Série monográfica ARKEOS

1. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (1997). 1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico.
2. Oosterbeek, L. (1997). Echoes from the East: late prehistory of the North Ribatejo.
3. Cruz, A. R. (1997). Vale do Nabão: do Neolítico à Idade do Bronze.
4. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L.; Reis, R. P. (1997). Quaternário e Pré-História do Alto Ribatejo (Portugal).
5. Cruz, A. R.; Milliken, S.; Oosterbeek, L.; Peretto, C. (1999). Human Population Origins in the Circum Mediterranean Area: adaptations of the hunter-gatherer groups to environmental modifications.
6. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (1999). Perspectivas em Diálogo: 1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia (2 tomos).
7. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2000). Arte Pré-Histórica Europeia – O Método.
8. Bicho, N. F. (2000). Technological Change in the Final Upper Paleolithic of Rio Maior.
9. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2000). Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo I. Indústrias e ambientes.
10. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2000). European Prehistoric Art – Methodology and contexts.
11. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2001). Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo II. Santa Cita e o Quaternário da região.
12. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2002). Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo III. Arte Pré-Histórica e o seu contexto.
13. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2002). Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo IV. Complexos macrolíticos.
14. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2003). Arte Pré-Histórica, Arqueologia, Valorização.
15. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2004). Arte Rupestre, Pré-História, Património.
16. Cruz, A. R.; Oosterbeek, L. (2006). ArtRisk – ArtSigns. Research, rescue and management of prehistoric and rock art sites.
17. Bicho, N. F. (2006). Territórios da Pré-História em Portugal: a Pré-História do Algarve; the Prehistory of Algarve.
18. Calado, M. (2006). Territórios da Pré-História em Portugal: Alentejo.
19. Silva, C. T.; Soares, J. (2006). Territórios da Pré-História em Portugal: Setúbal e Alentejo litoral; Setúbal and coastal Alentejo.
20. Cardoso, J. L. (2006). Territórios da Pré-História em Portugal: Lisboa e Estremadura, a Pré-História recente e a Proto-História; Lisbon and Estremadura, the late Prehistory and the Protohistory.
21. Valera, A. C. (2006). Territórios da Pré-História em Portugal: Do Neolítico Inicial ao Final da Idade do Bronze no Interior Centro de Portugal; From the Early Neolithic to the Late Bronze Age in the inner Central Portugal.
22. Oosterbeek, L. (2008). Territórios, Mobilidade e Povoamento no Alto Ribatejo V. Balanço e perspectivas no ano do centenário do Museu de Francisco Tavares Proença Júnior.
23. Vilaça, R.; Cunha-Ribeiro, J. P. (2008). Territórios da Pré-História em Portugal: das primeiras ocupações humanas à chegada dos Romanos à Beira Litoral; from the earliest human occupations to the Romans arrival to the Beira Litoral.

24. Oosterbeek, L.; Bucu, C. (2008). Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros estudos de arte pré-histórica.
25. Oosterbeek, L.; Bucu, C. (2008). Gestão do Património Cultural.
26. Oosterbeek, L.; Santander, B.; Quagliuolo, M. (2010). Quality Heritage Management.
27. Portocarrero, G. (2010). Braga na Idade Moderna: paisagem e identidade.
28. Oosterbeek, L.; Sophiati, D. (2010). Projecto Porto Seguro: Jornadas de Arqueologia Iberoamericana.
29. Oosterbeek, L.; Nash, G. (2011). Landscape within Rock Art.
30. Cruz, A.R. (2011). A Pré-História Recente no Vale do Baixo Zêzere.
31. Oosterbeek, L.; Cerezer, J. F. (2012). Estudos de Tecnologia Cerâmica.
32. Oosterbeek, L.; Cerezer, J. F.; Campos, J. B.; Zocche, J. (2012). Arqueologia Ibero-Americana e Arte Rupestre.
33. Oosterbeek, L.; Martins, C.P.; Domingos, Z. (2012). Ebo e a Arte Rupestre do Sudoeste de África.
34. Cruz, A. R.; Graça, A.; Oosterbeek, L.; Rosina, P. (2013). 1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo. Homenagem a José da Silva Gomes.
35. Coimbra, F. A. (2013). RupTejo: Arqueologia Rupestre da bacia do Tejo I. Arte Rupestre da Idade do Bronze e da Idade do Ferro na Bacia Hidrográfica do Médio Tejo / Alto Tejo Português. Síntese descritiva.

Série AREA DOMENIU

1. AAVV (2002). Seminário Internacional “Gestão do território na Europa”.
2. Oosterbeek, L. (2002). Cursos de Formação ValTejo. Contributos para a caracterização e desenvolvimento da região.
3. Guimarães, C.; Espíndola, H.S.; Oosterbeek, L. (2006). I Congresso Euro-Brasileiro de Gestão do Património Cultural.
4. Oosterbeek, L. (2011). Direito ao Património para uma Gestão Integrada do Território.
5. Oosterbeek, L.; Ahmed, F. (2014). Congresso Luso-Brasileiro de Interfaces Multidisciplinares do Direito para a Gestão Integrada do Território.

Cadernos de Quaternário e Pré-História – série Arte Rupestre

1. Campos, L. (2008). Um olhar sobre a arte rupestre do Vale do Tejo.
2. Carvalho, M.F.F.M. (2008). Questions and contributions on rock art, developed through the study of Tagus ideomorphs.
3. Oosterbeek, L. (2008). El Arte del Tejo (Portugal) en el marco de los estudios de arte rupestre en Portugal.
4. Ignácio, E. (2008). A Arte Rupestre e o Ambiente Análise gráfica de cervídeos pintados no Parque Nacional serra da Capivara.
5. Paula, F.; Mungur-Medhi, J. (2008). Representação da Flora na Arte Rupestre.
6. Ignácio, E. (2008). Pego da Rainha Arte rupestre como marcador territorial de expansão cultural.
7. Oosterbeek, L.; Abreu, M.S. (2009). Global Rock Art – Resumos das comunicações do Instituto Terra e Memória.
8. AAVV (2011). Landscape within rock art – paisagem na Arte Rupestre.

9. Braga, A. S. (2012). Sítio Arqueológico Testa Branca II, Contribuinte a Arqueologia Brasileira. Estreito, Maranhão – Brasil.

Cadernos de Quaternário e Pré-História – série Arqueologia

1. Cunha, A.C.R. (2008). O sítio de Fonte da Moita (ensaio).
2. Oosterbeek, L. (2008). Arqueologias atravessando o Atlântico.
3. Silva Júnior, L. C. (2008). Diversidade e convergência das dinâmicas ambientais e humanas na região da Laguna dos Patos – para um programa de estudo paleo-ecológico do Banhado do Colégio, Camaquã – Rio Grande do Sul, Brasil.
4. Fuying, P. (2008). Contribution to ceramics studies of the Alto Ribatejo (Gruta do Cadaval and Anta 1 de Val da Laje, Tomar, Portugal).
5. Nascimento, T.T. (2008). Cerritos no Rio Grande do Sul, Brasil.
6. Paula, S. F. (2008). Contextos ambientais, indústrias e transição para o agro-pastoralismo. Vale do Tejo, vale do Guadiana (Baixo) e vale do Sado.
7. Gallou, A. (2008). Galeria Pesada: a Micoquian site in the Iberian Peninsula (essay).
8. Mungur-Medhi, J. (2008). Historical Archaeology in Mauritius. An insight in archaeology of slave sites.
9. Kaushik, N. (2008). Lapa do Picareiro (essay).
10. AAVV (2008). Memória descritiva do Projecto Museográfico da Ribeira da Ponte da Pedra.
11. Marques, M. P. T. (2010). Personalidades relevantes do Concelho de Mação.
12. Varghese, R. A. (2012). Interpreting the Ritual Complex of Nasranikunn – A Study of a Megalithic Complex in Central Kerala, South India.
13. Oosterbeek, Ivo (2012). A Gestão do Património Arqueológico em Portugal: uma análise racionalista sistémica.
14. Neri, J.C. (2012), Saco das Almas (Brejo-Maranhão, Brasil) e a Construção da Gestão Cultural Comunitária: Identidade, Direitos Humanos, Memória e Pré-História nos Territórios Quilombolas do Baixo Parnaíba Maranhense

Extra-Séries

Almeida, N.; Oosterbeek, L. (2013). Mudança Global. Símbolos e tecnologia nas origens do agro-pastoralismo no Alto Ribatejo (ed. Museu de Arte Pré-Histórica e do Sagrado do Vale do Tejo).

Borges, S.; Oosterbeek, L. (2013). Identidades e Diversidade Cultural. Património arqueológico e antropológico do Piauí-Brasil e do Alto Ribatejo-Portugal – Alto Ribatejo, Portugal (ed. da Função Cultural do Piauí com o ITM).



ÍNDICE

Prefácio	11
Modos de olhar as dinâmicas humanas no território	15
AS IDEIAS	
1. Quais as origens e evolução da arqueologia brasileira?	17
2. Que conceitos e paradigmas estruturaram a arqueologia brasileira?	21
3. Como é que a arqueologia brasileira aborda as dinâmicas humanas no território?	24
4. Como é que a arqueologia brasileira estuda as dinâmicas culturais e técnicas, no tempo?	32
5. O que são, e quais são, as tradições arqueológicas?	35
OS PROCESSOS	
6. Quais os mais antigos vestígios de presença humana no Brasil?	51
7. Como se processou a transição para a economia de produção no território brasileiro?	53
8. Não se formaram sociedades complexas no Brasil pré-colonial?	56
9. Quais as principais linhas de pesquisa de arqueologia do contacto?	59
10. O que sabemos sobre a arte rupestre no Brasil?	62
11. O que é a arqueologia dos quilombos?	67
12. Qual o quadro geral da arqueologia histórica no Brasil?	71
13. O que é a arqueologia dos Sete Povoados Missioneiros?	73
14. Como se desenvolvem os estudos de tecnologia na arqueologia brasileira?	75
ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE	
15. Como é que a arqueologia no Brasil se articula com as outras ciências e com a sociedade?	77
16. Como se assegura o direito à cultura e ao património?	83
17. Como se processa a educação patrimonial?	85
18. Como se relaciona a arqueologia com os museus?	89
19. Qual a situação da arqueologia sub-aquática?	92
20. Existem projectos de arqueologia articulados com gestão territorial?	94
Posfácio	97
Para saber mais	101
Referências na Internet	107



PREFÁCIO

Breve introdução à arqueologia brasileira para europeus, 20 caminhos de resposta para outras tantas questões, de autoria de André Soares e Luiz Oosterbeek, oferece um panorama acessível da arqueologia brasileira, num relato informativo sequencial, que não pretende ser um manual de arqueologia brasileira, uma história de seu desenvolvimento ou a discussão da comunidade científica atual. Mas oferece enorme cabedal de informações e elementos para a discussão de cada um desses temas. Ele fala de objetos de estudo, enfoques teóricos, metodologias, quebras de paradigma, afiliação a tendências, da Europa e dos Estados Unidos, destaca nomes de arqueólogos ativos e lista as instituições de ensino e pesquisa. É uma versão ampla, acessível e de fácil leitura sobre arqueologia brasileira para um curso universitário português, donde parece ter nascido. As ilustrações são, predominantemente, de informações divulgadas pela internet.

O livro deixa muito claro que não é fácil abarcar num só texto todos os aspectos da arqueologia brasileira. O Brasil é um continente, com imensa extensão tropical, que abriga florestas, cerrados, caatinga e um enorme pantanal, mas também se estende sobre grande área subtropical com outros tipos de florestas, campos de altitude e campinas. Estes ambientes resultaram em apropriações diferentes pelo Homem brasileiro desde o final do Pleistoceno Superior e durante todo o Holoceno. Se este homem é único ou múltiplo em sua origem, desenvolvimento e sobrevivência é uma questão que aumenta a complexidade do estudo no Brasil, um dos países americanos com maior diversidade cultural indígena.

O interesse dos brasileiros pela arqueologia é recente e muitos de seus iniciadores estão vivos, alguns continuam atuando. Ao contrário do que aconteceu no hemisfério norte e em países latino-americanos, o sistema universitário do país é recente, da década de 1930, a pesquisa e a pós-graduação foram implementadas apenas na segunda metade do século XX. Sem tradição arqueológica, a formação de arqueólogos e a legislação de proteção aos sítios arqueológicos são também da segunda metade do século XX.

O Brasil, apesar de seu tamanho, até meados do século passado, só existia mesmo ao longo do litoral e do rio Amazonas. A capital era o Rio de Janeiro, o território era agrário, dominado por latifúndios. A transferência da capital, Brasília, para o centro geográfico do país, provocou a interiorização, a abertura de estradas nacionais e a expansão do agronegócio capitalista por cima do cerrado. A ditadura, instalada em 1964, com forte viés nacionalista e firme vontade de promover todas as áreas e ambientes, incluindo a Amazônia, abriu estradas federais ligando as regiões distantes. Por outro lado provocou a urbanização da população, que passou a exigir mais esco-

las, a multiplicação de universidades e o conhecimento da história passada do país. É este o contexto em que nasceu a arqueologia brasileira e nele deve ser lido o aparecimento das duas mães: Annette Laming-Emperaire, representando uma tendência francesa e Betty J. Meggers, uma tendência norte-americana.

À tendência francesa interessavam os caçadores antigos das grutas mineiras e os sambaquis do litoral atlântico. Nas grutas estavam também as pinturas rupestres. As pesquisas eram localizadas e minuciosas com grandes escavações. Os primeiros arqueólogos foram quase todos vacinados por Annette, mas além desta influência difusa, passou a existir no Brasil, em caráter permanente, uma missão arqueológica francesa. As tendências arqueológicas vindas da França continuam predominando no país.

À representante norte-americana interessavam principalmente as populações ceramistas, antecessoras das populações indígenas atuais. O objetivo dessa outra mãe era produzir amostras das culturas indígenas passadas e sua distribuição no tempo e no espaço. Para isto eram necessários grandes projetos distribuídos pelo território nacional. O PRONAPA (1965-1970) cobriu o litoral do norte ao sul do país; o PRONAPABA, após a conclusão do anterior, cobriu todos os grandes afluentes do rio Amazonas. Programas paralelos de brasileiros, treinados pelas duas mães e usando objetivos e metodologias semelhantes, passaram a cobrir o cerrado, a caatinga, o pantanal, as matas e campos do subtrópico. Estes novos arqueólogos estabeleceram tradições culturais nos diversos ambientes, com suas características e cronologias. Esta arqueologia expansiva gozava de apoio maciço de jornais, revistas e a participação das novas universidades que se iam formando nas cidades do interior. Ela criou uma espécie de cultura popular com relação às culturas indígenas brasileiras. A partir dela nasceu, em Goiânia, no interior do cerrado, a SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira).

Com ela, a arqueologia foi se tornando acadêmica e científica. Ela incorporou a arqueologia histórica, a zooarqueologia, a bioantropologia, a arqueologia ambiental, a arqueologia social, até a arqueologia clássica ou mediterrânea.

A arqueologia acadêmica teve seu tempo de domínio e logo nasceu a arqueologia de contrato, empresarial, com viés de patrimônio.

A formação dos arqueólogos brasileiros sempre foi diversificada. Seu curso básico, às vezes também sua pós-graduação, podia ser história, ciências naturais, geologia, geografia, ambiente, biologia, antropologia, letras clássicas, até de serviço social, situação que poderia ter levado à interdisciplinaridade. Na realidade levou a grande diversidade de abordagens: estratigráfica, técnica, geológica, de geografia humana, antropológica, histórica, ambiental, social e política. E a demora em criar centros com tendências consolidadas fez que os modismos do Primeiro Mundo impactassem fortemente no seu desenvolvimento, criando instabilidade e tensões.

A arqueologia criada no país ainda se esforça por ultrapassar o abastecimento do mercado interno, que foi muito importante, mas que não pode ser predominante num mundo globalizado.

Recentemente, em função de um mercado de trabalho superaquecido, foram criados novos centros de treinamento por todo o país, com grande injeção de novos doutores, formados no país e no exterior. Ao menos inicialmente esta é destinada a ser mão-de-obra para a arqueologia empresarial.

A percepção popular do arqueólogo também acompanha esta evolução: inicialmente um explorador que trazia grandes novidades, depois um acadêmico minucioso e exigente, que escreve para seus colegas, finalmente um peão de empresa que libera terreno para construção, ou um aliado de minorias que reclamam direitos.

Os autores foram muito felizes em seu trabalho reunindo, num relato simples e agradável, informações básicas para compreender e discutir a arqueologia brasileira.

Pedro Ignácio Schmitz

*Instituto Anchieta de Pesquisas
IAP - Unisinos*

MODOS DE OLHAR AS DINÂMICAS HUMANAS NO TERRITÓRIO

Neste livro buscamos estruturar as questões iniciais com que se depara o estudante ou o pesquisador Europeu que busca um primeiro contacto com a arqueologia brasileira, apontar caminhos de debate e apresentar algumas respostas. Certamente longe de ser um trabalho completo, tenta esclarecer aspectos do desenvolvimento da disciplina e sua formação no país.

Na verdade, no momento em que o Brasil se afirma como uma grande potência internacional, e em que ocorrem profundas transformações na geo-estratégia do planeta, a atenção de muitos pesquisadores e estudantes de arqueologia da Europa também se vira para esse país de dimensões continentais.

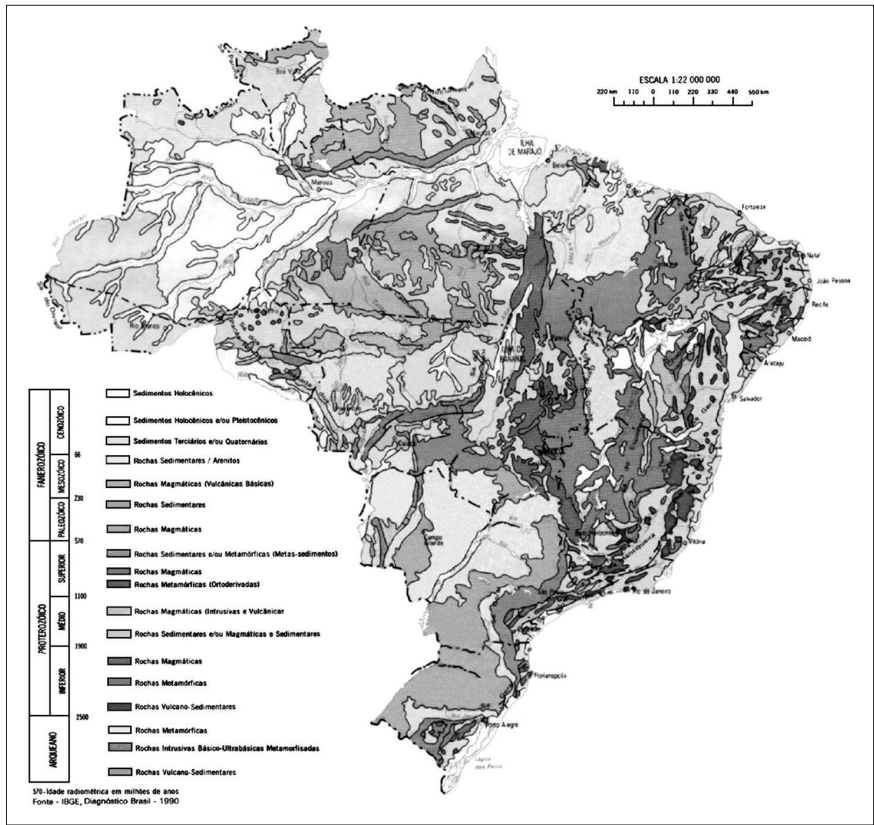


FIG. 1. Mapa geológico do Brasil (fonte IBGE)

BREVE INTRODUÇÃO À ARQUEOLOGIA BRASILEIRA PARA EUROPEUS
MODOS DE OLHAR AS DINÂMICAS HUMANAS NO TERRITÓRIO

Entender a arqueologia brasileira implica começar por entender a grande diversidade do território brasileiro e o facto de ainda ser pouco conhecido do ponto de vista da arqueologia (quando comparado com os continentes Europeu ou Asiático, por exemplo, e mesmo com outros países latino-americanos). Mas implica entender, também, uma dinâmica de investigação que envolve equipas muito bem estruturadas em diversas universidades e centros de pesquisa, que tiveram um crescimento enorme nos últimos anos mas que se apoiam em décadas de trabalho de pendor científico, marcadas também por fortes intercâmbios com a academia internacional.

Se é verdade, como veremos, que a arqueologia brasileira é primordialmente influenciada por paradigmas da antropologia americana, não podemos deixar de assinalar que, na década de 20 do século passado, foi no Brasil que Lévi-Strauss estruturou em grande medida o seu pensamento, quando integrava uma missão científica de que faria parte, entre outros, Fernand Braudel. A antropologia e a história tal como hoje as conhecemos têm por isso, no Brasil, uma raiz que o estudioso europeu de arqueologia brasileira perceberá. As dicotomias levi-straussianas ou o tempo longo de Braudel também se forjaram percorrendo os sertões e conversando com os intelectuais brasileiros.

É sobretudo esse encontro cultural que pode ser mais profícuo. Por isso pensámos neste pequeno livro¹, que está a meio caminho entre o roteiro e o “aguçador de apetite”, e que se estrutura em torno de questões que podem surgir na mente do leitor, esboçando respostas que o leitor poderá depois aprofundar e destacando pontuações marcadas pela diversidade de olhares. Vale a pena os arqueólogos europeus e brasileiros trabalharem em conjunto, aprendendo mutuamente.

A primeira regra, como em qualquer pesquisa, é saber escutar, e tentar construir um diálogo rigoroso com colegas que pensam de forma distinta, mais antropológica e ambiental no Brasil ou mais histórica e geológica na Europa.

Santa Maria / Mação, 2014

¹ O livro começou a ser pensado durante a estadia de André Soares em Mação e Tomar, Portugal, enquanto Professor visitante Erasmus Mundus, do programa de Mestrado em Quaternário e Pré-História (Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre), ministrado pelo Instituto Politécnico de Tomar com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Universidade de Ferrara, a Universidade de Tarragona e o Museu Nacional de História Natural de Paris. Os autores agradecem também o apoio do Centro de Geociências da Universidade de Coimbra, através do Grupo de Quaternário e Pré-História sedado no Instituto Terra e Memória em Mação, de que fazem parte.

AS IDEIAS

1. Quais as origens e evolução da arqueologia brasileira?

A pesquisa sistemática no e sobre o Brasil remonta ao reinado de Dom Pedro II e ao patrocínio de diversas expedições de ‘desbravamento’ do território, do ponto de vista científico. Daí resultaram dois elementos importantes: a herança européia na abordagem acadêmica e uma ciência feita por estrangeiros, mais interessados no Brasil que os nacionais durante os meados do século XIX. São deste período as pesquisas de Peter Lund na gruta de Lagoa Santa (Estado de Minas Gerais, em 1834), que descobriu esqueletos humanos associados a fauna extinta e contextos mais tarde datados de 11.500 anos Antes do Presente (AP).

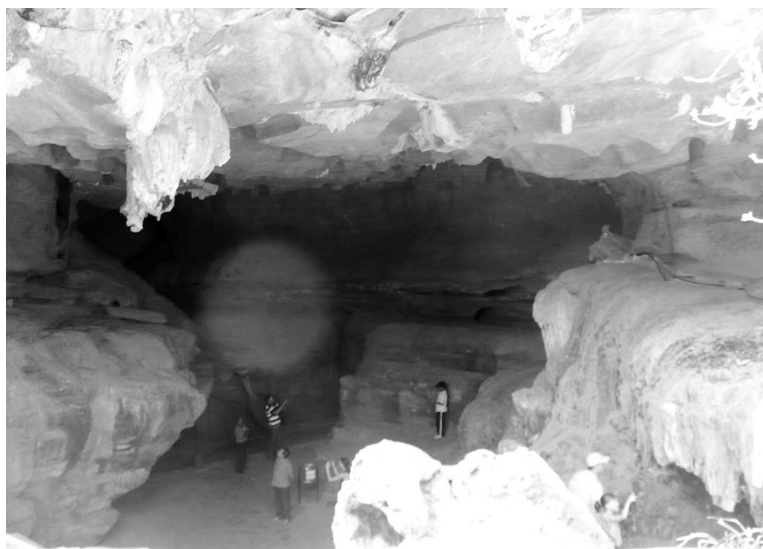


FIG. 2. Gruta de Lagoa Santa

Na virada para o século XX, as instituições que desenvolviam pesquisas podem ser resumidas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro (capital federal nessa época), ao Museu Histórico Nacional e ao Museu Paulista, onde vivia a oligarquia baseada no café. Com um corpo intelectual com formação fora do país, as ideias eugenistas de inferioridade ou superioridade racial desenvolvidas por Nina Rodrigues (1862-1906) na Faculdade de Medicina da Bahia, ou o arianismo em Oliveira Viana (1883-1951), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ou ainda nas teses sobre a

necessidade de classificação das “classes perigosas” através de um sistema científico em Silvio Romero (1851-1914), da Faculdade de Direito de Recife, reiteravam as teses da nascente antropologia cultural (ou etnologia social), que via nas diferenças morfológicas a causa da hierarquia social e da inferioridade do indígena brasileiro, como defendia o diretor do Museu Paulista, Hermann Von Ihering. Sob este enfoque, o passado brasileiro não trazia grandes perspectivas, pois o indígena era visto como incapaz e indolente, destinado a extinção em contato com a civilização.

É também na virada do século XIX para XX que irão se multiplicar teses sobre a presença fenícia no Brasil, ou buscando associar a arte rupestre a uma forma e escrita atribuída a povos do oriente, próximo ou distante, talvez por tentarem resgatar ou imputar um passado mais glorioso ao país e aos índios.

Na abordagem desta temática, recomenda-se também a leitura do livro “História da arqueologia brasileira” escrita por Alfredo Mendonça de Souza, que é um dos fundamentos básicos para a compreensão do processo de construção da arqueologia no Brasil.

A partir de 1935, a presença da missão francesa, integrando nomes como Claude Lévi-Strauss ou Fernand Braudel, teve pouca influência direta nos trabalhos de arqueologia, embora fosse fundamental para criar um esteio teórico que marcou o pensamento desses autores (e, com eles, das ciências humanas e sociais) e da academia brasileira.

Mas a segunda mudança significativa na história da arqueologia brasileira acontece após o Golpe civil militar em 1964. Um acordo entre o Ministério de Educação e Cultura e o *United States Agency for Inter-America Development* (acordo MEC – USAID) estabeleceram as regras para o mundo acadêmico, aí incluindo a arqueologia. Em outubro de 1964 o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas da Universidade Federal do Paraná abriga o 1º seminário para arqueólogos brasileiros, a fim de ensinar uma metodologia de pesquisa uniforme para os arqueólogos brasileiros espalhados em todo território nacional. A vinculação dos arqueólogos ao casal Clifford Evans e Betty Meggers, do Smithsonian Institution, estendeu-se para bem além dos 5 anos de duração do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA, 1965-1970).

Estes pesquisadores se aliaram, mesmo se não explicitamente, aos preceitos acadêmicos esposados pelo regime militar, o que geraria uma clivagem futura que, por vezes, não seria apenas no âmbito da teoria da arqueologia, revestindo-se de conotações políticas.



FIG. 3. O Casal Clifford Evans e Betty Meggers, cerca de 1950

A influência norte-americana, que determinaria o pendor antropológico da arqueologia brasileira, não foi exclusiva. Em outro sentido, também no Paraná, Annete Laming-Emperaire capacitava outros pesquisadores, desde 1954, através da pesquisa de sambaquis no litoral do Estado, e mais tarde de pesquisas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais.



FIG. 4. Annete Laming-Emperaire

A influência francesa e europeia contribuiu com um metodologia, técnica e teorias opostas ao modelo americano do casal Betty Meggers e Clifford Evans, focados no método das séries e na escavação de sondagens-diagnóstico. Através das escavações em áreas amplas e influência clara de André Leroi-Gourhan, iniciou outros arqueólogos à análise do material lítico e da arte rupestre, inseridos nos contextos culturais da pré-história.

Uma vez que a arqueologia brasileira tinha como característica um passado relativamente recente, ela se tornou, com exceções, uma arqueologia dos grupos indígenas. Para isso contribuíam também o fato de os recursos disponíveis serem demasiado escassos para a dimensão do território continental, a influência da escola norte-americana de análise de estudos de cerâmica (assumida como principal “fóssil diretor”), a possibilidade de se ter acesso a sociedades indígenas que ainda produziam cerâmica, o registo de algumas línguas desde o século XVI que ainda eram faladas por grupos indígenas, e a escassez de artefatos não cerâmicos nos contextos conhecidos da arqueologia brasileira.

Naturalmente existiram diversas exceções, como a arqueologia que trabalhava com grupos de caçadores-coletores, de pescadores, de ceramistas de contextos com datações recuadas sem correlatos etnográficos, assim como com grupos produtores de arte rupestre, entre outros. Ainda assim, as analogias históricas, etnográficas e outras ampararam o conhecimento e a construção de modelos interpretativos para os sítios arqueológicos brasileiros.

Esta arqueologia, focada no período pré-cabralino ou pré-hispânico, concentrada nos períodos entre o final do pleistocénico e sobretudo no holocénico, tem utilizado um critério geo-ambiental para dividir o território do país. Assim, uma ênfase bastante grande é dada ao compartimento vegetal e ambiental ao qual os sítios estão associados, em detrimento do estrato geológico².

Os principais núcleos desses profissionais surgiram primeiro na década de 1960 no Paraná (Cepa-UFPR), em São Paulo (IPH-USP) e Minas (MHN-UFGM); depois em Belém (MPEG), Rio Grande do Sul (Unisinos), Rio de Janeiro (CBA-Museu Nacional e IAB) e em Goiás (UCG, MA-UFGO), já na década de 1970. No caso da arqueologia Subaquática, as instituições são apresentadas no item 17.

² (ver item 2).

2. Que conceitos e paradigmas estruturaram a arqueologia brasileira?

Grande parte da pesquisa arqueológica brasileira teve lugar sob influência dos modelos histórico-classificatórios (cf. Willey e Sabloff, 1974)³. A partir da aproximação, nos EUA, entre a arqueologia e antropologia, a necessidade de estabelecer cronologias se operou aplicando uma lógica sistêmica, que supunha a interdependência, quando não a determinação, de cada expressão cultural particular em função da orgânica global do sistema cultural. O principal método aplicado em arqueologia foi a seriação, criada como instrumento para ordenar os vestígios segundo a presença de artefatos ou atributos. No Brasil, este método foi importado pelo casal americano Evans e Meggers, a partir dos cálculos matemáticos sistematizados por Ford.

James FORD. **Método Cuantitativo para Establecer Cronologías Culturales**. Manuales Técnicos III, Washington, D.C. Union Panamericana, 1962. O método Ford visualizava a produção humana a partir de uma ótica evolucionista, descartando o ser humano e interessando-se somente pelos “mecanismos pelos quais modificam-se a cultura”(Ford, 1962, p. 07).

As ideias propostas por Betty Meggers, continuam influentes até hoje. A maioria dos arqueólogos que trabalham nas regiões da Amazônia, se baseiam em suas teorias de adaptação humana na floresta tropical e expansão dos povos.

Betty Meggers defendeu que nenhuma população pré-histórica conseguiria manter grandes sociedades na floresta da amazônica, devido a pobreza dos solos e a escassa quantidade de recursos. Sociedades como as encontradas na Ilha de Marajó seriam uma consequência de migrações andinas ou circum-caribenhas e, ao chegar a áreas de floresta amazônica, teriam “involuído” e entrado em decadência. Esta visão tem sido finalmente questionada pelos trabalhos mais recentes de Eduardo Neves, mas não perdeu sua relevância como hipótese ainda dominante.

Outra grande contribuição foi sobre as migrações dos povos falantes do tronco linguístico Tupi, em relação às quais Meggers considerou que os grupos ceramistas pré-históricos fabricantes de uma cerâmica da Tradição Policroma da Amazônia estariam relacionados aos povos falantes do tronco Tupi, mais especificamente da região de Rondônia entre o rio Madeira e o rio Guaporé.

³ WILLEY, G. R.; SABLOFF, F. A. A history of American archaeology. London: Thames and Hudson, 1974.

Para o caso brasileiro, ficou claro que a proposta de Ford, que se aproximava da tradição da arqueologia histórico-cultural, privilegiava uma visão na qual os avanços só poderiam ser obtidos por invenção, descobrimento ou empréstimo, sendo mais comum a última forma. A Cultura Material, assim, seria um modismo temporário que o arqueólogo observa. Assim, para os arqueólogos brasileiros, principalmente aqueles adeptos da metodologia do PRONAPA e seus métodos, a tarefa da seriação dos artefatos tem o objetivo imediato de estabelecer cronologias relativas e possíveis áreas de dispersão cultural. No entanto, veremos adiante que esta não era tarefa das mais fáceis no contexto brasileiro, e que o enfoque histórico-cultural se foi mesclando com influências neo-positivistas da nova antropologia americana e da teoria dos sistemas.

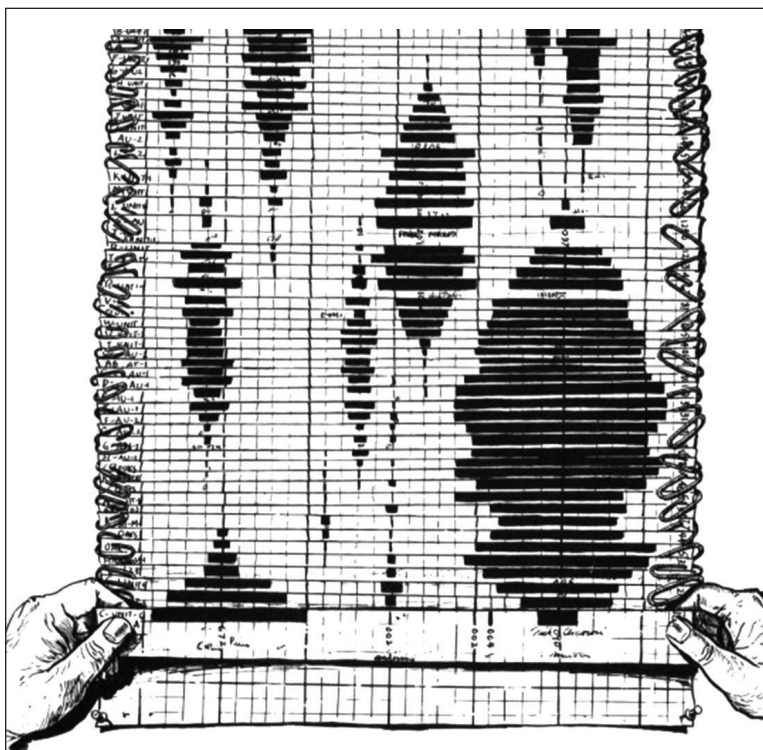


FIG. 5. Exemplo de seriação fordeana de materiais

Os conceitos básicos deste período da pesquisa eram os de Tradição e Fase. Por Tradição se entendia “uma entidade cultural definida por um grupo de elementos ou técnicas diagnósticas com persistência temporal, implicando uma relação histórica entre os sítios ou fases incluídos” (Terminologia 1976). O conceito de fase era o de que se tratava de “Qualquer

complexo cerâmico ou lítico, relacionados no tempo ou no espaço, em um ou mais sítios. Uma fase cerâmica consiste em todos os sítios, com amostras de cerâmica não selecionadas, que exibem frequências relativas nos tipos não decorados, compatíveis com sua interdigitação na mesma sequência seriada” (Terminologia 1976).

TERMINOLOGIA. Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. Cadernos de Arqueologia. Ano 1, nº1, 1976. Universidade Federal do Paraná, Paranaguá, 1976

Alguns problemas que o uso acrítico destes conceitos acarretaram foram a posterior “humanização” dos conceitos, inicialmente restritos à compreensão das tecnologia e tipologia dos artefactos, com pesquisadores falando de ocupação de áreas pela tradição X, inclusive com os índios Y (referindo-se a tradições líticas, por exemplo), além do que os critérios, que deveriam ser amplos em várias categorias, se reduziram à presença de “fósseis-guia”, como a cerâmica pintada, tratamento de superfície e peças características das culturas em questão.

No entanto, atualmente as tradições, enquanto macro conjuntos ou horizontes espaço-temporais, ainda são utilizadas como referência na arqueologia brasileira, pois a diversidade de manifestações culturais, somadas às problemáticas que a disciplina vivencia atualmente, permitem que estas denominações possam ser manipuladas de forma diferente do contexto que dominou nas últimas décadas, permitindo assim o surgimento de novas abordagens, para muito além da cronologia e dispersão, que atendem minimamente às necessidades de definição dos conjuntos arqueológicos a partir de suas características tecnológicas, tipológicas e económicas (num sentido mais próximo, aliás, dos conceitos originais).

Na outra vertente de trabalho iniciada nos anos 1950’, desenvolvida por Annette Laming e Joseph Emperaire, a metodologia aplicada, baseada nos pressupostos franceses de escavação topográfica, com busca das camadas de ocupação etnográfica, permitiram o conhecimento de um número reduzido de sítios, embora em profundidade.

A partir de 1955, Madame Annette e seu marido começaram a trabalhar nos sambaquis do sul do Brasil e criaram a primeira escola de escavação do país, no Estado do Paraná, capacitando outros pesquisadores. Ela também procurou achar as origens e as rotas dos primeiros ocupantes da América do período Pleistoceno. Em 1970 ela liderou a missão arqueológica franco-brasileira na região de Lagoa Santa (MG), que evoluiu a partir de 1971 para um vasto programa de pesquisas na região.

As escavações de sambaquis, bem como a prospecção de abrigos, proporcionou a tomada da consciência sobre o caráter antrópico e complexo dos grupos de caçadores e pescadores. No entanto, se por um lado a influência de Annete Laming-Emperaire é sensível em todos os pesquisadores que por ela foram capacitados, por outro a tentativa de se encontrar uma terminologia que representasse bem a diversidade do material lítico, segundo o modelo desenvolvido para o paleolítico francês, foi infrutífera. A tentativa de classificar o conjunto do material lítico no Brasil, de tecnologia mais funcional e menos elaborada, não foi adequada para o conjunto de artefatos⁴.

3. Como é que a arqueologia brasileira aborda as dinâmicas humanas no território?

A arqueologia brasileira, em primeiro lugar, deve ser vista como uma área de pesquisa sobre um território continental. Dominando mais de dois terços da América do Sul, sua área é maior que o território contínuo dos Estados Unidos da América e sua extensão longitudinal é superior à da Europa. Assim sendo, as abordagens têm como critério inicial, mas não único, os biomas que constituem territórios menores de análise, que por sua vez podem apresentar diversas tradições arqueológicas ou grupos humanos a eles associados. Numa definição oficial, “Um bioma é um conjunto de tipos de vegetação que abrange grandes áreas contínuas, em escala regional, com flora e fauna similares, definida pelas condições físicas predominantes nas regiões. Esses aspectos climáticos, geográficos e litológicos (das rochas), por exemplo, fazem com que um bioma seja dotado de uma diversidade biológica singular, própria.”⁵

Os principais biomas brasileiros, por ordem de extensão, são os seguintes: a Amazônia, o Cerrado, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa e o Pantanal. Fazer uma caracterização de cada bioma é temerário e superficial, mas para fins didáticos, devemos salientar o que segue:

⁴ Ver item 4

⁵ Conceito retirado de <http://www.brasil.gov.br/sobre/meio-ambiente/geografia>, último acesso em 07 de março de 2013.

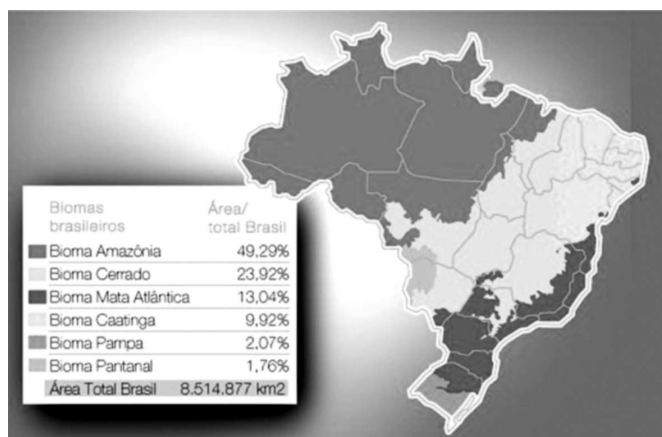


FIG. 6. Principais biomas brasileiros

A Amazônia é o maior bioma do Brasil, e ocupa quase metade do território nacional. Sua característica atual é o clima quente e úmido (com temperatura média de 25 °C) com florestas densas (rainforest). Tem chuvas torrenciais bem distribuídas durante o ano e rios com fluxo intenso. A vegetação característica é de árvores altas. Nas planícies que acompanham o Rio Amazonas e seus afluentes, encontram-se as matas de várzeas (periodicamente inundadas) e as matas de igapó (permanentemente inundadas). Dois ambientes se destacam: a área de várzea e a “terra firme”. A várzea é caracterizada pelas planícies inundáveis por caudais com nascente nos Andes, ricos em nutrientes. A terra firme é composta, no geral, de solos pobres. Estima-se que esse bioma abrigue mais da metade de todas as espécies vivas do Brasil.



FIG. 7. Sítio Laguinho, nas margens do rio Solimões



FIG. 8: Bioma amazônico

Não só por sua extensão, mas por sua complexidade, a arqueologia amazônica tem sido tratada de forma diferenciada em comparação com o restante do país, sendo quase sinônimo de uma arqueologia das populações indígenas. Nesta área o ambiente foi bastante modificado pelo ser humano, sendo densamente povoado com estruturas políticas complexas como sociedades pré-estatais, denominadas de “cacicado”. O surgimento da cerâmica, no baixo Amazonas, com datações de mais de 7 mil anos AP, é um indicativo de sociedades complexas que mais tarde se expandiram subindo o rio, apontando para um manejo florestal, ao contrário da hipótese original de B. Meggers de sujeição e submissão ao ambiente. Também, não existiu uniformidade na ocupação humana, mas vários e muito distintos grupos. Em contrapartida, reconhece-se ocupação de caçadores que remonta a onze mil anos AP.

Estas datas estão publicadas no trabalho “Early pottery in the Amazon: twenty years of scholarly obscurity”. In: *The emergence of pottery. Technology and innovation in ancient societies*. Eds. William K. Barnett and John Hoopes, eds. Washington: Smithsonian Institution Press, 1995. Anna Curtenius Roosevelt estudou a evolução humana e a interação entre homem e o ambiente. Na década de 80, no Sambaqui de Taperinha no baixo Amazonas, identificou cerâmicas com datas de quase 5000 anos a.C.,. Nos anos 1990 encontrou cerâmicas na caverna da Pedra Pintada na mesma região, com datas de até 6000 anos a.C. Os mais recentes trabalhos de Eduardo Góis Neves nos oferecem um panorama mais complexo dos sistemas de gestão da floresta na Amazônia pré-colonial.

O segundo bioma em extensão é o Cerrado. É no Cerrado que está a nascente das três maiores bacias do país (Amazônica/Tocantins, São Francisco e Paraná- Paraguai), o que resulta em elevado potencial aquífero e grande biodiversidade. A vegetação do cerrado pode ser caracterizada pela savana com clima tropical quente e sub-úmido, com uma estação seca e outra chuvosa. A temperatura média anual oscila entre 22 °C e 27 °C, podendo ter extremos de até 40°C. Seu relevo é composto por planaltos, com extensas chapadas, florestas ao longo dos rios (matas ciliares) e a presença de grutas calcárias. No geral, a vegetação é composta por gramíneas diversas e árvores retorcidas de pequeno porte, perenes, com boa capacidade para absorver água do solo semi-árido, em geral arenoso e pobre em nutrientes. A fauna é rica em animais de pequeno e até médio porte, embora sem tanta diversidade como a Amazônia ou Mata atlântica. Embora geograficamente o Cerrado ocupe quase 25% do território, cada vez é mais difícil encontrarmos este tipo de vegetação original, em virtude do avanço da agricultura intensiva. O cerrado tem ocupação humana há mais de 11 mil anos AP, e desde este período se caracteriza como um mosaico de vegetação e relevo.



FIG. 9. Cerrado brasileiro

O bioma da mata atlântica estende-se pelo litoral do país, sendo um complexo ambiental que engloba cadeias de montanhas, vales, planaltos e planícies de toda a faixa continental atlântica leste brasileira. É marcada pela presença de floresta cm árvores de médio e grande porte, grande diversidade

de fauna e flora, de pequena a médio porte, desde aves a grandes felinos e mamíferos. Seu principal tipo de vegetação é a floresta ombrófila densa, normalmente composta por árvores altas e relacionada a um clima quente e úmido. Alguns grupos indígenas ainda ocupam áreas na região da mata, como os grupos Kaingang, Terena, Potiguara, Kadiweu, Pataxó, Guarani, Kaiová e Tupiniquim. Ela ocupa totalmente o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e Santa Catarina, 98% do Paraná e áreas de mais 11 Unidades da Federação. Embora tenha ocupado uma parte significativa do litoral e interior brasileiro, hoje é uma das áreas mais descaracterizadas pelo uso do solo para fins agrícolas, com altas taxas de desmatamento e ocupação urbana. Arqueologicamente, os grupos horticultores que usaram este bioma são melhor conhecidos dos que os grupos de caçadores coletores.



FIG. 10. Mata Atlântica

Poucos pesquisadores têm uma visão deste território tão vasto, tendo pesquisado em todas as regiões do país. Um dos raros arqueólogos ainda atuante é Pedro Ignácio Schmitz, professor, pesquisador e diretor do Instituto Anchieta de Pesquisas da Unisinos e sócio fundador da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).

O bioma da Caatinga encontra-se na região nordeste do país. É um bioma que só existe no Brasil. A vegetação é caracterizada por vegetais resistentes a seca, ao clima árido de baixa pluviosidade. As árvores e ou-

tras plantas são características de uma savana estépica, com poucas folhas, espinhos e caráter decidual. A caatinga pode ser dividida entre o agreste e o sertão: o agreste é a área de transição entre o interior seco e a Mata atlântica, característica da zona da mata. O sertão apresenta clima mais seco, com vegetação marcada por espécies lenhosas, arbustivas, ramificadas e densamente emaranhadas. O sertão tem um regime pluviométrico de chuvas esparsas e chuvas torrenciais. Enquanto as chuvas esparsas ocorrem no início do ano, as chuvas torrenciais podem ficar anos sem ocorrer. O solo é pedregoso e a temperatura média oscila entre 25° e 29°C. O solo é pedregoso e não apresenta vegetação rasteira. Devido ao tipo de solo e ao clima, a escassez de água é uma constante, e tanto a profundidade do lençol freático como a aridez transformam a caatinga em um dos ambientes mais rústicos para a fauna e ocupação humana.



FIG. 11. Bioma Caatinga

Um dos problemas da caatinga é a exploração ambiental desenfreada, que agudizou o problema do desequilíbrio do regime pluvial, associado a extensão das áreas dedicadas a pecuária, desestabilizando o equilíbrio frágil do bioma. Destaque-se que a paisagem arqueológica, durante o pleistoceno, era muito diferente do atual, pois o clima, além de mais ameno, permitia a persistência de cursos de água permanentes ou reservatórios naturais de água. Além disso, a presença de megafauna acima de uma tonelada e outros mamíferos de grande porte possibilitavam a oferta de recursos alimentares as sociedades paleoindígenas.

O Bioma pampa só existe no extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. Este bioma, geograficamente, também se encontra nos países vizinhos da República Oriental do Uruguai e Argentina. Em outros países é denominado estepe. O Inverno é frio e chuvoso, sujeito a ventos oriundos do polo sul e temperaturas negativas. O verão é quente e regime de chuvas irregulares. A vegetação é composta predominantemente de campos nativos, mas há também a presença de matas ciliares, matas de encosta, matas de pau-ferro, formações arbustivas, butiazais, banhados, afloramentos rochosos, etc. O relevo é ondulado, com altitudes baixas e poucos acidentes geográficos, mas com morros testemunhos e serras. A fauna é diversa dos biomas anteriores, mas igualmente rica, com grande presença de mamíferos, aves e outros. A ocupação da pampa também se refere ao final do pleistoceno, com datas controversas de 9 mil AP.



FIG. 12. Bioma Pampa

O pantanal é uma área de planície aluvial inundável na qual a vegetação é composta pela tensão de três outros biomas: a floresta Amazônica, o Cerrado e o Chaco nos países vizinhos (Paraguay e Bolívia). Caracteriza-se por ser uma savana estépica com áreas de transição ecológica, na qual os pontos de contato com os outros biomas se revelam num mosaico de solos, plantas e animais diferenciados. O relevo plano facilita a inundação de grandes áreas em períodos de chuvas no verão, além da expansão dos rios em épocas de cheias. O inverno é quente e úmido, embora as tempe-

raturas possam chegar a pouco menos de 15°C. A biodiversidade é rica, com grande presença de aves e peixes. A ocupação de caçadores coletores pré-históricos data de aproximadamente 9 mil anos AP, e em períodos históricos são conhecidos diversos grupos indígenas, como os Guaicurús, Guatós e Guaranis⁶.



FIG. 13. Bioma Pantanal

Os biomas não foram estáveis desde o final do Pleistoceno até ao presente, pelo que ao pesquisador europeu pode parecer estranha a contextualização das ocupações pré-históricas a partir das fronteiras dos biomas atuais. Deve atender-se, no entanto, ao fato de os territórios que hoje potenciam esses biomas terem evoluído de forma coerente entre si, podendo por isso estudar-se a sua própria evolução, contextualizando as ocupações não apenas em função dos invariantes geológicos (como na tradição de pesquisa europeia) mas do conjunto dos ecossistemas.

⁶ Ver item 1.

4. Como é que a arqueologia brasileira estuda as dinâmicas culturais e técnicas, no tempo?

Dois conceitos básicos, que marcam o desenvolvimento da arqueologia acadêmica no Brasil, são Tradição e Fase. Por Fase entende-se “qualquer complexo cerâmico ou lítico, relacionado no tempo e no espaço, em um ou mais sítios”. Uma fase cerâmica “consiste em todos os sítios, com amostras de cerâmica não selecionadas, que exibem frequências relativas nos tipos não decorados, compatíveis com sua interdigitação na mesma sequência seriada”. Já em sentido mais amplo, a Tradição compreende “Uma entidade cultural definida por um grupo de elementos ou técnicas diagnósticas com persistência temporal, implicando uma relação histórica entre os sítios ou fases incluídos”.

Miller, Eurico Theófilo. História da cultura indígena do alto-médio Guaporé (Rondônia e Mato Grosso). Dissertação de Mestrado, PUCRS, Porto Alegre, 1983.

Em relação às tradições, os conjuntos de técnicas foram rapidamente reconhecidos e um mapa das principais tradições líticas e cerâmicas, ainda é utilizado para fins de classificação macro-espacial. Na arte rupestre, o uso do conceito de Tradição é corrente, haja vista as datações recuadas e a falta de outro elemento classificatório mais funcional. No entanto, enquanto que na sua aplicação aos complexos líticos e cerâmicos o critério tecnológico foi prevalecente, ainda que complementado pela tipologia e estilo, em arte rupestre a caracterização das tradições decorreu sobretudo de análises estilísticas.

Estes conceitos foram adotados a partir da criação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965-1970), coordenados pelos pesquisadores norte americanos Betty Meggers e Clifford Evans do *Smithsonian Institution*.

MEGGER, Bety; EVANS, Cliford. An Experimental Formulation of Horizon Styles in the Tropical Forest of South America, In: Lothrop, S. (ed.), *Essays in Pre-Columbian Art and Archaeology*, pp.372-88. Harvard University Press, Cambridge, 1961.

A proposta do Programa era financiar uma pesquisa em larga escala no território brasileiro, com objetivos de classificação dos artefatos arqueológicos e suas rotas de dispersão. Para tanto introduziu uma metodologia de trabalho de campo, uma nomenclatura padronizada para os artefatos e

formas de classificação dos objetos encontrados. Neste sentido, elaborou um quadro geral da ocupação do litoral e das principais bacias fluviais, uma vez que tinha como paradigma a difusão através dos cursos d'água. Porém, deve-se observar que, se por um lado forneceu um quadro muito esquemático sobre a arqueologia de um território imenso e desconhecido, por outro diversos autores atribuem aos arqueólogos americanos a convivência com a ditadura civil-militar, a intimidação da arqueologia humanista que se fazia até então, principalmente no Estado de São Paulo, e a defasagem dos métodos de campo e total ausência de cunho interpretativo, deixando de lado qualquer pretensão acadêmica.

O uso das fases e tradições esteve presente durante largo período na base da arqueologia brasileira, sob dois aspectos. Por um lado em relação a uma prática histórico-culturalista de classificar as coleções e sítios e a partir das quantificações para estabelecer uma cronologia relativa, que demonstrou os seus limites após a popularização dos métodos de datação físico-químicos. No caso do estudo das Tradições ceramistas e líticas, as fases não foram tão uniformes, permitindo que estes conjuntos não atingissem o objetivo de determinação espacial ou temporal dentro das tradições, sendo por isso progressivamente abandonado o seu estudo. No entanto, a maior herança do período é o caráter acrítico dos modelos interpretativos (não considerados como tal) conforme apontado pelo arqueólogo Pedro Paulo Funari. Não se deve, porém, limitar o impacto desta arqueologia de influência americana a uma visão histórico-culturalista, pois ela promoveu uma atenção global às dinâmicas humanas no território, com forte consideração das condicionantes ambientais, e defendeu metodologias de rigor quantitativo e científico que eram, na verdade, uma contribuição da nova arqueologia neo-positivista. É este carácter híbrido da influência do Smithsonian Institution que explica a sua perduração.

No caso das cerâmicas, o método utilizado para a determinação das fases estava baseado na publicação de James Ford, no qual os elementos utilizados para tipificar os fragmentos eram a forma, a decoração, o tratamento de superfície, o método de construção, a cocção, o antiplástico e o material básico, no caso a argila (Ford, 1962:20). Porém, como no caso brasileiro a determinação das fases era o objetivo último do Programa, ao invés de interpretar os sítios arqueológicos, em dado momento criaram-se tantas fases com tantos percentuais cerâmicos que se inviabilizou seu uso como ponto de convergência classificatório. Para citar apenas um caso, na avaliação da cerâmica arqueológica Tupiguarani, foram criados mais de dezessete tipos de tratamento de superfície do tipo corrugado, o que, ao invés de empiricamente classificar os fragmentos, serviu, sobretudo, para confundir os pesquisadores e ampliar a criação de fases e até sub-fases.



FIG. 14. Exemplo de seriação. As fases foram determinadas por percentuais de tratamento de superfície, dando origem a diversos equívocos.

Apesar de não haver consenso sobre a maneira de aplicação dos critérios, acreditamos que o conceito de Tradição, por ser mais abrangente, ou menos rigoroso, continua sendo adotado, principalmente nos casos no qual o material arqueológico não pode ser associado a grupos indígenas conhecidos pela literatura histórica ou antropológica. Em alguns casos muito pontuais, como com a arqueologia dos antepassados dos índios Guaranis, que é um dos grupos mais bem estudados do Brasil, alguns estudiosos propõem o uso do termo Arqueologia Guarani, não havendo dúvida sobre a autoria de certos artefatos em certas regiões e sítios do país que são, efetivamente, resultado da ação dos antepassados dos índios Guaranis atuais. Porém, dado que atualmente as pesquisas envolvem mais densamente os sítios do que regiões já classificadas, o uso do termo fase encontra-se em desuso. Por fim, como a preocupação tem sido a compreensão de comportamentos e relação com o meio ambiente, a classificação isolada perdeu seu sentido⁷. A aplicação do conceito de tradição distorceu muitas vezes a compreensão das dinâmicas humanas na pré-história do Brasil, ao ser confundido com cultura, no seu sentido mais amplo e integral. No entanto, ele permanece útil no estudo da evolução dos saberes das comunidades, e das dinâmicas humanas de intercâmbio, e mais recentemente tem sido utilizado também no estudo da pré-história europeia.

Neste contexto, importa destacar a contribuição da arqueologia europeia (essencialmente francesa) no estudo estratigráfico das sequências temporais, desde os trabalhos de Anette Laming Emperaire aos estudos mais recentes

⁷ Ver item 5.

de Niède Guidon ou de André Prous. Eles incorporaram na matriz dominante uma preocupação de sistematização geo-crono-estratigráfica. Na verdade, os processos teóricos no Brasil não foram estanques e o método estratigráfico (de origem europeia) acabou sendo aplicado por todos, tal como o conceito de tradição (de origem americana), embora seja claro que a influência americana foi maior na construção de visões macro-espaciais, e que o contributo europeu foi mais relevante no estudo monográfico de sítios e de sequências locais. Ambos são necessários, e a arqueologia brasileira do século XXI beneficia dessa dupla raiz.

Neste sentido, com a dupla influência (francesa e americana), o país avança para o século XXI com uma herança das tradições arqueológicas bem fundamentada na antropologia americana, buscando nos artefatos a ligação entre o passado antigo e recente através dos indígenas conhecidos; ao mesmo tempo, o método estratigráfico fundado na compreensão histórica dos processos disseminou-se em todo território nacional, verticalizando o estudo dos sítios de forma pontual e em profundidade. Se por um lado a construção dos conceitos de “tradições” norte-americanas nos permitem um olhar macro-espacial sobre o território, em que pesa a dimensão continental, por outro os estudos monográficos franceses nos permitem olhar as relações dos sítios com o ambiente em suas particularidades. Assim, as teorias explicativas vão se construindo, absorvendo e reelaborando novas teses com um sabor local. É esta dialética, aliás, que mais relevância terá para os estudos comparativos com a arqueologia europeia.

5. O que são, e quais são, as tradições arqueológicas?

Escrever sobre todas as tradições arqueológicas em um livro é tarefa impossível, seja pelo volume de informações existentes ou pelas descobertas recentes que, por si só, geram milhares de páginas. Podemos, no entanto, apresentar um panorama amplo, com um corte mais horizontal que vertical, tentando apresentar dados sintéticos que permitem uma visão genérica. Certamente muitos dados pontuais ficarão de fora desta síntese de visão globalizante. Para fins puramente didáticos, colocamos as tradições seguindo alguns critérios, como espacialidade, temporalidade e tipologia. Assim, sempre iremos nos referir ao local da Tradição, suas datas quando houver e um critério tecnológico.

Na região amazônica, os vestígios de ocupação humana iniciam na transição pleistoceno-holoceno com datações recuadas de onze mil anos AP. Estes caçadores de área aberta teriam na megafauna, coleta e pesca sua dieta principal, mas com o final do pleistoceno e a mudança climática, adaptaram-se a dieta com maior presença de carboidratos. Em contrapartida, os estudos se concentraram nas sociedades presentes desde 7 mil anos AP, nos sambaquis fluviais de Tapeirinha, em Santarém.



FIG. 15. Localização do sítio Taperinha.

As pesquisas de Anna Roosevelt neste sambaqui e na caverna pintada, em Monte Alegre, no norte do país, apontam para pescadores e coletores de moluscos como os fabricantes desta cerâmica, assim como outros grupos poderiam ter produzido em outros locais, como em Mina, Alaka e outras áreas da Colômbia. Cerâmicas formativas estão associadas a períodos mais recentes, com datas entre 3600 e 3200 BP, na caverna Pintada, associada a cultura Aroxi, e no sítio do Porto, em Santarém, com datas de 2900 a 2270 BP.

Ainda no espaço amazônico encontramos a tradição Borda Incisa, definida por Meggers e Evans (1961). As datas mais antigas são de 3800 a 2740AP, com sítios pouco densos, tendo uma ocupação mais acentuada entre 1300 e 910AP. As inferências sobre sociedade, organização social e outros elementos referem-se geralmente a densidade dos fragmentos por metro quadrado, bem como as inferências sobre organização econômica.

Eduardo Góes Neves, doutor em Arqueologia pela Universidade de Indiana, EUA e livre docente pela USP. Em julho de 2003 descobriu cerca de 270 urnas funerárias numa praça no centro de Manaus, reforçando a teoria de que a região central da Amazônia foi habitada, há pelo menos 2.500 anos, por sociedades complexas, e não apenas por tribos nômades, como se pensava.

O que determina cada conjunto como tradição é um conjunto de atributos ligados à forma das peças (em especial, lábio, corpo, fundo) a presença de elementos decorativos (apliques, incisões, pintura), antiplástico

(vegetais, mineirais, etc), tipo de queima, entre outros, que oportunizaram diversas subdivisões denominadas fases.

No extremo oposto, no sul do Brasil, o período de sete mil anos antes do presente é conhecido pelos caçadores e coletores da Tradição Umbu, cujos sítios possuem datações até o século XVII da nossa era.

Conforme Schmitz (1984) a indústria lítica associada à Tradição Umbu apresenta pontas de projétil, nos três estados do Sul do Brasil, do 7º milênio para cá, sendo que na borda do Planalto, no Rio Grande do Sul (rios dos Sinos, Caí, Taquari, Pardo, Jacuí) os sítios são mais numerosos. No Sudoeste e Sudeste do Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná os sítios não são tão numerosos. Há ocorrência de sítios também no Uruguai e na Argentina.

As ocupações se deram em abrigos, quando disponíveis na natureza, ou a céu aberto, estando próximos de arroios, rios ou até mesmo de banhados e lagoas – dificilmente próximos ao mar. O ambiente preferencial foi a região de contato entre os campos e a floresta subtropical subcaducifolia na borda meridional do planalto. A Tradição Umbu caracteriza-se como grupo de caçadores-coletores que viviam em pequenos bandos, ocupando amplo território para obtenção de seus recursos de subsistência. Ocuparam todos os ambientes no Estado do RS. A caça de animais poderia ser feita com arco e flecha, arremesso (boleadeira) ou armadilhas.

Os acampamentos mais antigos da Tradição Humaitá situam-se no Alto Paraguai e Paraná e recuam a 6.000 anos a.C estendendo-se nos milênios seguintes com as florestas para as regiões mais periféricas do Rio Grande do Sul deslocaram-se para o Alto Uruguai, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Misiones argentinas e paraguaias.

O grupo caçador-coletor da Tradição Humaitá vivia em pequenos bandos em ambientes de floresta subtropical. Seus sítios predominam em partes altas e mais ou menos planas na encosta do planalto e no norte do Estado no Vale do rio Uruguai. Seu material arqueológico característico eram talhadores, raspadores e picões confeccionados a partir de grandes blocos de pedra.

A Tradição Humaitá caçadora como a Tradição Umbu se mantinha nas áreas de restinga e floresta enquanto a Tradição Umbu dava preferência a áreas de vegetação aberta. Possivelmente em certas áreas da borda do planalto, no centro do Estado, grupos humanos das duas tradições estivessem muito próximos como sugere a justaposição de instrumentos das duas tradições no mesmo acampamento, vivendo em pequenos bandos dispersos em seu território de mata subtropical até o primeiro milênio d.C quando sua área foi ocupada pelos Guaranis.

No nordeste, as Tradições de pintura são mais bem estudadas que as indústrias líticas e cerâmicas. Uma classificação das pinturas rupestres foi dada por Guidon (1985), considerando diversas tradições. A tradição

Nordeste seria composta por conjuntos gráficos com predomínio de figuras humanas e animais que sugerem estar em movimento. Presente no estado do Piauí, em especial no Parque Nacional da Serra da Capivara, local do provável centro difusor da tradição, possui datações entre 6 e 12 mil anos AP, com presença ainda nos estados de Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Goiás e Minas Gerais. Estas tradições possuiriam sub-tradições e estilos, variando os detalhes de preenchimento das pinturas, a forma de representação e dimensões.

Niéde Guidon, formada em História Natural pela USP. Especializou-se em arqueologia pré-histórica, pela Sorbonne, Universidade de Paris. Em 1963 tomou conhecimento do sítio arqueológico São Raimundo Nonato no Piauí. A partir de 1973 passou a integrar a Missão Arqueológica Franco-Brasileira, concentrando seus trabalhos no Piauí que culminaram na criação do Parque Nacional Serra da Capivara e na Fundação Museu do Homem Americano.



FIG. 16. Tradição Nordeste, Serra da Capivara.

A chamada tradição Agreste encontra-se sobretudo nos estados de Pernambuco e Paraíba, com presença de figuras humanas e animais, porém estáticos. A tradição Geométrica é composta por grafismos geométricos, presente desde o Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (centro oeste) e estados do Nordeste. Outra tradição seria a São Francisco, predominante ao longo

do rio de mesmo nome, nos estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, e áreas de influência como Goiás e Mato Grosso. Pode ser caracterizada por motivos de zoomorfos (peixes, pássaros, cobras, sem a presença de cervídeos), com representação de pés humanos, muitos em bicromia em vermelho e amarelo. Já as gravuras foram divididas em três tradições, denominadas Itacoatiara do Leste, do Oeste e Gongo, sendo a segunda datada em 12 mil AP, com dispersão pelo nordeste brasileiro.

Recentemente, Cristiane Buco (2012), estudando o complexo da Serra Branca, desenvolveu uma proposta de classificação da arte rupestre que, ao invés de se basear no esquema clássico das tradições, considera a iconografia, os movimentos nelas representados e a estratigrafia, como as bases classificatórias.

As tradições cerâmicas no Nordeste do Brasil também foram caracterizadas segundo critérios formais e estilísticos. A tradição Aratu, datada entre 1200e 600 BP pode ser caracterizada por sítios com enterramentos primários, em vasilhas com formato piriforme, com pouca ou nenhuma decoração, sendo a exceção a presença de frisos corrugados ou digitados. Seu ecótono eram os biomas do cerrado e da mata atlântica. Esta ocupação (entre os séculos VIII- IX d.C até o séc. XV d.C) foi substituída, temporariamente, pelos grupos de tradição Tupiguarani, em torno de 1.100 BP, até o contato com os europeus no século XVI. A tradição Aratu distribuiu-se no litoral de Pernambuco, Bahia e Espírito Santo até o interflúvio dos rios Araguaia e Tocantins e, no sul, até o Rio Paranaíba (Wüst, 1990).



FIG. 17. Cerâmica da Tradição Aratu.

Irmihild Wüst, possui doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Teoria e Método em Arqueologia. Possui também destaque na área de pesquisa das tradições arqueológicas no Brasil.

WÜST, Irmihild. Continuidade e Mudança – para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 1990.

As datas mais antigas estão ao redor do século IX da Era Cristã, desaparecendo antes do séc. XV. Segundo Valentim Calderon as datas seriam entre 1360 e 870 da Era Cristã, com variantes entre o litoral e o interior. Ocuparam áreas abertas de mata, em aldeias, próximo aos cursos de água e agricultura desenvolvida. Estas aldeias eram formadas por casas distribuídas em círculos concêntricos, as mais antigas no círculo interno. Pesquisas apontam para grande consumo de tubérculos e milho, sem presença de mandioca amarga. Complementar a isso, as vasilhas cerâmicas são mais fundas, em forma de pêra, esféricas ou elipsoides, grandes sem presença de assadores. A decoração é o inciso, entalhe, unglado, pontado, borda acastelada, asa, aplique mamilonar, e as vezes com banho vermelho e pintura preta.

No centro-oeste do país, devemos lembrar que o bioma pantanal ocupa apenas uma parte dos estados do Mato Grosso, Mato grosso do sul, sendo os estados de Goiás e Tocantins incluídos nesta região geográfica, mas com bioma de cerrado. Na região, encontraremos datas recuadas e anteriores a dez mil anos AP para os caçadores coletores, lembrando que algumas datas não são concensuais, como as datas do Abrigo do Sol (19.400 ± 1.100 ,) e de Santa Elina (23.320 ± 1.000 AP e 22.500 ± 500 AP). Mesmo assim, é certo que a ocupação humana data do pleistoceno.

Miller, Eurico Theófilo, Pesquisa arqueológica paleoindígena no Brasil Ocidental. Estudios Atacameños , 8: 37-61. San Pedro de Atacama, 1987.

Vilhena-Vialou, Agueda.; Vialou, Dennis. Les premiers peuplements préhistoriques du Mato Grosso. Bulletin de la Société Préhistorique Française, 91(4-5): 257-63. Paris, 1994.

Para o nordeste do Mato Grosso do Sul, região do alto Sucuriú, há uma data de 10.340 ± 110 AP para caçadores-coletores portadores da Tradição Itaparica; Goiás também está representado por essa tradição: no sudoeste há datas entre 11.000 e 9.000 AP (Schmitz, 1976-1977). Associados a estas ocupações mais antigas está a tradição Itaparica, caracterizada por raspadores plano convexos (lesmas).

Beber, Marcus Vinícius. Arte Rupestre do Nordeste do Mato Grosso do Sul. Dissertação de Mestrado, Unisinos, São Leopoldo, 1994.

Schmitz, P. I. Arqueologia de Goiás: seqüência cultural e datações de C14. Anuário de Divulgação Científica. Goiânia. 1976-1977.

Mais tarde, na transição pleitoceno-holoceno, em torno de 9 mil -7 mil AP, houve uma expansão das matas e o surgimento de uma nova tradição, a Serranópolis.



Uma das hipóteses para o surgimento da Tradição Una, ceramista, estaria na adaptação destes caçadores para um modo de cultivo incipiente, depois ampliado, para as áreas do cerrado, mas somente verificado no Alto Araguaia e bacia do Rio Vermelho. Esta tradição seria caracterizada por ocupação em abrigos e a céu aberto, os líticos compostos por núcleos e lascas sem retoques, talhadores, em quartzito e calcário), enquanto a cerâmica é caracterizada por recipientes pequenos, de contorno simples ou infletido, cor escura, forma de pratos rasos, tigelas e pequenas panelas com engobo branco ou vermelho e raras decorações dos tipos inciso e ponteados; a espessura das paredes varia entre 0,3 e 1 cm; o antiplástico predominante é mineral e, em menor proporção, cariapé. É acordelada, alisada, bases convexas e arredondadas. Em relação as outras tradições, esta é a que possui menos sítios registrados, talvez por ocupar a transição

Mata e cerrado, ou talvez pela ocorrência em abrigos ter menor densidade ocupacional. Na fronteira entre o Mato Grosso e Bolívia, as datas de ocupação estão no intervalo entre 500 A.C e 1200 AD, enquanto em outros lugares as datas oscilam entre 400 e 600 AD.

Agueda Vilhena-Vialou, é doutora em Arqueologia Brasileira pela USP. Atualmente é professora associada do Museum National D'Histoire Naturelle, professora convidada do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, pesquisa e ensino – MNHN/USP. Dennis Vialou, doutor em Ciências Humanas, atua também como professor e diretor da Unidade de Pesquisa do Museu Nacional de História Natural da França. Dedicar a maior parte de sua pesquisa e ensino ao Homo sapiens pré-histórico e seus contemporâneos nos últimos 200 mil anos. Suas áreas de pesquisa incluem a pré-história do Homo sapiens durante o Pleistoceno, principalmente na Europa e nas Américas.

Fora da área do Pantanal, ainda na região centro-oeste, seis tradições foram classificadas: Una, Aratu, Uru, Tupiguarani, Bororo e Inciso Ponteadas. Embora haja registros de cerâmica com 2 mil anos AP no município de Rondonópolis, a tradição Una está associada com artefatos em torno de mil anos AP, com maior expansão em torno de 300 a.C, até em torno do ano zero da era Cristã, e depois entre os anos 700 e 1200 d.C. São cerâmicas simples, com contornos simples, com pouca decoração, como citado anteriormente.

Já os sítios da tradição Uru encontram-se ao longo dos grandes rios, como o Araguaia e seus afluentes, no cerrado. Cultivavam a mandioca amarga e outras plantas, que complementavam com a pesca. Os sítios se apresentavam como concentrações cerâmicas ao longo do rio, em forma circular ou ainda elíptica. Em alguns sítios observou-se depósitos nos centros da aldeia, o que poderia corresponder a descrição etnográfica da Casa dos Homens, onde existem artefatos diferentes das unidades residenciais. As aldeias maiores são estimadas em mais de mil pessoas, em oposição as menores em torno de 200. A cerâmica é composta por pratos, assadores, tigelas rasas associadas ao processamento da mandioca amarga. As bordas são reforçadas e o antiplástico é o cariapé.

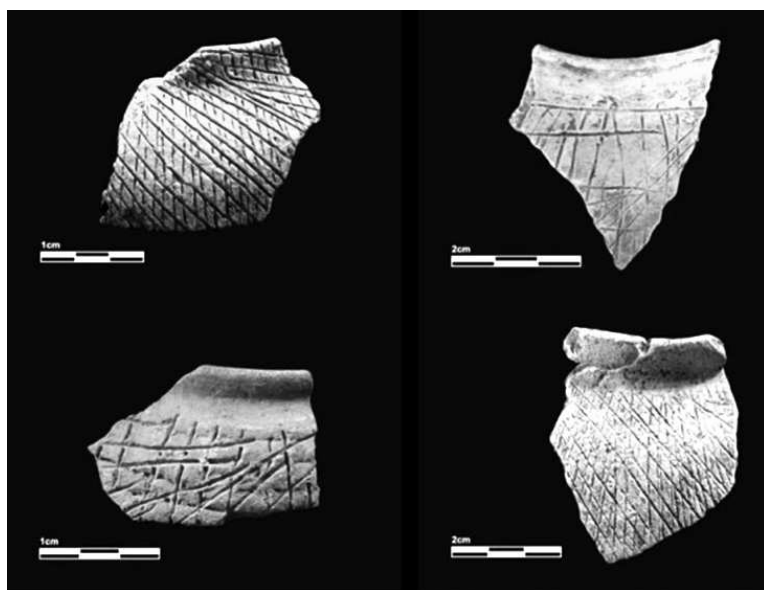


FIG. 19. Cerâmica Uru.

É possível que os portadores da tradição Uru, em contato com os grupos da tradição Aratu, tivessem desenvolvido processos de interação cultural. A datação mais antiga para esses grupos no Estado de Goiás é registrada no século X no alto Tocantins e a partir do século XII, no alto e médio Araguaia. Na área do pantanal, na fronteira entre Brasil e Bolívia, as datações para a tradição Uru é de 800 a 1700 AD. É possível que os índios Karajás sejam os remanescentes etnográficos destes grupos.

A tradição Bororo, bastante discutível em critérios arqueológicos, pode ser caracterizada pela fusão de outras duas tradições, a Uru e a Tupiguarani. Em termos étnicos, uma hipótese é que o grupo indígena seja a união entre um grupo caçador-coletor e outro horticultor, que por pressão externa, teriam se unido no grupo que hoje conhecemos por Bororo. O cultivo do milho era complementado pela caça, pesca e coleta. A cerâmica é utilitária, com formas semi-esféricas e contornos simples.

A área litorânea correspondente à mata altântica, situado no litoral ao sul do estado da Bahia e com limites no extremo sul do país, envolve uma larga faixa que delimita-se com a formação serra geral, e a acompanha pelo litoral por toda sua extensão. Dentre as tradições presentes que ainda não foram citadas encontra-se a tradição Tupiguarani.



FIG. 20. Área de dispersão dos sítios arqueológicos Guaranis e Tupis. À direita, cerâmica corrugada Guarani.

A tradição Tupiguarani foi criada a partir do reconhecimento que a expansão geográfica, o território e os indígenas desde o período do contato tem estreita relação com os antepassados que produziram esta cultura material. No entanto, para evitar uma confusão de estabelecer uma relação direta entre cultura material e povos do passado, distinguiu-se os grupos indígenas atuais, falantes das línguas derivadas do Tronco linguístico Tupi-Guarani (com hífen) com a cultura material dispersa em grande parte do território, mas sem caráter étnico, denominando assim a Tradição Tupiguarani (sem hífen).

Sumariamente podemos dizer que a uma Tradição Tupiguarani é formada por pintura policromada de vermelho e preto sobre branco foi posteriormente subdividida em duas importantes subtradições, a subtradição Tupinambá e a subtradição Guarani. A necessidade de divisão foi devido a ampliação dos critérios classificatórios, sendo a primeira com formas rasas apropriadas para preparo da mandioca amarga, vasilhas com boca quadrangular, e predomínio de tigelas com pintura interna. Já a subtradição Guarani, mais associada ao sul do trópico, possui formas mais profundas, com estreita ligação com o cultivo de milho, pintura externa e formas complexas profundas para fermentação de bebidas, semelhante as vasilhas profundas Tupinambá.

José Proenza Brochado, doutorado em Antropologia pela University of Urbana-Champaign, Illinois- EUA. Sua maior contribuição foi a construção de um modelo para dispersão da cerâmica no leste da América do Sul. Ao fazermos menção do autor supracitado é importante ressaltar as contribuições de Donald W. Lathrap, que influenciou na investigação sobre a adaptação ecológica dos índios brasileiros e o consumo da mandioca na América do Sul.

Estas duas subtradições partilham de outros artefatos em comum, como lâminas de machado, uso de tembetás (adorno labial), cachimbos de cerâmica, bem como mitologia e língua aparentada, que originou a primeira classificação. Apurando-se os critérios, no entanto, observou-se que as diferenças morfológicas das vasilhas e consequentemente de dieta, bem como as diferenças de pinturas, nos leva a compartilhar a ideia de duas subtradições ou mesmo de duas tradições separadas.

A ocupação dos grupos Tupi-Guarani (com hífen, referindo-se aos grupos humanos falantes das línguas derivadas do Tronco linguístico) ainda é tema controverso, pois nem todos os pesquisadores optaram por uma classificação separada. Assim, ainda é presente na bibliografia a grafia de Tradição Tupiguarani, o que pode dar uma falsa ideia de expansão dos grupos humanos do passado. Se nas regiões sul do país (estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) é relativamente consensual a ocupação dos grupos Guaranis, por outro lado, nos estados ao norte do estado de São Paulo há o predomínio dos grupos de subtradição Tupinambá. É possível e provável que a fronteira entre estes dois grupos esteja justamente entre os estados de São Paulo e Paraná. Ainda, no sentido do interior, é notável a presença da Tradição Tupiguarani, como nos estados do centro-oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás). Há uma notória dispersão dos grupos etnográficos e historicamente conhecidos como Guaranis, a partir do interflúvio da bacia do rio Paraguay e Paraná, em direção ao sul ocupando as bacias dos afluentes do rio Paraná bem como o interflúvio entre os rios Paraná e Uruguai, até a foz destes rios próximo a capital da Argentina, conforme os registros arqueológicos e dados históricos.

Já em termos da Tradição Tupiguarani (assim classificada sem hífen, referindo-se aos portadores da cultura material) ainda temos presente no litoral do país e no interior de Goiás, no qual a presença é intermitente com sítios de outras tradições do Cerrado. Existem locais onde a dispersão é em sítios sobrepostos a outras, mas também em pequenos sítios somente com ocupação tupiguarani.

O ambiente do pantanal, como citado, deve ser observado como o encontro e choque de três biomas diferentes, a floresta, o cerrado e a mata atlântica. A planície inundável do pantanal constitui biota diferenciada, com duas estações bem definidas, de seca e de chuva, que devido a baixa declividade geral e ao regime de cheias do rio Paraguai, mantém grande parte inundada por longos períodos. Assim, há uma riqueza em termos de diversidade biológica. No entanto, isso não significa homogeneidade. Embora uma planície alagada, o pantanal possui planaltos residuais pouco conhecidos arqueologicamente, uma vez que a pesquisa concentrou-se nos aterros e áreas inundáveis. Aterro aqui é entendido como uma construção antrópica (na maioria das vezes), realizado em áreas alagáveis, de estrutura monticular, através do acúmulo de terra.



FIG. 21. Aterro com sítio arqueológico no Pantanal, rio Bodoquena. A área mais florestada é o local do sítio.

A data mais antiga para estes aterros encontra-se em período pré-cerâmico e data de 8200 AP, durante o ótimo climático, estendendo-se até 4500 BP. As evidências arqueológicas consistem de restos de moluscos, ossos de peixe, e em menor frequência ossos de aves e répteis. A indústria lítica consiste de peças de calcário, com depressões, peças polidas. Estes caçadores-pescadores especializados deveriam ter formas de pesca que não incluía o uso de anzóis, ou pelo menos não foram encontrados nos sítios estudados. Sítios cerâmicos da Tradição Pantanal estão datados, em outros montículos, entre 2100 e 800 BP. AS formas das vasilhas são em calota e meia esfera, mais raramente esférica com pescoço (moringa), destinadas a preparar, servir e armazenar alimentos. A presença de cachimbos tubulares e rodas de fuso apontam para o cultivo do fumo e do algodão. Também como 'ilhas' acima do nível das águas, é possível que estes aterros fossem utilizados como locais de manejo agro-florestal no passado, onde presenciamos, atualmente, palmeiras como a Acuri (*Scheelea phalerata*)⁸.

⁸ Ver item 11 para as tradições da arte rupestre no Brasil.

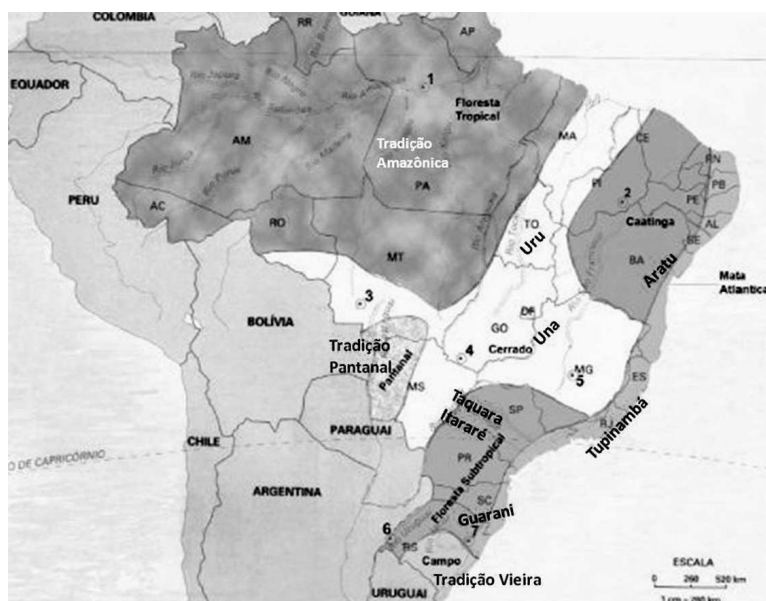


FIG. 22. Mapa das principais tradições cerâmicas do Brasil.

Duas outras tradições ceramistas ainda devem ser destacadas. A tradição Taquara tem sido associada aos antepassados dos Kaingangs, por ocuparem o espaço das terras altas do sudeste do país. A partir de século II d. C., nas regiões mais frias do Planalto (Norte do Rio Grande do Sul), os indígenas cavam casas subterrâneas para se defender das baixas temperaturas. Passando estes, de caçadores e coletores a agricultores, por volta de 150 d. C. esclarecemos que tratam-se de povos não guaranis conhecidos por diferentes denominações como: coroados, guayanases, comes, xockleng e botocudos. O nome Kaingang foi introduzido em 1882 por Telêmaco Morochines Borba, o que designaria os povos não guaranis das regiões de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, todos formando o ramo meridional da família Gê.

No Rio Grande do Sul, os Kaingangs expandiram-se ao norte do Rio Uruguai desde a boca do rio Perigüassu à do Rio Canoas e entre os rios Canoas e Pelotas. Os Kaingangs das margens setentrionais do Rio Uruguai eram estritamente relacionados aos grupos que tinham suas aldeias entre a Serra Geral, o Alto Uruguai e as Sete Missões.

Arqueologicamente conhecidos como horticultores da Tradição Taquara, os Kaingangs habitaram o planalto do Estado e possivelmente o litoral norte do Estado. Exploravam principalmente os pinheirais (*Araucaria angustifolia*), caçavam animais e coletavam frutos e raízes de outras plantas silvestres. Plantavam em pequenas roças, das quais extraíam diversos produtos para sua subsistência. Produziam uma cerâmica simples, de pequeno

porte. Habitavam em casas subterrâneas que eram buracos escavados na terra com diversos tamanhos. Essa forma de habitação poderia ser uma adaptação ao clima frio do planalto. Também poderiam morar em aldeias a céu aberto, em pequenas choças de palha, ou, ainda, eventualmente em abrigos sob rocha. Acredita-se que os índios Kaingang são os descendentes das populações da Tradição Taquara. (Soares e Klamt, 2005).

A cerâmica da Tradição Taquara é assim descrita por Mentz-Ribeiro (1991): “Seus vasos são de relativas pequenas dimensões, pouco mais de 50% decorados plasticamente, destacando-se vários tipos de ponteados, inciso pinçado, impresso com cestaria, ungulado, etc.” Esse pesquisador também afirma que os enterramentos são realizados diretamente sobre o solo, em decúbito dorsal. Os artefatos líticos mais característicos são as lâminas de machado polidas e as mãos de pilão que aparecem associados a implementos lascados, como talhadores, raspadores, facas.

Outra tradição arqueológica pouco conhecida é a Tradição Vieira. É caracterizada pela sua completa autonomia em relação as tradições anteriores, relacionada ao ambiente onde é predominante, as áreas alagadiças do sudeste do Rio Grande do Sul e parte do território da República Oriental do Uruguai. Consiste em montículos ou “cerritos” (mounds), aterros de origem antrópica com diferentes hipóteses ao longo do tempo. Entre os primeiros pesquisadores acreditava-se que os “cerritos” eram o resultado do acúmulo dos restos e dejetos deixados pelos seus ocupantes, sem caráter intencional. Outro grupo acredita que a construção do cerro é proposital, causada pelo aterro de uma área em virtude do alagamento sazonal ou pela necessidade de cuidados rituais post mortem, uma vez que os enterramentos nos cerritos são notadamente intencionais. Sobre uma definição, podemos citar a de Schmitz e colegas:

Pequenos cômodos, praticamente circulares, oscilando entre 20 e 80 m de diâmetro (com a maior frequência entre 25 e 50 m), com a altura variando entre 30 e 300 cm (estando a maior frequência entre 50 e 250 cm), geralmente sobre pequeno barranco (um a cinco metros), junto de arroios, banhados ou lagoas, nunca em campo seco. O topo dos cerritos costuma apresentar uma plataforma, que seria o lugar onde se encontrava a habitação; o declive para o lado da água é geralmente maior que para o lado do campo, devido à inclinação do solo; alguns cerritos estão circundados por um ou dois vales e uns poucos tem uma plataforma em anel na metade do declive. Os cerritos são vistos de longe, no campo, devido à planura geral, e, nas enchentes, são praticamente os únicos pontos secos em regiões imensas. Embora muitos estejam isolados (8 sítios), geralmente encontra-se em grupos de 2 a 8 (sendo a maior frequência de 1 e 3), formando aldeias próximas umas das outras. As distâncias entre os cerritos de uma aldeia podem ir de poucos metros a

aproximadamente um km. As distâncias dos cerritos em relação à água, no verão, é pequena, algumas dezenas de metros no máximo algumas centenas de metros. Nas aldeias costuma haver cerritos maiores e menores, sendo geralmente os de maior diâmetro os mais altos. Schmitz, Becker, La Salvia e Naue.⁹

Nos cerritos é comum a presença de material lítico, ósseo, enterramentos humanos e eventualmente de canídeos, foram classificados em sítios de moradia, ritual e mortuário, mas atualmente acredita-se que sejam multifuncionais. Estas estruturas monticulares estão associadas a uma cerâmica simples, de contornos simples, sem parentesco com as cerâmicas do restante do país. As datações remetem a um intervalo entre 500 anos antes de Cristo até o contato com os portugueses em meados do século XVIII. Acreditamos que os índios pampeanos da região são os descendentes dos ocupantes dos cerritos no passado.

⁹ SCHMITZ, P. I; BASILE BECKER, I. I; LA SALVIA, F; NAUE, G., Prospecções Arqueológicas na Campanha Rio-Grandense, 1968, p. 175.



OS PROCESSOS

6. Quais os mais antigos vestígios de presença humana no Brasil?

O território do país é um item a parte, mas as teorias do povoamento podem ser compreendidas de acordo com a própria construção da identidade nacional. Por exemplo, ao longo do século XIX as teorias eugenistas valorizavam a cultura europeia e os imigrantes como tipos ideais para a constituição de uma nação evoluída. Desta forma, a teoria vigente era de que o povoamento do país pelos autóctones, além de tardio, era composto por antepassados dos indígenas reconhecidos desde os primeiros contatos com europeus no século XV. No século XX as datações radiocarbônicas ampliaram a antiguidade da ocupação, mas a influência cultural e acadêmica norte-americana após o golpe civil-militar em 1964, ainda submetia as datas a períodos posteriores aqueles registrados nos Estados Unidos.

Sendo assim, por longos anos o chamado paradigma Clóvis definia uma teoria de ocupação humana do continente americano, proveniente da Ásia pelo Estreito de Behring, em datas não anteriores a dez ou doze mil anos antes do presente. Havia um consenso na comunidade de pesquisadores em que a ocupação do Brasil seria posterior às datações reconhecidas como válidas nos EUA. Além disso, estas populações que teriam ocupado o país no princípio do Holoceno, seriam caracterizadas por pequenos grupos e homogeneidade biológica e cultural, além de associadas aos antepassados dos índios. Somente a partir da retomada das escavações desenvolvidas por Peter Lund, e do estudo das coleções de restos humanos fósseis, pode-se avançar sobre os velhos paradigmas e trazer novos pontos para discussão. Neves e Atui (2004) apresentam evidências não só da diversidade destas populações, como apontam as origens do mito de sua homogeneidade.

Walter Alves Neves é biólogo, Arqueólogo, antropólogo e é responsável pelo estudo de Luzia, o esqueleto mais antigo do continente americano. Desde 1992 atua como professor do departamento de biologia da USP, onde fundou e coordena o Laboratório de estudos Evolutivos Humanos.

NEVES, W.A.; ATUI, J. P. V. O mito da homogeneidade biológica na população paleoíndia de Lagoa Santa: implicações antropológicas. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, SÃO PAULO, USP, 2004, V. 47 N° 1. P 160-206.

Outro fator determinante na questão da antiguidade da ocupação foi a retomada da coleção de Lund para estudos arqueométricos. A equipe de Walter Neves fez a reconstrução facial de um dos crânios (entre o universo de 81 analisados com características morfológicas semelhantes), e o resultado foi o reconhecimento de “Luzia” como a ‘brasileira’ mais antiga, com datas entre 7.500 e 11.500 anos AP. A recorrência morfológica também acontece fora do Brasil, como afirmam Neves e outros.



FIG. 23. Reconstrução a partir do crânio de “Luzia”.

NEVES, W.A.; ZANINI, M. C.; MUNFORD, D.; PUCCIARELLI, H.M. O povoamento da América à luz da Morfologia Craniana. Revista da USP, São Paulo, vol. 34: 96-105. Junho-agosto, 1997.

Também o conjunto de datações na América do Sul, anterior a dez mil anos, contesta frontalmente uma ocupação recente. São os casos das datações de Monte Verde (Chile), Fazenda Santa Elina, no Mato Grosso (Mato Grosso, Brasil, com datas de 25 mil anos AP, com ocupação contínua entre 10 e 8 mil BP) e Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brasil, com datas anteriores a 30.000 BP). No caso do sítio Santa Elina, pesquisado por Dennis Vialou e Águeda Vialou, a presença de osteodermas de preguiça gigante em níveis de ocupação humana bem como as datações calibradas conferem a antiguidade de ocupação humana a pelo menos 25 mil anos, podendo recuar ainda mais. O mesmo acontece com as datações do Boqueirão da Pedra Furada, Toca do Garrincho e outros sítios do Piauí, escavados por Niède Guidon, que afirma que as datas podem recuar a mais de 35 mil anos¹⁰.

¹⁰ Ver item dos primórdios da arqueologia no Brasil, item 1.

7. Como se processou a transição para a economia de produção no território brasileiro?

Existem várias teses sobre os motivos para a transição das sociedades de caçadores e colectores para as comunidades horticultoras no Brasil, lembrando suas dimensões continentais. Desde há muito tempo o território da Amazônia suscitou discussões acirradas sobre a possibilidade ambiental da floresta equatorial acolher grupos humanos de forma continuada e sustentável. Parte das discussões inicia justamente por que os pesquisadores do século XIX não viam possibilidade de desenvolvimento regional, uma vez que o território parecia hostil ao ser humano, ao mesmo tempo em que a baixa densidade demográfica apresentava formas de sobrevivência consideradas rudimentares.

Antes de discutir os modelos, algumas ressalvas devem ser esclarecidas sobre as primeiras povoações, que com certeza devem ter ocorrido na Amazônia que compreende grande parte do território do norte da América do Sul, mais da metade do qual no Brasil. O ambiente amazônico, na atualidade e pelo menos nos últimos dez mil anos, é composto por uma grande floresta equatorial no qual se destacam dois ambientes (terra firme e várzea) e duas estações do ano (da seca e chuvas). Além disso, devemos observar que se trata de um imenso território que apresenta ainda uma grande variabilidade geográfica (o pico da Neblina tem mais de 3 mil metros de altitude acima do nível do mar; o pico 31 de março, quase 3 mil; pico da Codorna, mais de 2500 m.), grande variedade de cobertura vegetal (10% da diversidade do planeta), animal (tanto referente a diversidade alfa ou gama), pluviométrica, de fertilidade do solo, da química das águas e temperatura, que implica diretamente na ocupação humana.

Michael Heckenberger, realizou escavações, a partir de 1992, com a ajuda dos índios cuicuros que revelaram uma densa rede de estradas que cortavam toda a região onde hoje está o Parque Indígena do Xingu. Em pelo menos dois locais, as escavações revelaram vilas muradas de até 50 hectares (hoje, a média das aldeias xinguanas é de 6 hectares) e aldeias menores, de cerca de 10 hectares cada. Todas eram ligadas por estradas a centros cerimoniais com grandes praças.

Grosso modo, e numa classificação macroscópica, chamamos de várzea as planícies inundáveis dos rios, que nascem nos Andes e são ricos em nutrientes, que fertilizam as margens nos períodos de degelo. São mais ricas também em recursos alimentares, mesmo que não haja controle sobre o alcance da inundação; já a terra firme é composta por solos empobrecidos e

com poucos nutrientes, provenientes do escudo das Guianas, porém menos sujeita as variações climáticas. Neste ambiente diversificado e complexo surgiram culturas intrigantes, como a Marajó, de Santarém ou do Amapá.

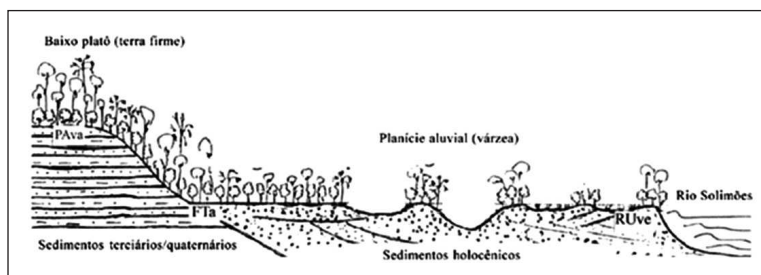


FIG. 24. Diferença entre várzea e terra firme: além do contraste entre sedimentos do quaternário em oposição ao holocênico. PAvA – argilossolo Amarelo Ta aluminico abrupto; FTa- plintossolo Argilúvico aluminico abrupto; RUve- Neossolo Flúvico Ta eutrófico.

De entre os modelos mais discutidos, poderíamos citar os dois que ainda atraem defensores e detratores. Por um lado as pesquisas do casal Betty Meggers e Clifford Evans apontavam para uma sociedade de baixa tecnologia e desenvolvimento social, modelo em parte criado a partir de observações etnográficas recentes e dos modos de vida ribeirinhos, no qual a pobreza dos solos da Amazônia, com baixa fertilidade e sociedades tribais seria um resultado da decadência das altas culturas andinas. Ao longo dos anos 1960 até 2000 ainda percebemos pesquisadores referindo-se aos índios como incapazes de desenvolverem sociedades mais complexas, do ponto de vista econômico ou político. As ideias de Meggers podem ser resumidas da seguinte forma: uma vez que a pesquisadora já possuía alguma experiência na América do Sul, e partindo do pressuposto de que as terras baixas da Amazônia eram solos pobres de fertilidade, aliado a cultura material andina que apresentava um grau de complexidade e beleza estética ímpares, sua proposta era que as culturas dos Andes, em expansão para a Amazônia, rio abaixo, teria entrado em decadência em razão da carestia de recursos, ilustrada pela pobreza da cultura material. Confrontando as fontes históricas das sociedades andinas do período do contato com aquelas do rio Amazonas, considerou que a decadência era evidente e comprovável.

No sentido oposto, Donald Lathrap propunha que as sociedades caçadoras, em virtude da exuberância de condições ambientais, rapidamente transicionaram para cultivos que permitiram a sedentarização. Trilhando o caminho oposto do casal Clifford e Meggers, Lathrap afirmava que Amazônia central seria um polo de inovação cultural, evidenciado pela grande diversidade de tecnologias e tradições cerâmicas, o que indicaria um centro criador, e não apenas difusor, de culturas ou técnicas.

A este período transicional pertencem os sambaquis fluviais, desde Manaus à costa do Pará, com datações de 7 mil BP, produzindo as cerâmicas mais antigas do Brasil, como aquelas encontradas no sítio Tapeirinha, escavado por Anna Curtenius Roosevelt, associada a grupos pescadores.



FIG. 25. Sambaqui Fluvial de Cananéia, Estado de São Paulo.

Complementarmente, é importante ressaltar que hoje as pesquisas apontam o surgimento da cerâmica em diversos pontos do vasto território amazônico, e não apenas em um único centro difusor. Outro ponto importante a destacar é justamente a polarização do debate, onde os critérios tecnológicos baseados em “produção cerâmica” versus “tecnologia lítica” pautaram a discussão em torno de sociedades sem estratificação social como reflexo do nível tecnológico destas sociedades, tese totalmente questionável pelos sítios recentemente descobertos na fronteira entre Acre e Bolívia, ou mesmo nas margens do rio Xingú.

Há uma grande ocorrência de sítios entre os anos de 5 mil a 3 mil BP, com presença de cerâmica que são denominadas Fase Mina, Tradições Hachurada zonada, Borda Incisa, Incisa Ponteadada e posteriormente Tupi-Guarani.

Parte desta expansão está explicada por uma grande mudança da pluviometria da Amazônia, que a partir do aumento das chuvas ocorreu uma expansão das florestas sobre o cerrado. A ocupação destes locais por largos períodos vão dar origem a solos de Terra Preta Antropogênica (TPA) em lugares tão distantes como a ilha de Marajó (Pará) e a região do Alto Madeira (Rondônia), onde as datações das TPA chegam a cerca de 4 mil anos BP. A partir de aproximadamente 1500 BP formam-se sociedades hortícolas, com aumento sucessivo no grau de complexidade sócio-política, formando chefias e cacicados; também deste período é a formação de aterros nos quais se construíram as aldeias e enterravam os mortos. As

cerâmicas deste período são policrômicas, ricamente decoradas com apliques antropomorfos e zoomorfos. Em termos tecnológicos poderíamos chamar de período “formativo” das altas culturas andinas.

O desenvolvimento da horticultura parece ser um processo de dupla via, onde ao mesmo tempo em que os caçadores em transição para horticultura estão a domesticar as plantas, estas também passam a ter alto grau de interferência humana para a sua existência. O Resultado disso é perceptível ainda nos dias de hoje, onde os cultivos de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz e variantes) e pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth e variantes) são as mais conhecidas. É de se observar que alguns grupos atuais, possíveis descendentes de grupos classificados como caçadores, utilizam-se largamente do cultivo da mandica, como é o caso dos índios Maku, Nukak, Parakanã, Sirionó, entre outros.¹¹

8. Não se formaram sociedades complexas no Brasil pré-colonial?

Durante muito tempo a classificação das sociedades pré-cabralinas esteve atrelado à percepção tecnológica e à terminologia européia. Assim, ainda é corrente a classificação dos grupos em caçadores e coletores, horticultores, pescadores, etc. Ademais, este esquema adotou uma associação quase direta entre tecnologia e economia, e depois entre economia e organização social, na qual os caçadores são associados aos portadores de tecnologia lítica e os horticultores à cerâmica. Esta ligação direta implicava que os estudos sobre caçadores e horticultores no Brasil sempre fossem tratados como sociedades de baixa complexidade. Desta forma, durante praticamente todo o século XX ainda se tratava qualquer sítio lítico como caçador, ou coletor, ou no máximo como horticultor incipiente. Pesquisas recentes, no entanto, a partir do final do séc. XX e começo do XXI, têm buscado modelos interpretativos mais elaborados para sociedades como os Sambaquis do litoral sul e sudeste ou os Cerritos na pampa sul-riograndense.

Uma discussão atenta sobre os sambaquis é realizada por Maria Dulce Gaspar, doutorado Arqueologia pela USP e Pós-doutorado pela Universidade do Arizona. Realizou pesquisas arqueológicas nos sambaquis do Rio de Janeiro e Santa Catarina. Para saber mais, recomenda-se “Sambaqui: arqueologia do Litoral Brasileiro”, Jorge Zahar Editor, RJ, 2000, desta autora.

¹¹ Ver item 8.

A observação da distribuição dos sítios na paisagem, bem como a construção de aterros para moradia (tanto os sambaquis – *shellmounds*, como os cerritos – *mounds*, são construções antrópicas) apontam para relações complexas que podem envolver parentesco, território e chefias.

No caso dos Sambaquis, estas redes de organização social de sociedades sem referenciais históricos ainda são um enigma para a arqueologia brasileira, embora as pesquisas apontem para sociedades em que as chefias organizadas poderiam mobilizar não somente a parentela direta, mas também um grupo mais amplo, pensando não mais em um sambaqui isolado, mas um conjunto deles como uma aldeia com diversos integrantes.



FIG. 26. Sambaqui em Garopaba do Sul, Santa Catarina.

Da mesma forma, ao pensar como unidade de análise o grupo e os sambaquis próximos, observou-se que alguns sambaquis eram utilizados como oficinas e o conhecimento do território – terrestre e marinho – era bastante acentuado. Por outro lado, as diferenciações nos enterramentos apontam para o uso de adornos que seriam também distintivos de hierarquias dentro do mesmo grupo, embora não tenhamos clareza do tipo de organização social. As representações da fauna nos zoólitos levam não somente ao questionamento da finalidade dos mesmos, mas também a sugerir que o conhecimento do mar era significativo, pois algumas espécies de animais são identificáveis, tal o grau de detalhes.

Paulo de Blasis, Professor de Arqueologia e História Pré-Colonial do Brasil no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, tem desenvolvido intensa pesquisa sobre os sambaquis e sistemas de povoamento no litoral. Ver: Blasis, P. (2012). “A ocupação da costa brasileira pelos sambaquieiros: uma síntese das pesquisas”. In Morales, Walter Fagundes & Flavia Prado Moi (orgs.) *Tempos Ancestrais*, p. 99-117. São Paulo, Annablume.



FIG. 27. Zoólito de tubarão, encontrado em Pelotas, Rio Grande do Sul. Pelos detalhes da peça foi possível identificar a espécie.

Corroboram esse grande conhecimento marinho os adereços de dentes de tubarão de grandes profundidades, impossíveis de capturar na costa.

No outro extremo do país, sítios recentemente descobertos, como os geoglifos do estado do Acre, ainda são uma incógnita. Por outro lado, a pesquisa sobre sítios complexos no Xingú, desenvolvida por Michael J. Heckenberger, aponta a descoberta de cidades (aldeias com praças, estradas, canais de irrigação e sistema de defesa) que poderiam abrigar 800 a mil pessoas, ou até mais de duas mil, considerando aglomerados satélites. Estas pesquisas ainda estão em andamento, mas parece que há uma estreita relação entre os acúmulos de sedimentos de “terra preta” e a longevidade de ocupação, bem como que estes sítios de “terra preta” apontam para uma grande manipulação da floresta, que tem em geral solos pobres em contraste com os solos de terra preta com alta produtividade agrícola.

Ver também Vania Leandro de Sousa, Estudo zooarqueológico: a diversidade ictiológica no sambaqui Porto do Rio Vermelho II (SC-PRV-02), Ilha de Santa Catarina-Brasil, 2011. Dissertação de Mestrado Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, UTAD.

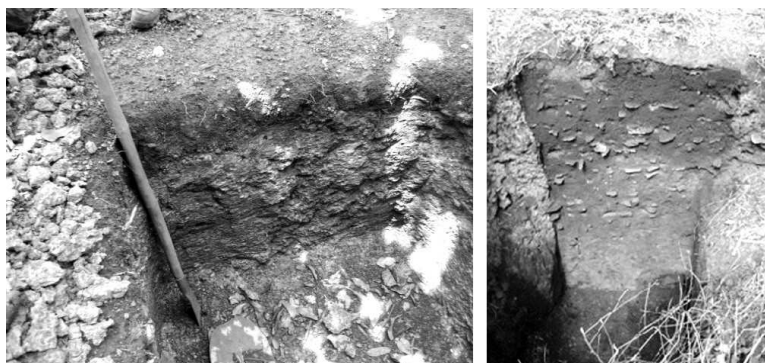


FIG. 28. Terra Preta de Índio no interflúvio dos rios Purus e Madeira.

Em termos históricos, algumas sociedades indígenas com datações de aproximadamente dois mil BP, como os Guaranis, permitem a relação de analogias históricas e etnográficas, uma vez que estas comunidades têm um continuum de cultura material e fontes escritas desde o século XVI. Os grupos antepassados dos índios Guaranis, segundo as fontes históricas, podiam reunir em torno de uma liderança (cacicado) em torno de oito mil guerreiros, além de suas famílias. A descrição desta sociedade, talvez a mais bem conhecida da América do Sul, aponta para um sistema político bastante complexo na qual a redistribuição é a tônica do prestígio. Embora não possamos em falar de sociedades estatais, o cacicado já foi considerado um sistema pré-estatal de centralização do poder.

9. Quais as principais linhas de pesquisa de arqueologia do contacto?

A arqueologia de contato no Brasil deve ser entendida como contato entre o mundo indígena e o mundo ibérico. O contato entre estes dois mundos aconteceu desde o marco histórico de chegada dos portugueses e espanhóis em território sulamericano. O início dos estudos sobre estes contatos começa, no sul do Brasil, com Arno Alvarez Kern, no final da década de 1980, a partir de escavações em missões jesuíticas dos séculos XVII e XVIII.

Arno Alvarez Kern, Doutor em Arqueologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1981, Paris). Titular do Programa de Pós-Graduação (Doutorado e Mestrado) e do Curso de Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua principalmente nos seguintes temas: arqueologia, arqueologia dos sítios históricos, missões ibéricas coloniais, relações interdisciplinares entre a história e arqueologia, povoamento pré-histórico e colonial do Rio da Prata, teorias históricas e arqueológicas.



FIG. 29. Sítio Histórico e Arqueológico de São Miguel Arcanjo, município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul.

Pouco mais tarde, é Marcos Albuquerque que se dedicará à arqueologia dita histórica, mais propriamente do período denominado ‘colonial’ no Brasil, dos séculos XVI ao final do XIX, no litoral do estado de Pernambuco. Enquanto Kern trata do contato entre o mundo ibérico e os nativos da bacia platina, Albuquerque busca compreender o resultado da convivência entre europeus e indígenas no litoral de Pernambuco e a consequente aculturação dos mesmos.

Marcos Albuquerque, doutor em História pela UFPE, com área de concentração em Arqueologia. Especialista em pesquisas de fortificações e campos de batalha, sendo atualmente pesquisador do Centro de Estudo e Pesquisa de História Militar do Exército. Foi um dos pioneiros em arqueologia histórica no nordeste do país.

Em termos de uma tipologia simples, poderíamos considerar que, se por um lado o litoral do nordeste do país pode contar com uma arqueologia de fortes e cidades do século XVI e XVII, no estado do Rio de Janeiro as pesquisas avançam sobre temas como a cultura material dos escravos durante o império. Já no litoral de Santa Catarina, as fortalezas e fortes dividem espaço com a arqueologia do mundo português do século XVIII.



FIG. 30. Cachimbos de escravos no Recôncavo da Baía da Guanabara, Rio de Janeiro, RJ.

Panorama muito diferente é encontrado no estado do Rio Grande do Sul, onde, até o tratado de Santo Ildefonso (1777), constitui-se território espanhol, e, portanto, a arqueologia do contato entre índios e europeus refere-se as missões religiosas, principalmente da ordem dos jesuítas, com seus padres de diversas nacionalidades servindo sob a bandeira espanhola. Assim, seja um mundo colonial português ou espanhol, o Brasil é marcado por diversas experiências diferentes, no contato com missionários, militares, evidenciando claramente como a conquista do território aconteceu, entre a cruz e a espada¹².

¹² Ver item arqueologia Histórica, Missões, Quilombos.

10. O que sabemos sobre a arte rupestre no Brasil?

A arte rupestre brasileira sempre chamou a atenção daqueles que tiveram contato com estas manifestações. Relatos de viajantes e de cientistas em expedição ao longo do século XIX registraram, da Amazônia ao Nordeste, a presença de arte parietal.

A pesquisa sistemática teve seus primórdios ainda durante o século XIX, quando pesquisadores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico da Bahia registraram e publicaram a presença da AR (arte rupestre) na Amazônia, Bahia, Pernambuco, entre outros lugares. A partir dos anos 1970, com sua dispersão em praticamente todo o país, também foi alvo de trabalho sistemático de arqueólogos e diversas tradições foram estabelecidas a fim de estudos mais classificatórios poderem ser realizados. Devemos lembrar sempre a dimensão continental do país, e que algumas regiões ainda carecem de pesquisas regulares.



FIG. 31. Distribuição da arte rupestre no Brasil (Fonte: A Arte Rupestre no Brasil, Madu Gaspar, J. Zahar Editor, RJ 2003).

O mapa acima apresenta uma distribuição aproximada das tradições de arte rupestre no país. A Tradição Amazônica (ou Guiano-amazônica) refere-se ao espaço geográfico onde se encontram estas manifestações, mas não existe uma “tradição” mas múltiplos ‘estilos’ e complexos, que atestam a diversidade étnica da região no passado. Em geral, são compostos por sítios a céu aberto, com pinturas policrômicas em vermelho, preto, ocre e amarelo, sobre a superfície rochosa. Os motivos antropomorfos são seguidos por geométricos. Embora com ampla extensão geográfica, talvez seja a que possua menos estudos sistemáticos. A datação do Sítio Gruta do Pilão (ou Pedra Pintada), em Monte Alegre, Pará, teria datações de 11.200 anos BP, segundo Anna Roosevelt. Em Roraima, as datas recuam a 3 mil anos BP.

No outro extremo do país, na região sul, se identificou a Tradição Meridional. Espalhando-se desde as planícies da bacia platina na Argentina e Uruguai, segue em direção ao norte e cruza o estado do Rio Grande do Sul. Tem uma sobreposição estimada com os grupos historicamente conhecidos como pampeanos. As gravuras – não há pinturas – são petróglifos lineares simples, círculos, triângulos, também chamados de “pegada de ave” ou pegadas de felídeo (conforme convergem três linhas ou se há composição de círculos). Também são comuns linhas paralelas formando “grades”, bem como pontos alinhados.



FIG. 32. Gravura da Tradição Meridional. Sítio D. Josefa, RS.

Ainda no sul do Brasil, mas no estado de Santa Catarina, encontramos a tradição Litorânea. Com seus melhores representantes nas diversas ilhas no litoral, são sítios muitas vezes compostos apenas por gravuras a céu aberto, em matacões de basalto que afloram em diversos locais, desde as praias até o interior das ilhas. São geométricos formados por pontos, linhas, círculos, alguns poucos antropomorfos. São atribuídas datas entre 7 mil e 4500 anos BP para esta arte.



FIG. 33. Arte rupestre, ilha do Campeche, Santa Catarina.

Ainda em direção ao norte, porém no interior do continente, encontramos a Tradição Geométrica. No estado do Paraná, estão presentes quase exclusivamente gravuras geométricas, que ocorrem nas formações de arenito. A tradição geométrica recebe o nome de Itacoatiara nos estados do nordeste do país, e se caracteriza por gravuras encontradas nos blocos, paredões e afloramentos rochosos próximos a cursos de água. São em maioria geométricos, mas também ocorrem representações de “pés”, humanos e animais, lagartos, pássaros e antropomorfos. Há controvérsias entre os pesquisadores se a Tradição Geométrica existe no nordeste ou seria apenas uma fácie da Tradição Nordeste. No Mato Grosso também encontramos sítios que são classificados dentro da Tradição Geométrica.

No caso da Tradição Planalto, a sua distribuição vai desde o estado do Paraná até à Bahia, passando pelos estados de São Paulo e Minas Gerais. As pinturas utilizam como cores o vermelho, o marrom (castanho), menos usualmente o preto e o amarelo e poucas vezes o branco. Destacam-se os animais (répteis, cervídeos e peixes, dependendo do sítio, também peixes, pássaros e mais raramente outros animais), mais abundantes que os símbolos geométricos e em menor proporção figuras humanas (mãos, pés) e pisadas de animais. Aparecem em abrigos de arenitos e de basaltos. A cronologia é estabelecida entre 4400 e 2000 BP.

Também no estado da Bahia, ao longo do Rio São Francisco, se encontra a Tradição São Francisco, presente também nos estados de Goiás, Tocantins, Sergipe e Mato Grosso. É caracterizada por pinturas bicrômicas ou policrômicas, sobretudo de geométricos, nas cores vermelho, amarelo, preto e branco. Os geométricos são polígonos, quadriláteros, divididos

por linhas vermelhas ou ocre. Os poucos zoomorfos representam peixes, pássaros, cobras, sáurios e talvez tartarugas. Há representações isoladas de pés humanos e armas (lanças e propulsores).



FIG. 34. Arte Rupestre da Tradição São Francisco. Gruta do Pitoco, Alcinópolis, MS.

A tradição Nordeste é caracterizada por grande quantidade de representações humanas em ação, como dança, caça, sexo e cópula. A riqueza de enfeites e atributos que acompanham as figuras humanas é interpretada por alguns arqueólogos como indicativos de hierarquias e diferentes tribos. Os zoomorfos incluem emas e cervídeos, porcos do mato, quatis e caranguejos de água doce. Reconhecida por Niède Guidon na Serra da Capivara, no estado do Piauí, tem diversas subtradições ou estilos. Podemos citar as subtradições “serra da Capivara” (com datas de 15 mil – 12 mil anos BP), “Serra Branca” (datadas de 9 mil a 6 mil BP), “Seridó”, “Várzea Grande”, “Central” com características peculiares, nos quais predominam um ou outro motivo, sejam zoomorfos ou antropomorfos. Também é necessário dizer que esta tradição possui lugar não somente no Piauí, mas também nos estados de Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Pernambuco e Paraíba.

GUIDON, Niède. *Arte pré-histórica da área arqueológica de São Raimundo Nonato*: síntese de dez anos de pesquisa. Revista CLIO – UFPE, Recife, n. 7, 1985, p. 3-80.



FIG. 35. Toca da entrada do Pajaú, Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Tradição Nordeste.

Mais recente é a Tradição Agreste, encontrada nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Existem locais como norte e centro do Piauí e sudoeste pernambucano onde aparecem somente a Tradição Agreste e não a Nordeste. É caracterizada pela predominância de grafismos reconhecíveis, como figuras humanas (antropomorfos isolados) ou raras cenas com poucos personagens. Não apresenta objetos nem fitomorfos. Se a tradição Nordeste se caracteriza pela dinâmica, na Tradição Agreste os animais são estáticos, apresentando-se emas, quelônios, pássaros com tendências antropomórficas. Também existem figuras geométricas elaboradas. Muitas vezes a classificação da Tradição Agreste se dá por negação da Tradição Nordeste (“se não é Nordeste, deve ser Agreste”).

Anne Marie Pessis, doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Nanterre, França. É diretora científico-técnica da Fundação Museu do Homem Americano de São Raimundo Nonato (Piauí), co-responsável da missão de cooperação científica franco-brasileira no Piauí. Suas linhas de pesquisa são: Métodos de análise não destrutiva aplicados à arqueologia e patrimônio cultural; O Povoamento Pré-histórico do Nordeste do Brasil; Registros Gráficos da Pré-História; Registros gráficos rupestres; e Traceologia em vestígios arqueológicos.

Hoje esta visão é questionada e procuram-se critérios classificatórios mais objetivos. Um dos elementos diagnósticos é a figura de um pássaro de longas penas e asas abertas, cujo antropomorfismo sugere a representação de

um “homem-pássaro”. Também são considerados pinturas de mãos e pés, e grafismos puros em forma de grades, labirintos, espirais e linhas sinuosas.

A arte rupestre no Brasil, embora com diversos centros de excelência, numerosas dissertações e teses defendidas ao longo de todo o país, ainda carece de muito trabalho a ser feito, tanto em termos de cronologia, origens, migração e etnicidade. Embora os avanços sejam visíveis, sabe-se muito pouco dos grupos que realizaram estas manifestações. Isto não desmerece nenhum trabalho e, ao contrário, serve de estímulo a toda a pesquisa que deve ser realizada.

11. O que é a arqueologia dos quilombos?

Um ponto recente na arqueologia brasileira, a partir dos grupos emergentes na reivindicação de seus direitos sociais, políticos e históricos, refere-se ao que denominamos de arqueologia pública. Trata-se de uma dimensão da atividade arqueológica que visa defender os direitos de comunidades que foram ou têm sido marginalizadas historicamente. Aqui vamos nos referir aos quilombos como um elemento desta dimensão, em que o rigor científico se cruza com a dimensão social.

O termo quilombo refere-se a aldeamentos, refúgios ou locais de moradia e estabelecimento de ex-escravos durante o período de escravidão africana no Brasil (1500-1888). Após a libertação dos escravos pela princesa Isabel (1888), foram negados vários direitos para o exercício da cidadania por estes descendentes, muitos ainda residindo em locais que outrora foram refúgios do sistema escravocrata, ou em aldeamentos onde se reuniam sem intervenção do estado. Partindo de uma ideologia eugenista (do final do séc. XIX e início do XX) que viam o negro e o índio como entraves para o desenvolvimento da nação, promoveu-se e acentuou-se uma política, inclusive com muitos recursos do Estado, de forte imigração européia, com o objetivo de “branqueamento” do país e de harmonização com os países europeus. Neste sentido, não apenas índios e negros foram marginalizados e excluídos do processo, alijados de direitos básicos de cidadania, como se promoveram diferentes formas de inclusão dos imigrantes no país à custa da negação da remota existência da mão de obra livre negra. Este processo aproveitou as crises e conflitos sociais na Europa, muitas vezes construindo uma classe laboral brasileira branca a partir dos socialmente excluídos na Europa.

Rossano Lopes Bastos, doutor em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Arqueologia, no qual trabalhou em pesquisas arqueológicas em Fortalezas do sistema defensivo de Santa Catarina, além de suas contribuições em Arqueologia de Quilombos.

Esta invisibilidade da presença negra no país, somente reconhecida a partir da constituição de 1988, modificou o quadro da composição étnica oficial, ao mesmo tempo que grupos organizados iniciaram o processo de reivindicação de seus direitos. Assim, uma das questões mais nevrálgicas do país, é o direito e a propriedade da terra. Sendo assim, e a partir da óbvia presença de comunidades negras em situações de ilegalidade, marginalizadas ou muitas vezes tão somente “toleradas”, iniciou-se um processo de legalização destas áreas, ocupadas desde tempos quase imemoriais.

O estudo destas comunidades é, antes de mais, um campo fundamental de pesquisa de arqueologia e antropologia, procurando compreender e resgatar a diversidade cultural das comunidades indígenas e afro-descendentes, artificialmente homogeneizadas sob a designação de “índios” e “negros”. Esta pesquisa revela muitos matizes, em que os recortes raciais se cruzam, e por vezes conflituam, com os recortes culturais e sociais.

Atualmente, algumas destas pesquisas arqueológicas estão sendo utilizadas em apoio à legitimação e reconhecimento da ocupação ancestral em muitos destes locais, no quadro de batalhas contra o poder público, contra os proprietários de terras, contra a especulação imobiliária, entre outros fatores, e para a legalização das posses e usufruto da terra. Não sendo um objetivo específico da arqueologia, esta realidade ilustra como a pesquisa arqueológica se cruza com a disputa de interesses na sociedade, devendo manter um rigor técnico essencial, mas longe da inocência, muitas vezes cúmplice, de outros tempos.

O papel dos arqueólogos, neste sentido, está em desenvolver laudos e pareceres que legitimem ou não a ocupação ancestral por parte dos moradores dos quilombos, essencial ao reconhecimento da categoria quilombola (substantivo que denomina escravos, ex-escravos ou descendentes destes que foram moradores dos quilombos) bem como a propriedade da terra.

O enfrentamento em relação aos quilombos tem ocorrido em diferentes sentidos. O exemplo mais comum são os casos no qual os arqueólogos são chamados a intervir para, a serviço de uma organização não-governamental ou do estado, realizarem atividades que contribuam para construção de um laudo que legitime ou negue a ocupação ancestral. Logicamente este trabalho é acompanhado de pareceres de historiadores e antropólogos, formando um conjunto de dados que permite à Justiça dar um veredicto quanto a legitimidade da reivindicação.

Na contramão destes laudos, e muito mais raramente, acontece que as partes não estejam preparadas para ouvir o que têm a dizer os arqueólogos. O caso mais emblemático aconteceu a partir da escavação do maior quilombo conhecido da História do Brasil, o Quilombo dos Palmares. Palmares era um complexo de diversas aldeias e fortificações. Porém, ao contrário do que a Fundação Palmares esperava, o que a arqueologia comprovou é que o quilombo era um local não apenas de negros, mas de índios, mestiços, pardos e até brancos, excluídos do sistema colonial. Em 1992, uma

equipe de estudiosos realizou escavações no Quilombo dos Palmares. A descoberta de novos elementos, cujas características denotam influências africanas, mediterrâneas e indígenas permite outras interpretações sobre as identidades culturais e as relações existentes no quilombo.



FIG. 36. Pedro Funari na escavação do Quilombo de Palmares.

A pesquisa do arqueólogo Pedro Paulo Abreu Funari apontou para diversos componentes de polifonia no quilombo, onde não somente negros fugidos ou forros, mas todos os marginalizados pelo sistema colonial encontravam abrigo neste local.

Pedro Paulo Abreu Funari, doutor e pós doutor em arqueologia pela Illinois State University, junto com Charles Orser Jr, publicaram os resultados de suas pesquisas arqueológicas no território do Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga. Para mais detalhes, ver “Palmares, ontem e hoje” de autoria de Funari e Aline Vieira de Carvalho, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, coleção Descobrindo o Brasil, 2005.

A cultura material escavada em Palmares era composta sobretudo de cerâmica (mais de 90% do total), e um dos marcadores temporais foi a cerâmica Majólica. Também se encontrou um enterramento em urna com machados polidos, associada a tradição Tupiguarani, dos índios falantes da língua Tupi do litoral.

Uma vez que a ideia de escavação do quilombo fora enaltecer a identidade e a africanidade do quilombo, bem como criar um discurso ideológico que reafirmasse questões ligadas à “pequena África” no Brasil, num sentido que valorizasse exclusivamente a cultura africana, os resultados decepcionaram os patrocinadores, que cortaram as verbas de pesquisa.

Em que a arqueologia dos quilombos pode ser tão especial? Vários fatores podem ser arrolados, mas vamos destacar os principais. Em primeiro lugar, embora em período histórico com farta documentação sobre a história do Brasil, tudo o que sabemos, através das fontes escritas, é a visão de seus detratores. Mais preocupados com o aspecto militar ou mesmo com o risco que o quilombo oferecia ao sistema escravista, pouco ou nada se escreveu sobre o cotidiano, a organização social ou a cultura material. Assim, conhecida historicamente, é uma história sem fontes escritas. O segundo ponto diz respeito à identidade. A negação da presença negra no país ajudava a elite branca e burguesa a consolidar o papel do negro escravo, ou em situação de escravidão, antiga ou moderna. A arqueologia dos quilombos remete não somente a resistência sistemática dos negros contra o sistema colonial brasileiro, como mostra o lado insubmisso, insurrecto e principalmente bélico da organização da Serra da Barriga, sede de Palmares. Também deve ser pensada como uma arqueologia da diáspora africana que, além disso, permitiu e permite a escrita de outra história, narrada com o sacrifício dos escravos que sobreviveram e à custa daqueles que foram vítimas da escravidão, na forma como ela aconteceu no Brasil. Por fim, a afirmação de uma identidade negra, ou afro-brasileira, motivo de orgulho e de auto-afirmação social, tem sido utilizada como elemento de combate ao racismo, ao mesmo tempo em que alerta para as desigualdades sociais que o “preconceito de marca” segrega¹³.

Preconceito de Marca é um termo cunhado por Oracy Nogueira para demonstrar que enquanto nos EUA o racismo está vinculado à origem, no Brasil é a cor da pele, ou ‘marca’ que caracteriza a segregação e preconceito racial. Obra: “Preconceito Racial de Marca e Preconceito Racial de Origem”.

Leia também Arqueologia da paisagem no Quilombo de São Sebastião dos Pretos Bacabal, Maranhão, Brasil território e memória, de Geysa Lima Santos, Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, 2010, UTAD-Portugal.

¹³ Ver item arqueologia pública.

12. Qual o quadro geral da arqueologia histórica no Brasil?

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos da América a arqueologia Histórica era alvo de discussão desde os anos de 1930, no Brasil esta temática desenvolveu-se bem mais tardiamente, com alguns estudos iniciais na década de 1960 sobre missões jesuíticas e no litoral nordestino (durante o PRONAPA) e fases arqueológicas nos quais era evidente a presença de materiais após o século XVII. Durante toda esta década, os estudos tratavam da cultura material em termos de aculturação, ou seja, a troca de padrões tradicionais por aqueles oriundos de fora, fossem espanhóis ou portugueses. O termo, emprestado da antropologia, ficou em desuso também na arqueologia: além de ser unidirecional, propunha a dominância das sociedades uma pelas outras; ademais, o uso do termo aculturação também carregava a carga ideológica de uma cultura sobrepor-se a outra, e por extensão a perda da identidade étnica.

A arqueologia iniciada nas Missões Jesuíticas deu início a um debate florescente sobre o enquadramento do período histórico, por se tratar da construção de um espaço “moderno” dentro das selvas sul-americanas. No mesmo período iniciam-se as discussões sobre o espaço da arqueologia em sítios históricos, discussão que permanece no IPHAN uma vez que os arquitetos consideram as edificações em cotas positivas como de caráter histórico e não arqueológico, como se o domínio do arqueólogo fosse somente a sub-superfície (perspectiva que, aliás, ainda prevalece de forma totalmente desfasada da pesquisa, em muitos outros países).

Nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, onde houve uma presença marcante de missões e reduções jesuíticas espanholas, podemos afirmar que a Arqueologia Histórica trata das sociedades com escrita a partir do século XVII. Já no restante do país, de ocupação portuguesa, o mesmo período refere-se às cidades incipientes, aos fortes militares e seus desdobramentos.

Outro ponto que impulsiona as atividades da arqueologia histórica refere-se à abertura política após 1985, quando as temáticas sociais e a discussão sobre o papel do arqueólogo na sociedade têm maior relevância. Neste sentido, tanto as missões jesuíticas como os fortes, povoados e mesmo estruturas domésticas apresentavam a cultura material e o cotidiano de classes subalternas, até então esquecidos no discurso arqueológico. Na sequência, durante a década de 1990, pesquisas em engenhos, centros urbanos, senzalas, lixeiras coletivas urbanas, cemitérios e outros locais passaram a ser alvo de atenção, já com maior preocupação teórica e metodológica por parte dos profissionais.

Leia Também Vida material de Desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, de Fernanda Codevilla Soares, Tese de Doutorado em Quaternário, Materiais e cultura, 2012, UTAD-Portugal.

O cotidiano da sociedade urbana e rural começou a ser desvendada em diversos locais. No Rio Grande do Sul, trabalhos apontaram para a vida nas sedes de fazendas, que embora economicamente ricas apresentavam uma cultura material muito simples, incoerente com a documentação histórica. O caso oposto também foi verificado, em que famílias de baixo poder aquisitivo poderiam ostentar seus status através de conjuntos de louça incompatíveis com sua condição financeira. Na contramão de uma sociedade de aparência do início do século XX, em Vassouras, Minas Gerais, o resgate da cultura material demonstrou que a família não tinha a preocupação de ostentação através da louça, como era comum na época. Em Santa Catarina, na capital Florianópolis, um estudo sobre louças em uma unidade doméstica demonstrou que na vida cotidiana o uso dos aparelhos de chá se dava somente em ocasiões muito especiais, em contraste com o uso diário de artefatos bem inferiores. Padrões de consumo, os hábitos de higiene, o uso de remédios e outros, puderam ser conhecidos e dão uma visão mais precisa da passagem do século XIX para o XX e também da mudança na mentalidade e crenças das populações, tanto no que se refere aos conceitos de saúde/doença como aos padrões de estética e beleza.

Mais recentemente, os objetos de pesquisa tem buscado resgatar grupos marginalizados historicamente (quilombos e senzalas), e atualmente podemos falar até de uma arqueologia que trata de grupos excluídos ou perseguidos, como as pesquisas sobre os sertanejos em Canudos ou sobre os desaparecidos políticos durante a ditadura.

A Guerra dos Canudos foi um movimento social liderado por um líder religioso na cidade de Canudos, sertão da Bahia. Em meio a seca, miséria e fome, o líder religioso propagava a criação de uma cidade onde os latifundiários não tinham poder de mando. Foi massacrado pelas forças da recém formada república entre os anos de 1896-1897.

Os resultados destas pesquisas têm influenciado de sobremaneira a forma como podemos interpretar o passado. Visões estáticas consagradas, como a indolência dos índios, a preguiça dos escravos ou o caráter submisso dos sertanejos, deram lugar a novas pesquisas tanto nos documentos escritos como nos arqueológicos, modificando tanto os dados da historiografia tradicional como abrindo outros campos de pesquisa. Da mesma forma, seria enorme a lista de arqueólogos que se dedicam ou dedicaram a arqueologia histórica no país, mas alguns nomes são basilares na pesquisa brasileira, como Tânia Andrade Lima, Marcos Albuquerque, Fernanda Bordin Tochetto, entre outros.

Fernanda Bordin Tocchetto é doutora em História, Área de Concentração em Arqueologia, pela PUC-RS. É coordenadora do Programa de Arqueologia Urbana de Porto Alegre, RS. Tem experiência na área de Arqueologia, com ênfase em Arqueologia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: arqueologia histórica, prática arqueológica em unidades domésticas, arqueologia histórica e gestão do patrimônio arqueológico.

13. O que é a arqueologia dos Sete Povoados Missioneiros?

A arqueologia científica, como colocamos anteriormente, teve grande impulso após meados do século XX, e podemos afirmar que somente a partir dos anos 1950 é que houve uma propulsão, em oposição à arqueologia amadora praticada até então.

Após a instalação do PRONAPA, boa parte do interesse acadêmico era sobre a pré-história brasileira, e os sítios arqueológicos ligados ao período histórico só serão devidamente pesquisados a partir dos anos 1980. É Arno Alvarez Kern, no estado do Rio Grande do Sul, que vai iniciar os trabalhos de campo evidenciando sítios históricos, no caso as reduções espanholas promovidas pela ordem dos jesuítas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Estas pesquisas iniciam por recuperar as fontes históricas sobre as missões e reduções jesuíticas, mas logo avançam para a pesquisa sobre a cultura material, confirmando ou negando as informações obtidas através dos dados históricos. As pesquisas em arqueologia missioneira oportunizaram o desenvolvimento não somente de técnicas adaptadas da pré-história para o período histórico, como suscitaram um novo interesse pela experiência jesuítica no sul do Brasil. E se atualmente podemos acessar alguns documentos escritos pelos índios durante o período reducional, certo é que a esmagadora maioria das fontes escritas foi produzida pelos missionários. Em situação inversa, as fontes materiais, que são as mais abundantes, são essencialmente aquelas produzidas pelos índios, e não pelos padres, o que coloca esta arqueologia como um foco de observação das diferenças entre as práticas missioneiras e a realidade local.

Arno Alvarez Kern é doutor em arqueologia pela Ecole des Hautes Etudes et Sciences Sociales e Pós Doutor sob a orientação de Paul Courbin e Jean-Marie Pesez. Atuou em arqueologia histórica nos povoados missioneiros do Rio Grande do Sul, nas reduções de São Miguel das Missões, São Lourenço Mártir, São João Batista e Santo Ângelo Custódio.

As perspectivas desta arqueologia ainda estão por ser computadas. Se por um lado há abundantes fontes escritas para todas as missões e reduções que vicejaram em toda a bacia platina entre 1628 e 1756, por outro a cultura material está longe de ser esgotada. Diversos aspectos ainda devem ser esclarecidos em relação ao cotidiano destas reduções, seja pela manutenção de elementos considerados indispensáveis pelos Guaranis, ou pelas formas como a vida era levada longe do olhar dos padres, fossem nas estâncias, ou noutros locais fora do perímetro reducional.



FIG. 37. Vista aérea da Ruína de São Miguel Arcanjo. O espaço missioneiro se estendia para muito além da igreja.

Mais do que uma experiência única do convívio entre o mundo ibérico e uma sociedade neolítica, as missões ainda seduzem os pesquisadores pelo seu potencial de questionamentos ainda sem resposta. Ao fim e ao cabo, ainda não sabemos o que foi, efetivamente, o resultado de mais de um século de convívio com os ideais cristãos e o pensamento moderno para os Guaranis. Os resultados desse convívio ainda carecem de mensuração, igualmente, em pesquisas de antropologia, história ou economia, entre outras áreas. Inicialmente denominadas Missões Jesuíticas, a percepção do papel dos nativos levou os acadêmicos a denominá-las atualmente como Missões Jesuítico-Guaranis, ou Guarani-jesuíticas, uma vez que, por exemplo, São Miguel Arcanjo concentrava mais de seis mil índios e somente dois padres. Estima-se que o conjunto total de missões abrigasse mais de 150 mil índios.

De uma cultura material original que foi saqueada por sucessivas campanhas portuguesas e espanholas após a Guerra que marca o fim do período reducional (guerra Guaranítica 1752-1754), coleções de imagens, estatuária em madeira e pedra, principalmente, encontram-se espalhadas por alguns museus. No entanto, o acervo arqueológico, motivo de buscas por amadores em busca de um “tesouro” dos padres, continua em parte sob o solo. No Brasil, vestígios de seis das sete principais reduções da região ainda podem ser visitadas: São Miguel Arcanjo, Santo Ângelo Custódio, São Lourenço Mártir, São Nicolau, São João Batista, São Francisco de Borja e São Luiz Gonzaga, sendo a primeira reconhecida como patrimônio mundial pela UNESCO¹⁴.

14. Como se desenvolvem os estudos de tecnologia na arqueologia brasileira?

Os estudos na arqueologia brasileira, até os anos de 2000, focavam-se sobretudo no estudo dos materiais líticos e cerâmicos, para grande parte do país, e arte rupestre, onde esta se encontrava melhor preservada.

Os estudos de lítico foram orientados, por muitos anos, por manuais de indústrias líticas, como os de Annete Laming-Emperaire (Guia para o Estudo das Indústrias Líticas da América do Sul, Manuais de Arqueologia nº 2, Universidade Federal do Paraná, CEPA, 1967) e Luciana Pallestrini (PALLESTRINI, L. e MORAIS, J. L. Arqueologia Pré-histórica Brasileira. Universidade de São Paulo, Fundo de Pesquisas, São Paulo, 1982). Não que a criação de manuais tenha sido abandonada, pois a variabilidade dos materiais e artefatos está longe de ser plenamente conhecida (ver, por exemplo, BUENO, Lucas; ISNARDIS, Andrei (Orgs.). Das pedras aos homens: tecnologia lítica na Arqueologia Brasileira. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2007).

A base era a tipologia dos artefatos aos quais geraram estudos de tradições e fases líticas, sendo as mais conhecidas do sul do Brasil a Tradição Umbu (cujo fóssil guia eram as pontas de flecha pedunculadas) e a Tradição Humaitá (organizada sobre o marcador dos grandes talhadores bifaciais). No Brasil central temos a Tradição Itaparica (o fóssil guia eram artefatos planos convexos). Outras Tradições foram criadas, atualmente questionadas pelo avanço da pesquisa e pela abordagem histórico-culturalista que privilegiou por muito tempo os artefatos e seus usos em detrimento da matéria-prima e seus processos de confecção. Atualmente as Tradições servem apenas como demarcador espacial, uma vez que as análises foram substituídas por abordagens mais contemporâneas, como estudos de área

¹⁴ Ver item de Arqueologia Histórica.

de captação de recursos, cadeia operatória, uso e descarte de materiais, entre outros.

No caso da cerâmica, a trajetória foi pouco diferente. Os estudos sobre os fragmentos preocupavam-se sobretudo em realização de seriações para configurar Tradições e fases (multiplicadas quase ao infinito até os anos 1990). Após a proposta de Brochado em analisar as vasilhas de acordo com suas relações entre forma-função associados a documentação histórica e etnográfica, introduziu-se uma abordagem mais etnográfica aos materiais e consequentemente menos estatística aos fragmentos, reconhecendo certas filiações culturais as manifestações cerâmicas, e a partir disso, analogias com os grupos indígenas do passado.

Este avanço, embora pareça menor, resultou em análises que induziram estudos sobre demografia, cronologia, ocupação do espaço, dimensões das áreas de captação de recurso, formas de chefia (cacicados) e outros estudos que abordaremos a seguir. No momento em que se rompeu com a quantificação como fim último do estudos das cerâmicas, abriram-se relações estreitas com a antropologia, a história, e mesmo com outros campos de estudo de caráter físico e químico, mais acentuados após os anos 2000.

Jedson Francisco Cerezer, Revendo Problemáticas, Traçando Perspectivas: contributo da Arqueologia Experimental para a Cerâmica Guaraní, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar – UTAD, 2008/2009.

Pode-se afirmar que a tecnologia cerâmica, seja em uma abordagem experimental (tal como realizada por Jedson Cerezer), ou em análises químicas (Bona, Irene Akemi T. “Estudo de assinaturas químicas em cerâmica da tradição Tupiguarani da região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil”, Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, USP, 2006) tem apresentado outras formas de responder velhas questões sobre a cultura de grupos horticultores. Neste sentido, questões sobre métodos construtivos e produção de cerâmica, processo produtivo e matéria prima, respondidos por Cerezer em seu estudo experimental, podem ser completados por outras pesquisas, nos quais ainda poderemos inferir melhor os hábitos de comércio, a troca de bens de consumo e a captação de recursos minerais, ou ainda o território conhecidos dos índios Guaranis do sul do Brasil, estão cada vez mais perto de serem melhores estudados, como proposto por Bona. Neste sentido, os estudos de tecnologia cerâmica estão se aproximando mais de marcadores culturais, no qual aspectos de dinâmicas culturais, contatos interétnicos, fronteiras e outros aspectos estão se tornando alvo destas novas abordagens.

ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

15. Como é que a arqueologia no Brasil se articula com as outras ciências e com a sociedade?

A pesquisa arqueológica científica no Brasil nasce no século XIX. Se durante o período anterior à proclamação da República (1889) a pesquisa foi desenvolvida por naturalistas estrangeiros, no final do século XIX instituições como o Museu Paraense Emílio Goeldi ou o Museu Nacional desenvolveram os primórdios da arqueologia científica, com pesquisadores de diversas formações acadêmicas, geralmente europeus. Talvez o melhor exemplo seja Peter Lund, e suas descobertas no município de Lagoa Santa.



FIG. 38. Paulo Duarte, precursor da arqueologia acadêmica no Brasil e inspiração do Laboratório de arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

Já no início do séc. XX a pesquisa foi levada a cabo por museus, agora incluindo o Museu Paulista. Fora dos museus, os institutos históricos e geográficos vão incentivar a pesquisa de cidades perdidas, e as pinturas rupestres são tomadas como referências para endossar a curiosidade do período.

do. Após a 1ª guerra mundial, os museus, por falta de recursos, voltam-se para a história natural, abandonando as atividades de pesquisa arqueológica. Após este período, percebe-se que a arqueologia será desenvolvida a partir das universidades e seus professores, como Paulo Duarte no Instituto de Pré-História da Universidade de São Paulo – USP. É Paulo Duarte que convida o amigo Paul Rivet para ampliar o leque de pesquisa de Ciências Humanas na USP. Outra forte influência francesa foi concretizada pela vinda do casal Annete Laming e Joseph Empeaire, que, convidados por Rivet, pesquisaram os sambaquis do estado do Paraná e ministraram cursos de arqueologia para professores brasileiros.

É neste período (entre 1954 e 1957) que é criado o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – CEPA, da Universidade Federal do Paraná, centro de referência da arqueologia do período. A influência francesa é percebida pelas práticas de técnicas e métodos arqueológicos, sendo importado o modelo de ‘decapagem’ de Leroi-Gourhan enquanto o método estratigráfico passa a ser utilizado por outros pesquisadores, como Luciana Pallestrini, Maria da Conceição Beltrão, Lina Kneip, Silvia Maranca e José Luiz de Moraes, todos no estado de São Paulo.

Após o golpe civil-militar no Brasil, foram implantados, sob os auspícios do governo e através de um recurso oriundo do acordo MEC-USAID e do Smithsonian Institution, uma série de programas de pesquisas arqueológicas serão desenvolvidas no país. O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – PRONAPA (1965-1970), seguido do Programa Paleointígena – PROPA (1972-1977) e Programa Nacional de Pesquisas da Bacia Amazônica – PRONAPABA (1977-1981), tinham intenção de realizar um levantamento da pré-história brasileira, ao mesmo tempo que foram utilizados como suporte para controlar a produção científica e os pesquisadores alinhados à esquerda, nomeando ou excluindo investigadores das instituições de pesquisa.

Diversas universidades criam então seus laboratórios de pesquisa, ou consolidam o trabalho já existentes, como a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS, em São Leopoldo, RS), ou o Museu Antropológico Diretor Pestana (Ijuí, hoje pertencente a Universidade de Ijuí – UNIJUI, RS), que vinham desenvolvendo pesquisas sistemáticas desde o final dos anos 1950. O Pronapa, promoveu a pesquisa arqueológica em diversos estados como na Bahia (com Valentín Calderón), Espírito Santo (com Celso Perota), Rio Grande do Sul (com José Proenza Brochado, Eurico Theófilo Miller), Paraná (com Igor Chmyz), Acre, Rio de Janeiro e Minas Gerais (com Ondemar Dias) entre outros, objetivando um levantamento sistemático e padronizado da ocupação pré-histórica do país.

Muitos dos centros de pesquisa existentes na atualidade são herdeiros, intelectual ou pessoalmente, destes pioneiros da arqueologia científica. As universidades dos estados já citados, bem como outras em Santa Catarina,

Goiás, Pernambuco, entre outros, devem seu nascimento à persistência de seus fundadores em transformar a arqueologia em uma prática científica. Praticamente todos os estados do país hoje contam com centros de pesquisa. Alguns foram fundados ainda nos anos 1980, como o Centro de Pesquisa da Universidade Católica de Goiás, pelo Padre Pedro Ignácio Schmitz, outros foram criados pela fusão de outros núcleos de pesquisa, como o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo em 1989 (fusão entre o Instituto de Pré-História, o Museu Paulista e o Acervo Plínio Ayrosa).

Se os estados do Sul e Sudeste foram pioneiros na arqueologia acadêmica de universidades públicas, hoje são comuns grandes centros de pesquisa em universidades fora das capitais e também em instituições particulares. Se em 1990 havia apenas três cursos de pós-graduação em arqueologia e somente um curso de graduação, em universidade particular, atualmente (2013) são mais de dez os cursos de graduação em arqueologia no país, além de diversos cursos de mestrado e doutorado na área.

Os principais cursos de pós-graduação específicos em arqueologia acontecem na Universidade de São Paulo, de Pernambuco, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Piauí, e em Sergipe, além de outras Universidades que possuem áreas de concentração ou linhas de pesquisa na área.

Cursos de Arqueologia em nível de Graduação no Brasil:

Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – Iranduba – AM
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Pelotas – RS
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – PE
Universidade Federal de Rondônia (UNIR) – Porto Velho – RO
Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Laranjeiras – SE
Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina – PI
Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) – Santarém – PA
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Rio Grande – RS
Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) – São Raimundo Nonato – PI
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG) – Goiânia – GO

Cursos de Especialização:

Faculdade de Duque de Caxias (FEUDUC) – Duque de Caxias – RJ
Faculdade São Lucas – Porto Velho – RO
Universidade de Santo Amaro (UNISA) – São Paulo – SP

Universidade do Sul de Santa Catarina – Tubarão – SC
 Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI)
 – Erechim – RS
 Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) – RJ

Cursos de Mestrado:

Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP
 Universidade de Campinas (Unicamp) – Campinas – SP
 Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Salvador – BA
 Universidade Federal de Sergipe (UFS) – Laranjeiras – SE
 Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Pelotas – RS
 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – PE
 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – MG
 Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria – RS
 Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – PA
 Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Curitiba – PR
 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – RJ
 Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Teresina – PI
 Pontifícia Universidade Católica de Goiás (UCG) – Goiânia – GO
 Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre – RS

Cursos de Doutorado:

Universidade de Campinas (Unicamp) – Campinas – SP
 Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – SP
 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife – PE
 Universidade Federal do Pará (UFPA) – Belém – PA
 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Rio de Janeiro – RJ
 Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUCRS) – Porto Alegre – RS

Outras instituições que desenvolvem pesquisas ou atuam na área de arqueologia no Brasil:

Norte:

Museu Paraense Emílio Goeldi – UFPA
 Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA) – Unitins
 Museu Amazônico – UFAM

Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão (CPHNAMA)

Centro de Pesquisas e Museu Regional de Arqueologia de Rondônia

Centro de Arqueologia dos Biomas da Amazônia

Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA)

Nordeste:

Laboratório de Arqueologia – UFPE

Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM)

Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – UFBA

Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) – UFS

Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (NEPA) – UFAL

Sociedade Norteriograndense de Arqueologia e Meio Ambiente (SONARQ)

Museu Câmara Cascudo – UFRN

Laboratório e Museu de Arqueologia – UNICAP

Recôncavo Arqueológico – UFRB

Instituto Nacional de Arqueologia, Paleontologia e Ambiente do Semi-Árido – INAPAS

Museu do Homem Sergipano – UFS

Laboratório de Ambientes Aquáticos – UFS

Centro Oeste:

Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA) – UCG

Laboratório de Arqueologia (Labarq) – UFG

Núcleo de Arqueologia (Narq) – UEG

Núcleo de Antropologia Indígena (NAI) – Unimat

Museu de Arqueologia (MuArq) – UFMS

Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (Etnolab) – UFGD

Núcleo de Pesquisas Arqueológicas – Universidade Católica Dom Bosco

Sudeste:

Museu Nacional – UFRJ

Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – USP

Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) – RJ

Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE) – Unicamp

Centro de História da Arte e Arqueologia (CHAA) – Unicamp
 Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS) – Unicamp
 Museu de Arqueologia e Etnologia Americana (MAEA) – UFJF
 Centro Brasileiro de Arqueologia (CBA) – RJ
 Setor de Arqueologia – UNESP
 Núcleo de Arqueologia (NAUBC) – Universidade Bráz Cubas
 Núcleo de Arqueologia do Departamento do Patrimônio Histórico (Narq) – SMC/Prefeitura Municipal de São Paulo
 Laboratório de Arqueologia dos Trópicos - MAE/USP
 Laboratório de Estudos Antárticos em Ciências Humanas – LEACH/FAFICH/UFGM
 Museu de História Natural e Jardim Botânico – UFMG
 Laboratório de Arqueologia Pública – Paulo Duarte – UNICAMP
 Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio de Janeiro – IPHARJ

Sul:

Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História – UEM
 Instituto Anchietano de Pesquisas – Unisinos
 Núcleo de Pesquisas Arqueológicas (NUPArq) – UFRGS
 Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA) – PUCRS
 Laboratório de Ensino e Pesquisa Antropológica e Arqueológica (LE-PAARQ) – UFPEL
 Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) – UFPR
 Centro de Pesquisas Arqueológicas (CEPA) – UFPR
 Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRU-PEP) – UNISUL
 Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville – SC
 Museu Joaquim Jose Felizardo – SMC/Prefeitura Municipal de Porto Alegre
 Laboratório de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (Leparq) – UCS
 Núcleo de Pré-História e Antropologia (NuPHA) – UPF
 Setor de Arqueologia do IPAT/UNESC
 Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas – UFSM
 Museu Paranaense
 Arqueologia FURG
 Laboratório Multidisciplinar de Investigações Arqueológicas (LÂMI-NA) – UFpel

16. Como se assegura o direito à cultura e ao patrimônio?

O termo “Arqueologia Pública” foi utilizado pela primeira vez em 1972, associado às questões práticas relacionadas à gestão de patrimônio cultural, diferentemente dos estudos exclusivamente acadêmicos. Porém, na década de 1980 a disciplina passa a abranger diversos outros questionamentos a partir das lutas pelo respeito e valorização da diversidade ambiental e cultural. Mais recentemente, a arqueologia vem interagindo mais intensamente nas comunidades a fim de compartilhar o conhecimento arqueológico através de projetos de educação patrimonial.

A arqueologia pública também tem a ver com os direitos difusos, ou seja, aqueles que não afetam a ninguém em particular, mas a todos no geral. Neste sentido, a partir da resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, tornou-se obrigatório a realização de laudos, pesquisas e avaliação de impactos de grandes obras sobre o ambiente natural e cultural, neste caso envolvendo diretamente a arqueologia como ciência da sociedade humana pretérita.

Esta nova realidade, decorrente da lei, propiciou o crescimento exponencial da chamada “arqueologia de contrato” e se ampliou de forma geométrica o número de sítios arqueológicos identificados. Como noutros países que escolheram a via comercial da arqueologia, como Portugal, este inegável crescimento da arqueologia é sujeito a um intenso debate e questionamento, sobretudo quando a pesquisa de campo se não articula com centros de pesquisa e ensino superior. A questão central da produção e difusão social de conhecimento, sem a qual o interesse e utilidade da arqueologia se anulam, fica prejudicada quando os pesquisadores não têm condições de dedicar tempo ao estudo laboratorial e de gabinete, ou se vêm condicionados a transitar de um trabalho de campo para outro, por motivos contratuais.

Embora pareça óbvio que o patrimônio arqueológico de uma nação deva ser preservado, não é tão claro o que constitui este patrimônio. Desta forma, os estudos de impacto ambiental (EIA) e os relatórios de impacto ambiental (RIMA) passaram a incorporar o levantamento e salvamento arqueológico como itens aos quais a licença ambiental está atrelada, para que nenhuma parte do meio ambiente seja afetado de forma irreversível, e caso necessário, que se cumpram medidas que diminuam ou mitiguem o impacto avaliado.



FIG. 39. Salvamento Arqueológico na área da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, município de Dona Francisca, Rio Grande do Sul. Foto maior com as trincheiras que localizaram um sítio Guarani (no detalhe).

Ainda deve-se perceber que a arqueologia pública, voltada para interesses difusos e coletivos, e não individuais, também está a serviço de grupos minoritários, excluídos ou marginalizados, uma vez que, em tese, todo o universo material, objeto da arqueologia, deve ser considerado importante, independentemente de classe social, grupo religioso, ou mesmo de corresponder a uma sociedade extinta, como no caso dos sambaquis do litoral brasileiro. Sendo assim, para que uma comunidade possa ter acesso aos seus patrimônios, é importante disponibilizar esse conhecimento de alguma forma e alcançar diretamente quem deve atingir, ou seja, a comunidade local.

Uma vez que, em grande parte dos casos, a comunidade desconhece seus patrimônios, ainda mais em se tratando de patrimônio arqueológico, cabe aos promotores das obras disponibilizarem esse conhecimento, bem como sua importância, para as pessoas. Assim, muito do que conhecemos por educação patrimonial nada mais é que a efetivação, por parte das ações de arqueologia pública, do conhecimento produzido pelas pesquisas realizadas.

Alguns casos de arqueologia pública mais conhecidos são os casos de Quilombos, e mais recentemente a busca pelos corpos dos desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar (1964-1985).

Além disso, a arqueologia pode evidenciar que o comum e o simples também podem ser objeto de patrimonialização, que não se deve um limitar a grandes fortificações e monumentos, podendo ser uma casa, por exemplo, ou uma ponte. Desta forma, aproxima-se o patrimônio de algo mais coloquial e menos majestático, dando assim importância às próprias

peçoas, e não somente a uma nobreza ou altos cargos. Quando as peçoas comuns percebem que o patrimônio pode ser algo que sempre esteve perto e junto deles, e oriundo de classes econômicas menos abastadas, também se pode discutir a importância desta mesma comunidade como capaz de proteger seu arcabouço patrimonial.

Esta lógica de apropriação segmentada do patrimônio, que é um direito fundamental na sociedade contemporânea, não deve ser confundida com a apropriação exclusiva de um qualquer bem, mesmo que coletiva, pois isso significa valorizar não o direito à identidade cultural num quadro de diversidade, mas à afirmação de etnocentrismos xenófobos. A linha que separa as duas dimensões é perigosamente tênue, não sendo raros os casos em que uma inocente “arqueologia engajada” contribuiu para tais dinâmicas etnocêntricas. A arqueologia deve em todos momentos ficar alerta, evitando assumir-se como parte política no processo, e reservando-se o papel de assessoria técnica independente, única forma de manter sua utilidade e credibilidade científica.

17. Como se processa a educação patrimonial?

No início da década de 1980, precisamente em 1983, o Museu Imperial do Rio de Janeiro promoveu o 1º Seminário sobre o uso educacional de Museus e monumentos, a partir da ação da museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta e da sua experiência em *Heritage Education* de formação inglesa. O Seminário e a publicação do Guia Básico de Educação Patrimonial, de autoria de Horta, Evelina Grünberg e Adriane Queiroz Monteiro (IPHAN, Museu Imperial, 1999) viriam a ser considerados, por muitos, o início da Educação Patrimonial sistemática no país. Talvez com esse nome, sem dúvida, devemos o mérito a Horta. Porém, com outras definições, podemos afirmar que desde a década de 1920 havia preocupação dos intelectuais como Mário de Andrade e do movimento modernista em educar a população através do patrimônio cultural, seja através da cultura material ou dos museus.

A educação patrimonial como metodologia tem sido usada como forma de valorização dos bens culturais, sendo principalmente promovida pelo IPHAN. Em grande síntese, podemos dizer que a metodologia se baseia no envolvimento do público alvo através de atividades que, partindo da observação do bem cultural, seu registro, exploração e apropriação, podem sensibilizar as peçoas a formarem nova opinião e consequentemente preservação dos patrimônios.

Atualmente, podemos afirmar que existem distintas formas de trabalhar com o patrimônio para sua valorização a partir da educação patrimonial: uma oficial e outra problematizadora.

A primeira é aquela promovida pelos órgãos públicos, universalizante, partindo do princípio da existência de uma memória e uma identidade, imposta pelos órgãos oficiais; que busca integrar a todos, não dando espaço para manifestações ou outros espaços de manifestação; busca a preservação do bem tombado, em caráter inalienável e sem uso diferente do original; e impositiva, pois coloca o ponto de vista do grupo dominante sobre o patrimônio. Dito de outro modo, a educação patrimonial em programas oficiais visa o consenso que omite a diversidade e a disputa e luta de classes, ou grupos, promovendo uma consciência em que todos devem preservar os “bens culturais”, mesmo que oriundos da elite, e no caso do Brasil, muito associada a uma raça branca, católica e/ou militar. Assim se constituem mais de 90% dos bens tombados no Brasil.

Em oposição, uma educação patrimonial libertadora visa o reconhecimento da realidade e contextos locais, em detrimento do global ou nacional: não que o macro não tenha importância, mas a valorização do micro, do local, do regional ou mesmo do individual toma feições que promovam a pessoa a valorizar o patrimônio externo a partir da percepção de que sua história, vida ou trajetória tem importância e relevância. Nesta ótica, valoriza-se a pessoa para valorizar a comunidade e suas peculiaridades, numa ótica que não contradiz a lógica federativa do Brasil, mas se aproxima mais de uma lógica de gestão integrada de territórios a partir do reforço de sua diversidade.

Erika Róbrhan-Gonzalez (Unicamp e Documento Cultural) tem desenvolvido importante pesquisa aplicada sobre gestão e educação patrimonial, tendo, a partir de 2011, estruturado e coordenado uma comissão internacional da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas sobre o tema.

Ainda, a educação patrimonial pode ter uma vertente libertadora, nas palavras do educador Paulo Freire, porque permite que pontos de vista diferentes ou até mesmo conflitantes co-existam, priorizando a diversidade de manifestações: não somente a história das classes dominantes, mas também das outras classes, grupos, etnias, que compõe a sociedade. É nesse sentido que se têm desenvolvido algumas experiências de cooperação internacional, designadamente com o projeto Andakatu, do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação.



FIG. 40. Projeto Andakatu, iniciativa do Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, Portugal, e que o Instituto Terra e Memória já apresentou também no Brasil, em várias cidades.

Também propaga a diversidade de patrimônios, e não apenas de um grupo ou de alguma classe, dando visibilidade a excluídos, minoritários ou desfavorecidos. Somente em 2008 se começou a dar atenção sistemática aos patrimônios imateriais, bem como aos patrimônios dos grupos indígenas e afro-brasileiros, apesar de iniciativas anteriores. Não menos importante, uma educação patrimonial libertadora prevê a apropriação dos elementos culturais, priorizando novas leituras ou significados aos espaços e prédios tombados, revitalizando ao invés de congelar os prédios, manifestações ou festas de caráter civil ou religioso.



FIG. 41. Exposição em homenagem a imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 2008, realizada pelo Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Estado do RS.

Embora pareça uma diferença sutil, na verdade é a oposição entre uma visão consensual apaziguadora versus uma proposta inquieta, na qual o conflito entre as classes e grupos de interesses não é negado ao mesmo tempo em que permite que todos os grupos historicamente excluídos possam ter suas manifestações culturais preservados, e não utilizados como “bens culturais”, apenas com conotação econômica passível de exploração. Assim, deve-se entender a educação patrimonial a serviço de alguém, que visa preservar algum patrimônio; a metodologia e os pressupostos teóricos envolvidos irão preservar ou discriminar indivíduos, grupos, classes sociais, étnicas, religiosas ou outros, em benefício próprio ou de outros.

Márcia Bezerra de Almeida, Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo, desenvolve projetos de arqueologia pública na Ilha do Marajó e projeto sobre o ensino de Arqueologia na Amazônia.

Como metodologia educativa, a educação patrimonial tem sido um item obrigatório das atividades ligadas ao licenciamento ambiental, como quesito obrigatório que o IPHAN exige, porém ainda sem maiores discus-

sões teóricas. O debate percorre o meio acadêmico (Soares, 2003; Soares e Klamt – orgs. 2008) problematizando a questão teórica em práticas que estão se disseminando sem conteúdo crítico. Assim, se por um lado se tornou obrigatória a realização de atividades de EP nos projetos de licenciamento ambiental, por outro não há critérios para que os mesmos realmente promovam a valorização ou proteção aos patrimônios locais.

Num certo sentido, a opção por um ou outro caminho não precisa de ser definida por Lei (que cortaria sempre o leque de opções) e será a dinâmica social a determinar qual deles será dominante no futuro.

18. Como se relaciona a arqueologia com os museus?

A instituição dos museus no Brasil pode ser considerada um fenômeno recente, pois é somente a partir da chegada da família real na colônia, em 1808, que teremos instituições que podem ser classificadas como Museus, como o Museu Real, depois denominado Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818. Após a independência, outros museus foram criados, como o Museu do Exército (1864), Museu Emílio Goeldi (1866), Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (IHGB – 1894), todos com fortes influências europeias e dos Gabinetes de Curiosidades, coletando o que havia de exótico, raro ou curioso da cultura brasileira, para ser exposto no interior das instituições. Ademais, a função do museu neste período é de iniciar a construção de uma unidade e história nacional, nos moldes na cultura européia. Instituições como o IHGB foram fundamentais para a construção de pesquisadores, com formação acadêmica, como História, Geografia, Arqueologia e Museologia, num país onde a tradição eram os estudos superiores na Europa ou alguns cursos de formação jurídica.

A transição da monarquia para a República (1889) não modificou o quadro instalado em relação aos intelectuais do país. Somente após a 1ª Grande Guerra (1914-1918) é que estes espaços começam a valorizar a história e a cultura locais. A Semana da Arte Moderna (1922) teve por objetivo romper com o modelo de civilização européia e valorizar suas próprias manifestações culturais. Ao mesmo tempo, através da promoção de um nacionalismo, os modernistas buscaram dar uma identidade nacional ao país e abriram as portas para a constituição de um órgão em defesa do patrimônio, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado por decreto-lei em 1937. O amadurecimento deste processo, entre 1922 e 1937, é explicado pelas modificações que o país sofre (com a crise de 1929 que destrói as bases da economia do país baseada na exportação do café) e pelo golpe de estado que empossa Getúlio Vargas em 1930. É ele que e instala uma ditadura em 1937 até 1945.

O Projeto de criação do SPHAN proposto por Gustavo Capanema, foi modificado substancialmente do ante-projeto realizado por Mário de Andrade em 1936. Manteve-se a preocupação com a preservação da cultura erudita, porém valorizando igualmente a cultura popular. Nesta esteira é que o museu vai surgir como um instrumento de educação da sociedade, imbuído da proposta de reconhecimento da pluralidade da cultura brasileira. Após a 2ª Grande Guerra, a visão reducionista de guarda de objetos foi paulatinamente revista para um espaço de construção de conhecimento e formação, paralelo a escola. No entanto, com o golpe civil-militar (1964), os museus serão criados, em larga escala, como bastião de civismo e discurso legitimador do centralismo político, sendo fundados diversos museus com caráter “histórico”, no sentido de que o espaço de ensino museal legitime a história tradicional com seus heróis.



FIG. 42. Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

A partir do final da ditadura militar em 1985, questionou-se o papel do museu para o capitalismo excludente, bem como quais medidas teriam que ser adotadas para que estes espaços culturais desenvolvessem a sua função social, e não se resumissem a meros locais de preservação de lembranças idealizadas. Estas concepções teóricas, denominadas de nova Museologia, quebravam o paradigma do museu tradicional, alicerçado no tripé prédio (geralmente um edifício histórico), acervo (as coleções de raridades) e público (ou a-lunos, os “sem luz” que vão ao museu para serem instruídos). A proposta da Nova Museologia é mudar o paradigma com base em outros pontos de convergência, como o Patrimônio (os bens que a comunidade deseja zelar), o território (como espaço e não somente prédio, mas fazendo parte do contexto e paisagem cultural) e a comuni-

dade participativa (não mais um observador passivo do museu, mas em cooperação com este).

Neste domínio, um exemplo de colaboração entre o Brasil e Portugal é a instalação de salas museográficas virtuais em espaços dos Estados do Piauí e Rio de Janeiro, com o projecto PACAD (Programa de Animação Científica e Artística Digital)¹⁵, promovido pelo Instituto Terra e Memória.

Embora amplamente discutidos em termos de classificações de museus, os modelos tradicionais ainda são a larga maioria, com poucos museus comunitários, ecomuseus, ou outros que compartilhem as ideias da nova museologia. Sobretudo podemos afirmar que os museus são espaços de convivência entre História, Memória e Poder, no qual aqueles que detêm ou têm detido o poder sobre a história, têm considerado os espaços onde a memória pode ser lembrada ou os episódios ficarem esquecidos. No caso do Brasil, a luta pela abertura dos arquivos da ditadura é um exemplo claro, no qual os grupos que estavam no poder afirmam que os episódios de tortura fazem parte do passado e devem ser esquecidos, enquanto os familiares das vítimas ainda reclamam os seus corpos e o direito à memória.



FIG. 43. Museu da Memória, Córdoba, Argentina. Um bom exemplo de lembrança do passado recente. Reproduzindo uma digital hipotética com os nomes de desaparecidos da ditadura argentina.

No mesmo sentido, enquanto pululam memoriais e museus de celebração da etnia branca ou mesmo amarela no Brasil (muitos a partir do centenário das imigrações), os museus que valorizam a cultura afro-brasileira

¹⁵ <http://pacadnetwork.com/>

ainda se podem contar em poucos dedos das mãos. Deste ponto de vista, o país continuaria a ser apresentado como “branco, católico ou militar”, pois são inúmeros os museus religiosos (que celebram a religião católica), que são voltados a celebração das imigrações européias e os museus militares; pelo número de museus existentes, não temos uma noção de diversidade étnica, religiosa, ou qualquer outra, do país.

Antes uma subsecretaria do patrimônio, agora existe, desde 2009, o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, responsável por políticas públicas, recursos, editais e principalmente o fomento às iniciativas que visem transformar os museus em espaços de construção de saber e de identidade. Mas a natureza e diversidade dos museus transcende as questões administrativas, e o caminho a percorrer é ainda muito longo.

19. Qual a situação da arqueologia sub-aquática?

A arqueologia subaquática no Brasil é uma atividade recente. Um dos primeiros artigos científicos na área, de autoria de Gilson Rambelli, data de 1994. Considerando que sua única diferença com a arqueologia terrestre é o meio em que se encontra, muitas vezes é confundida com mergulho, e daí suas várias implicações, principalmente nefastas, no saque do patrimônio submerso do país. Quando falamos de patrimônio submerso, estamos nos referindo a ambientes lacustres, lagunares, pantanosos ou marinhos, e não somente neste último. Quando se trata de pensar a arqueologia subaquática, deve-se ter em mente que, assim como a arqueologia terrestre passou por longo período de amadorismo, também este momento é vivido pela arqueologia subaquática, na qual mergulhadores por diletantismo se dedicam a desenterrar objetos abandonadas em águas doces ou salgadas.

Gilson Rambelli é graduado em História pela USP, especialização em Arqueologia Subaquática na França; mestrado e doutorado em arqueologia pela USP e pós-doutorado em Arqueologia Subaquática pela Unicamp. É o fundador do Centro de Estudos de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS-Unicamp).

Considerando que é uma atividade muito recente no país, deve-se esclarecer não somente os sítios existentes como o progresso – ou não – da ciência. Embora pareça que a arqueologia subaquática trabalha apenas com naufrágios, estamos falando de diversos tipos de sítios que podem estar ou estão submersos no país: sambaquis, que são amontoados de conchas no litoral, podem estar submersos pelas oscilações do litoral; moinhos movidos a maré, como no norte do país, são alvo de flutuações de vazante; também

aldeias préhistóricas em ilhas hoje submersas por obras de engenharia, ou aldeias palafíticas no Maranhão, são exemplos.

Do senso comum de que a arqueologia subaquática é exclusivamente sobre naufrágios é que se alimentam os rumores sobre os milhares deles na costa brasileira, fato aliado ao mito de que todas as embarcações possuem alguma riqueza no momento da deriva. Diversas empresas se têm atualmente dedicado a esta área em específico, ou seja, a busca de tesouros submersos no litoral em busca do enriquecimento que esta atividade pode acarretar.

Associada ao crescimento destas atividades ilícitas, a lei 10.166, de dezembro de 2000, autoriza a exploração de bens submersos, mediante autorização de Autoridade Naval, sendo que o “explorador” poderá reter até 40% dos valores de bens resgatados, em caso de objeto de valor artístico, histórico ou arqueológico. A lei procura conciliar o interesse de preservação do patrimônio com a necessidade de mobilizar recursos privados para o resgatar, recursos que não se mobilizam sem algm tipo de contrapartida. Neste sentido obriga a um enquadramento arqueológico da atividade, mas permite a apropriação e a recompensa monetária. Mas a sua formulação é insuficiente e não evita a exploração submarina e a “caça aos tesouros”, e também não é clara na definição do lugar que os privados podem ter no campo da arqueologia, permanecendo o debate em aberto.

Esta lógica perversa atua em diversos sentidos: primeiro, enriquece o investidor que, tendo recursos para promover tal atividade, muitas vezes depreda, saqueia e utiliza para fins privados um bem público, que é o patrimônio arqueológico, sem que existam eficientes meios de fiscalização; segundo porque, promovendo tal atividade, os saqueadores mergulhadores estão interessados apenas em objetos de valor que possam reverter no financiamento de suas atividades predatórias; terceiro, porque ao não definir com rigor qual o lugar da esfera privada na relação com um bem difuso, tão pouco oferece garantias a este setor, incentivando de forma objetiva a semi-clandestinidade das redes de circulação desse patrimônio; quarto, e não menos importante, o patrimônio subaquático é o que está mais longe do povo comum, pois se aquele que é materialmente visualizado já necessita de longo e dispendioso trabalho educativo para sua incorporação como bem coletivo, que se dirá dos bens subaquáticos de que nem sequer sabemos da existência. Então, além do bem difuso ser tomado como privado para todos os fins aos quais possa ser submetido (uma vez que a arqueologia terrestre pouco tem se identificado com o saque, a venda de material arqueológico ou similar), a riqueza do patrimônio subaquático como parte integrante da história social, política, econômica e religiosa é totalmente desconhecida da maior parte dos brasileiros.

Neste “mar” de problemas despontam algumas instituições que já desenvolvem pesquisas e projetos de arqueologia subaquática. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP) já

possui quatro trabalhos defendidos de mestrado (Rambelli 1998; Bava-de-Camargo, 2002; Calippo, 2003; Guimarães, 2010) e outras quatro teses de doutorado na área (Rambelli, 2003; Duran, 2008; Bava-de-Camargo, 2009; e Calippo, 2010). Além disso, foi criado, no ano de 2000, o Centro de Estudo de Arqueologia Náutica e Subaquática (CEANS) ligado a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além disso, o programa de pós-graduação em arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco tem realizado pesquisas e defesas de teses na área, ampliando o número de pesquisadores habilitados.

20. Existem projectos de arqueologia articulados com gestão territorial?

A arqueologia realizada a partir dos anos 2000 iniciou um processo maduro ao mesmo tempo em que incipiente de articulação efetiva com as comunidades onde atua. Projetos de educação patrimonial, ação educativa ou inserção esporádica nos locais de empreendimentos de licenciamento ambiental já existem desde os anos 1980', porém é muito mais recente uma abordagem na qual a arqueologia serve aos interesses das comunidades, ao invés de simplesmente difundir seu saber acadêmico para os não intelectuais.

Neste sentido, um exemplo recente é uma atividade desenvolvida entre o Instituto Terra e Memória (Mação, distrito de Santarém, Portugal) e o Núcleo de Estudos do Patrimônio e Memória (NEP-UFSM, Brasil). A partir de uma demanda constatada entre índios da comunidade Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul, propomos uma ação de pesquisa-ensino-extensão que vislumbresse uma perspectiva de empoderamento social por parte dos membros da comunidade indígena.

O pesquisador Jedson Cerezer, que domina as técnicas de manufatura e confecção de réplicas de cerâmica arqueológica Guarani, tomou a iniciativa que estabeleceu o início de um diálogo profícuo entre conhecimentos ancestrais (alguns em processo de abandono) e a arqueologia experimental. Em contato com as comunidades Guaranis do estado do Rio Grande do Sul, oferecemos uma oficina sobre cerâmica, a fim de proporcionar elementos de resgate e valorização cultural dos índios da etnia Mbyá-Guarani, que tem pouca inserção efetiva na sociedade nacional, e por outro lado, mantém a língua materna sendo falada cotidianamente, e mantendo assim outros elementos sócio-culturais como no passado.

Se por um lado os índios apresentam diversos termos específicos que são idênticos aos registrados no século XVIII no que concerne a cultura material, especificamente da cerâmica, por outro há muito abandonaram a confecção de artefatos em barro, a exceção do cachimbo, utilizado também em rituais mágicos e religiosos.

Assim, a atividade ensinou formas de reprodução dos processos culturais relativos a cadeia produtiva da cerâmica, ao mesmo tempo em que permitiu a re-apropriação destas técnicas pelo grupo de participantes. Ainda, oportunizou que os índios apresentassem aos organizadores e não índios, presentes na atividade, de parte de seu conhecimento e cosmologia Guarani.



FIG. 44. Oficina sobre cerâmica, com os índios da etnia Mbyá-Guarani.

Para a comunidade Guarani, pode ser apenas um passo para a recuperação de um conhecimento esquecido ou abandonado (pela facilidade de obtenção de produtos mais resistentes, por serem de fácil aquisição, ou outro fator). Em nosso olhar, no entanto, pode ser também uma forma de geração de auto-estima que resgata uma das formas tradicionais de ser Guarani, ou seja, a cultura material. Além disso, se ressignificado, a produção de cerâmica, em nosso ponto de vista, pode ser o primeiro passo para a produção de um novo artesanato étnico que remeta não somente a ancestralidade, mas também a identidade.

Um outro exemplo são os trabalhos de Gestão Integrada do Território, desenvolvidos em diversos Estados do Brasil a partir do modelo apresentado na mesa-redonda sobre o tema durante a cimeira Rio+20, em 2012. Neste modelo, se parte da compreensão de que um problema central da sociedade contemporânea é a alienação crescente das pessoas, o que conduz a um processo de quebra progressiva do domínio das noções fundamentais que estruturam o pensamento: espaço, tempo e causa. Dessa compreensão, se destaca a importância da tecnologia e da mobilidade num programa de recuperação dessas noções, assumindo a arqueologia (enquanto praxis orientada para o estudo de materialidades e da sua gênese) como domínio

privilegiado de formação, e assumindo a arqueologia experimental como campo de treino cognitivo.

Neste modelo, o chamado tripé da sustentabilidade deve ser revisto, compreendendo que sociedade, economia e ambiente são como planetas em órbita, em torno de um núcleo central, que os interpreta e gere: as culturas. Pois é pela força gravitacional das culturas que os referidos pilares da sustentabilidade se isolam ou mantêm equilíbrios dinâmicos. Por sua vez, as culturas são forjadas a partir da compreensão socialmente participada da realidade, isto é, por um lado pelo conhecimento abstracto (que inclui o saber científico mas, também, o senso comum, cabendo à academia socializar o primeiro) e por outro pelo conhecimento derivado da construção de aplicações práticas de articulação entre necessidades e recursos, mediada pela tecnologia (a logística). É este equilíbrio sistémico, distinto nos detalhes de cada cultura, que constitui o cerne da sustentabilidade, cuja compreensão plena, apoiada no reforço do capital humano (que a reforça), permite construir cenários de futuro sobre os quais os diversos interesses sociais podem agir e convergir (gerando dinâmicas de governança).

Este quadro de referência, apoiado num conjunto de instrumentos específicos e inovadores de gestão territorial, tem vindo a ser implementado em diversos contextos no Brasil. O quadro de referência apoia-se em quatro componentes fundamentais: formação de capital humano orientada para a gestão integrada do território (GIT), construção de uma matriz territorial que permita o envolvimento do conjunto da população (centros de recursos, espaços de memória, projecto consorciados), comunicação (socialização do conhecimento) e estruturação de dinâmicas resilientes de governança. Trata-se de redefinir a sustentabilidade, não já como um sistema tripolar, mas como um fluxo processual, em que a um sistema tetrapolar se adicionam os mecanismos de gestão territorial conducentes à governança. Um quadro de referência no qual a arqueologia e os arqueólogos encontram uma nova função social.

POSFÁCIO

O livro que acabo de ler constituirá seguramente aliciente convite para todos aqueles que se interessem pela Arqueologia do Brasil, ou que pretendam aumentar os seus conhecimentos sobre o passado daquele grande país sul-americano. De facto, a sua leitura revestiu-se de um grande prazer, assumindo uma forma quase lúdica, porque se soube, intuitivamente, antecipar as grandes questões que qualquer curioso colocaria, saciando a sua curiosidade, dando-lhe resposta na altura própria.

Assim, a tensão é mantida ao longo da leitura de toda a obra, obrigando o leitor a lê-la de um só sopro, sem prejuízo de, mais distendido, recorrer à leitura de passagens que mais lhe interessem para fixar conhecimentos, ou simplesmente que maior atenção lhe tenham despertado.

Como o próprio título indica, esta destina-se a Europeus, mas nada impede que a mesma seja de leitura proveitosa por Brasileiros, ou naturais de outros países da América do Sul, que pretendam ter uma visão abrangente e ao meso tempo focada nos pontos essenciais da Arqueologia Brasileira da actualidade. Tal foi plenamente conseguido, por via da sua estrutura, contemplando vinte “caminhos de resposta” a outras tantas questões, aquelas que mais frequentemente qualquer interessado na matéria faria ao especialista no seu primeiro contacto.

Um dos pontos fortes desta obra é a clareza da exposição, e a forma sugestiva e incisiva da escrita, a par da selecção criteriosa dos temas a abordar.

Ao ler-se o primeiro bloco de questões, agrupado na designação genérica “As Ideias”, ficamos com uma visão detalhada de como a Arqueologia brasileira surgiu, se desenvolveu e se afirmou, desde o longínquo ano de 1834, quando se efectuaram as primeiras explorações na gruta da Lagoa Santa, até aos nossos dias.

Do paradigma da escola antropológica norte-americana da Smithsonian Institution, que privilegiava o estudo estatístico exaustivo dos artefactos, classificados consoante os seus atributos, especialmente as produções cerâmicas, se chegou ao conceito operativo da “Tradição”, depois caldeada pela influência da escola francesa, que tomava a estratigrafia como base essencial para se atingir o faseamento crono-cultural das culturas materiais. E destas se partiu para Arqueologia dos nossos dias, em que o peso daquelas duas formas de abordagem, ainda importantes, foi contemporizado com a introdução sistemática da datação absoluta dos sítios, bem como com os contributos da etnoarqueologia, de evidente relevância em Países como o Brasil. Não menos importante é a relação estabelecida entre as comunidades pretéritas e o quadro ambiental, que determinou as modalidades de ocupação pretérita do território brasileiro, desempenhando o clima, a geologia, a vegetação, a orografia e a hidrografia, papel importante: com efeito, da sua acção conjugada resultaram os Biomas. Este livro valoriza-a justamente,

na medida em que os seis biomas identificados no território brasileiro se encontram associados a diversos modos de ocupação do território, tão ricos e variados quanto as condições que os condicionaram. Deu-se, assim, o devido valor à realidade ambiental, que até época recente era ignorada no Brasil, quando de facto assume papel determinante na ocupação humana do espaço geográfico, qualquer que ele seja.

No segundo bloco de questões, o leitor interessado poderá obter informação actualizada sobre “Os Processos”, ou mecanismos, que estão na origem da natureza dos testemunhos encontrados. Estes, correspondendo sempre à evidência material registada, reflectem a dinâmica das populações que, ao longo dos tempos e de forma não aleatória, mas antes seguindo estratégias bem definidas, ocuparam o vasto espaço em apreço. A leitura deste bloco do livro é aliciante, pois os testemunhos mais relevantes, que marcaram as diversas etapas da presença humana – incluindo realidades transversais, como a Arte rupestre – são devidamente valorizados, por via da sua rápida mas sugestiva caracterização. Assim, fica o leitor de posse de uma informação completa, susceptível de dar resposta às perguntas mais frequentes por parte do interessado, desde informação sobre os testemunhos mais antigos da presença humana no território brasileiro, ascendendo a cerca de 35 000 anos antes do presente, até à arqueologia pós-cabralina, passando pela questão candente de saber se existiram sociedades complexas na época pré-colonial. Um dos aspectos relevantes é informação sobre a existência de produções cerâmicas desde cerca de 7000 anos antes do presente, em comunidades que, no entanto, não exploravam o solo, permitindo admitir que foi dali que se difundiu o seu uso, depois adoptado pelas avançadas comunidades andinas, e não o contrário, como até há pouco tempo se supunha.

Outro aspecto do maior interesse reporta-se à interacção das comunidades locais com os Europeus, a partir dos inícios do século XVI. Neste âmbito, gostaria de destacar duas realidades bem distintas: a arqueologia das comunidades índias organizadas em torno das missões espanholas, nos territórios que só em meados do século XVIII passaram a integrar o Brasil colonial, por acordo entre as duas potências ibéricas – realidade política europeia que, sendo-lhe completamente estranha, esteve dramaticamente na origem da sua própria destruição. Trata-se de temática fascinante, mormente nos aspectos respeitantes à formação e organização de uma nova sociedade cristã, tecnológica culturalmente neolítica, que se encontrava ainda em plena fase de organização quando sobreveio o desastre. Outro tema não menos interessante é a arqueologia dos Quilombos, realidade de época histórica que persistiu até ao final do século XIX. A partir do estudo dos vestígios materiais recuperados nas escavações, foi possível entrever a convivência nos mesmos espaços partilhados, de comunidades heterogêneas, de origens muito diversificadas, e não apenas afro-brasileira, como inicialmente se julgava, vivendo livres nesses espaços, e com as suas próprias regras, realidade que ainda hoje se projecta naquelas regiões, onde ainda vivem alguns dos seus descendentes.

A obra termina com a apresentação e discussão de diversos temas colocados, como os anteriores, sob a forma de perguntas. Aborda-se o papel da Arqueologia na sociedade brasileira actual, discutindo-se as diversas formas de transmissão dos conhecimentos, que só a investigação científica séria e honesta poderá proporcionar. Assim sendo, a Arqueologia não deverá ser mais considerada, como no passado, fonte inocente de conhecimento. Ao contrário, no Brasil, ela poderá ter participação activa na recuperação de identidades perdidas, tendo presente a proximidade ainda existente entre muitas comunidades índias em franco processo de descaracterização, e as suas imediatas antecessoras, cuja memória poderá ser resgatada pela via arqueológica, conferindo amor-próprio e identidade a populações actualmente desfavorecidas.

Enfim, discute-se as novas oportunidades, propiciadas pelos interesses económicos nascentes, mais ou menos legítimos: por um lado, a Arqueologia náutica e subaquática, que deve ser encarada com o acautelamento do bem comum, atendendo especialmente ao riquíssimo património quase incólume que se admite pontuar todo o litoral atlântico e à necessidade de providenciar a sua protecção, combatendo os interesses económicos propiciados por legislação menos feliz; por outro lado, a oportunidade que o próprio desenvolvimento económico constitui, ao patrocinar o conhecimento arqueológico de vastas regiões, até agora pouco conhecidas, por via dos estudos ligados à gestão territorial, e aos grandes projectos de desenvolvimento regional, dela decorrentes. Refiro-me à realização, já obrigatória, de estudos de impacte ambiental, cada vez mais necessários para conhecer e salvaguardar – quanto mais não seja pelo registo – os inúmeros vestígios do opulento património do Brasil – tanto o material como o imaterial – ainda em grande parte por descobrir. Tal só poderá concretizar-se em estreita articulação com as populações, os promotores e os donos dos empreendimentos, os governos estaduais e federal, os municípios, as universidades e outras instituições e, enfim, os Arqueólogos, que são afinal os motores deste complexo sistema mas que perseguem objectivos tão simples quanto relevantes: contribuir para o conhecimento das gerações passadas e presentes que ocuparam o solo brasileiro, e também para o melhor uso que actualmente se faz dos territórios, onde o património arqueológico tem um relevante papel a desempenhar. Assim, a leitura deste livrinho, que permite por um lado “arrumar as ideias” e torná-las mais claras, servido por uma bibliografia seleccionada, destinada ao aprofundamento dos vinte temas/perguntas que constituem a sua essência, contribuirá, estou certo, para aqueles dois objectivos.

João Luís Cardoso

*Vice-Presidente da Academia Portuguesa da História
Professor Catedrático de Arqueologia e Pré-História da Universidade Aberta, Lisboa*



PARA SABER MAIS

(bibliografia disponível na biblioteca especializada do
Museu de Arte Pré-Histórica de Mação, Médio Tejo, Portugal)

AS IDEIAS

1. Quais as origens e evolução da arqueologia brasileira?

MENDONÇA DE SOUZA, Alfredo. *Historia da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas, São Leopoldo, Antropologia (46), 1991.

PROUS, André. *Arqueologia Brasileira*, Brasília, UNB. 1991.

2. Que conceitos e paradigmas estruturaram a arqueologia brasileira?

CHMYZ, Igor. *Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica*. Cadernos de Arqueologia, Curitiba, 1 (1), 1976.

OLIVEIRA, Laura Nogueira. Os índios bravos e o Sr. Visconde: os indígenas brasileiros na obra de Francisco Adolfo de Varnhagen. Dissertação de Mestrado em História, UFMG, 2000.

SIMÕES, Mário Ferreira (ed) *Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas – Resultados Preliminares do 1º, 2º, 3º 4º e 5º anos*. Belém, Museu Goeldi (Pubs Avulsas 6, 10, 13, 15, 26.).

SIMÕES, Mário Ferreira. *Índice das fases arqueológicas*. Belém, Museu Goeldi, 1972.

3. Como é que a arqueologia brasileira aborda as dinâmicas humanas no território?

ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Situação crono-espacial de unidades funcionais em Pernambuco: Uma abordagem de pré-escavação. In: *Coleção Arqueologia*, Porto Alegre: EDIPUCRS, nº 1, vol. 2, 1995-6. pp. 393-408.

HIROOKA, Suzana. *Sítios Arqueológicos e a Paisagem na Serra do Curupira*, Província Serra Paraguaia-Araguaia, Rosário Oeste, Mato Grosso. Tese de doutorado, PUCRS, 2004.

RICKEN, C.; ROSA, R. C.; MENEGHINI, J. W.; CAMPOS, J. B.; ZOCCHÉ, J. J.. A dinâmica da paisagem e o povoamento pré-histórico no sul de Santa Catarina. *Tempos Acadêmicos*, v. 11, p. 163-184, 2013.

SCATAMACCHIA, M.C.M., OOSTERBEEK, L. *Entre o Espanto e o Esquecimento – Arqueologia das sociedades brasileiras antes do contacto*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

4. Como é que a arqueologia brasileira estuda as dinâmicas culturais e técnicas, no tempo?

Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Coleção Arqueologia. Porto Alegre, EDIPUCRS, nº 1, 2 volumes, 1995.

PORTOCARRERO José Afonso Botura. Báí, a casa bõe [Texto fotocopiado]: báí, a casa bororo: uma história da morada dos índios Bororo. Dissertação de Mestrado em História, UFMT, 2001.

5. O que são, e quais são, as tradições arqueológicas?

ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A Tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. *Revista de Arqueologia*, 20:09-38, 2007.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC: Arqueologia e etnicidade. Tese de doutorado em História, UNICAMP, 2004.

BARRETO, C. 2000. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia do Brasil. Dossiê Antes de Cabral: Arqueologia Brasileira, Revista da USP, São Paulo. 44: 32-51. disponível em <http://www.usp.br/revistausp/44/03-cristiana.pdf>

PROUS, André. Lima, Tânia Andrade (ed). Os Ceramistas Tupiguarani. Volume 1: sínteses Regionais. Belo Horizonte, Sigma, 2008.

TENÓRIO, Maria Cristina. (Org.). Pré-História da Terra Brasilis. Rio de Janeiro, 1999.

OS PROCESSOS

6. Quais os mais antigos vestígios de presença humana no Brasil?

BORGES, Sírja Emerenciana Nepomuceno; ALBUQUERQUE, Marleide Lins de; OOSTERBEEK, Luiz (Orgs). Identidade e diversidade cultural: patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí-Brasil e Alto Ribatejo-Portugal. Teresina: FUNDAC-CHEIPHAR/ITM. 2013.

KIPNIS, Renato. Early hunter-gatherers in the Americas: perspectives from central Brazil. *Antiquity* vol 72, n. 277 (581592). Londres. 1998.

NEVES, Walter. & HUBBE, Mark. Luzia e a saga dos primeiros americanos. *Scientific American*, ano 2, n. 15 (24-31). 2003.

OKAMURA, Maria Mercedes Martinez. Diversidade morfológica craniana, micro-evolução e ocupação pré-histórica da costa brasileira. *Pesquisas. Antropologia*. – São Leopoldo, Brasil: Instituto Anchieta de Pesquisas. Unisinos. - ISSN 0553-8467. – Nº 66 (2008), p. 1-306. Publicada originalmente como tese de doutorado em genética, USP. 2007.

PAULA, Sebastião Flávio de. Avaliação do Potencial Arqueobotânico dos Sedimentos da Lagoa da Velha (Morro do Chapéu, Bahia, Brasil) e sua evolução paleoecológica. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, IPT-UTAD, 2009.

7. Como se processou a transição para a economia de produção no território brasileiro?

CUNHA, Ana. Gestão de Matéria-Prima no Vale do Rio Manso: Sítio Arqueológico Casca Mato Grosso – Brasil. Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT- UTAD, 2009.

SOARES, A. L. R.. Contribuição a Arqueologia Guarani: Estudo do Sítio Ropke. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2005.

8. Não se formaram sociedades complexas no Brasil pré-colonial?

BANDEIRA, Dione Rocha. Mudança na estratégia de subsistência do Sítio Arqueológico Enseada I – Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Florianópolis, UFSC, 1992.

BARTOLOMUCCI, Ligia Benedetto Giardini. Variabilidade biológica entre sambaquieiros [Texto fotocopiado]: um estudo de morfologia dentária. Tese de mestrado em Ciências, na área de Biologia Genética, USP, 2006.

CARLE, Mirian Baptista. Investigação arqueológica em Rio Grande: uma proposta da ocupação guarani pré-histórica no Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado Em História da Sociedade Ibero e Americana, PUCRS, Porto Alegre, 2002.

DIAS JÚNIOR, Ondemar. As origens da Horticultura no Brasil. Revista de Arqueologia Americana, nº 7. Las sociedades americanas Del início de La produccion de alimentos. Enero-junio 1993, PP. 7-52.

MÜLLER, Letícia Morgana. Uma leitura das práticas de enterramento guarani através de suas fontes de estudo: apresentação e discussão da documentação histórica e arqueológica referentes ao atual território do Estado de Santa Catarina. Monografia de Bacharelado em História, Universidade Estadual de Santa Catarina, 2005.

NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. Os Construtores dos Cerritos no Rio Grande do Sul, Brasil: a estruturação de uma prática arqueológica. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, IPT-UTAD – Università degli Studi di Ferrara, Tomar, 2006.

PORRO, Antônio. O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica. Petrópolis, Vozes, EDUSP, 1996.

SOPHIATI, Daniela Gadotti. Os amoladores-polidores fixos na paisagem da Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT- UTAD, 2011.

SOUSA, Vânia Leandro de. Estudo zooarqueológico: a diversidade ictiológica no sambaqui Porto do Rio Vermelho II (SC-PRV-02), Ilha de Santa Catarina -Brasil. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, IPT-UTAD, 2011.

9. Quais as principais linhas de pesquisa de arqueologia do contacto?

ALBUQUERQUE, Marcos. Contato interétnico no nordeste do Brasil – um estudo arqueológico. Dissertação de mestrado em história, UFPE, Recife, 1984.

BLASIS, Paulo de. “A ocupação da costa brasileira pelos sambaquieiros: uma síntese das pesquisas”. In Morales, Walter Fagundes & Flavia Prado Moi (orgs.) Tempos Ancestrais, p. 99-117. São Paulo, Annablume, 2012.

KERN, Arno Alvarez. (Ed) Arqueologia Histórica Misseioneira. Porto Alegre, EdiPUCRS, 1998.

SANTOS, Shirlei Martins dos. RECONHECENDO OS ENGENHOS DA FREGUESIA DE SANTO ANTÔNIO DO CABO: leitura interpretativa da cultura material remanescente do final do século XVI e início do século XVII.

10. O que sabemos sobre a arte rupestre no Brasil?

BRAGA, Ariana Silva. Sítio Arqueológico Testa Branca II, Contributo a rqueologia Rupestre Brasileira. Estreito, Maranhão - Brasil. Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT- UTAD, 2011.

BUCO, Cristiane de Andrade. Arqueologia do Movimento. Relações entre Arte Rupestre, Arqueologia e Meio Ambiente, da Pré-história aos dias atuais, no Vale da Serra Branca, Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil. Tese de doutoramento em Quaternário, materiais e culturas, Vila Real, UTAD, 2012.

GUIDON, Niéde.; BUCO, Cristiane de Andrade. IGNÁCIO, Elaine. Parque Nacional Serra da Capivara. In: Area Domeniu. - Tomar: CEIPHAR - Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo. - ISSN 1645-6947. - N° 3 (2008), p. 93-107.

KACHIMARECK, Claudia Cunha. Mepani Mekarô e as memórias nas pedras: um ponto de partida para o estudo da pintura rupestre no complexo de sítios do Rodrigo, Morro do Chapéu, Bahia, Brasil. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre, Programa Master Erasmus Mundus “Quaternário e Pré-história”, IPT-UTAD, 2008.

SANTOS, Thalison. Rock Art of Toca do Paraguaio (Piauí, Brasil). A morpho-technique approach. Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT- UTAD, 2012.

VAZ, Ludimília Justino de Melo. Memória da Pedra Talhada: arte rupestre de Niquelândia, GO. Dissertação de Mestrado em Cultura Visual, UFGO, 2005.

11. O que é a arqueologia dos quilombos?

REIS, Milena. Filhos da Santa, terras de negro numa arqueologia quilombola: as dinâmicas de um território chamado Itamatatua. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, UTAD, 2010.

SANTOS, Geysa. Arqueologia da Paisagem no Quilombo de São Sebastião dos Pretos. Bacabal, Maranhão, Brasil. Território e Memória.. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, UTAD, 2011.

12. Qual o quadro geral da arqueologia histórica no Brasil?

CARLE, Claudio; OLIVEIRA, Alberto. O solar da Travessa Paraíso: um exemplo de arqueologia histórica em Porto Alegre. Estudos Íbero-Americanos, vol. 22, (1): 47-70. 1996.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. (org). Cultura Material e Arqueologia Histórica. Campinas, IFCH- UNICAMP. Coleção Ideias. 1998

KLAMT, S. C.; SOARES, A.L. R. Santo Amaro: Arqueologia e Educação Patrimonial. Ed. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2010.

LINO, Jaisson Teixeira. Sangue e ruínas no sul do Brasil. Arqueologia da Guerra do Contestado. Tese de Doutorado em Quaternário, materiais e culturas, Vila Real, UTAD, 2012.

SILVA, Osvaldo Paulino. Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina. Ed. Habilis, Erechim, 2007.

SOARES, Fernanda Codevilla. Vida Material de desterro no século XIX: as louças do Palácio do Governo de Santa Catarina, Brasil. Tese de Doutorado em Quaternário, Materiais e Cultura, UTAD, 2011.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. Fica dentro ou joga fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticasna Porto Alegre oitocentista. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católicado Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004

13. O que é a arqueologia dos Sete Povoados Missioneiros?

BARCELOS, Artur Henrique Franco. Espaço e arqueologia nas missões jesuíticas: o caso de São João Batista. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-EDPUCRS, 2000.

KERN, Arno Alvarez; JACKSON, R.. Missões Ibéricas Coloniais: da Califórnia ao Prata.. 1a. ed. Porto Alegre: SBPH e CNPq, 2006. v. 1. 286p.

14. Como se desenvolvem os estudos de tecnologia na arqueologia brasileira?

CEREZER, Jedson Francisco. Cerâmica Guarani. Manual de Experimentação Arqueológica. Habitus, Erechim, 2011.

MOTA, Leidiana Alves da. Paleoambiente e Arqueologia no Nordeste do Brasil: Uma Proposta de Estudo Antracológico do Boqueirão da Pedra Furada (Piauí, Brasil). Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT-UTAD, 2012.

SANTOS, Marcos César Pereira. A jazida arqueológico-paleontológica Toca da Janela da Barra do Antonião. Estratigrafia e Indústria Lítica. (Piauí, Brasil). Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT-UTAD, 2012.

SOUZA, Eliane da Silva. O potencial interpretativo dos artefatos cerâmicos: a tradição tupiguarani na Amazônia. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, IFCH, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

15. Como é que a arqueologia no Brasil se articula com as outras ciências e com a sociedade?

MORAIS, José Luiz de. Perspectivas Geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista. Tese de Livre-Docência, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

16. Como se assegura o direito à cultura e ao património?

BASTOS, Rossano Lopes; OOSTERBEEK, Luiz. Seminário de Direito ao Património como Direito Fundamental. IN: Oosterbeek, L. (ed.). Direito ao património para uma gestão integrada do território. Tomar, CEIPHAR, série Area Domeniu vol. 4, pp. 17-22, 2011

OOSTERBEEK, L.. Direito ambiental ou direito ao ambiente? Uma perspectiva de gestão integrada do território. IN. Rossi, F.; Delfino, L. et al. (ed.). Aspectos controvertidos do direito ambiental: tutela material e tutela processual. Belo Horizonte, ed. Fórum, pp. 303-312, 2013.

17. Como se processa a educação patrimonial?

CAVALCANTI, Gerson. Educação Patrimonial no Parque Estadual de Itaúnas, Espírito Santo - Brasil. Metodologia de abordagem através do Programa PEPATRI, Programa de Educação Patrimonial.. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, IPT -UTAD, 2008.

RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes. Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social. Um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí-Brasil. Dissertação de Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte rupestre, UTAD, 2011.

SCIFONI, Simone (org). Bom Retiro: memória urbana e patrimônio cultural: coletânea de textos para Educação Patrimonial. IPHAN, 9ª SR, São Paulo, 2007.

18. Como se relaciona a arqueologia com os museus?

BAHIA, Izabela. A Socialização do Conhecimento Arqueológico da Pré-História como Património Primordial e sua Praxis na Educação Infantil. Uma proposta didática. Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT-UTAD, 2012.

SOARES, A. L. R.; PERIUS, E.; AREND, J. F.. A arqueologa nos livros didáticos. Revista Latino-Americana de História, v. 2, p. 520-531, 2013.

19. Qual a situação da arqueologia sub-aquática?

FIGUEIREDO, A.; MONTEIRO, Charles; NOELLI, Francisco; VIANA, A.; MOURA M. Patrimônio subaquático da Ilha da Santa Catarina (Florianópolis, Brasil) Projecto Arqueológico. Al Madan online, ano II, II Série, (17): 143-149. 2004.

RAMBELLI, Gilson. (1998) - A Arqueologia subaquática e sua aplicação à Arqueologia brasileira: o exemplo do baixo vale do Ribeira de Iguape. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

20. Existem projectos de arqueologia articulados com gestão territorial?

BARBOSA, Renata. Contributo para uma Reflexão sobre Estratégias de Minimização de Impactos: Obras públicas no Patrimônio Arqueológico em Portugal e Brasil, Dissertação de Mestrado, Máster Erasmus Mundus em Quaternário e Pré-História IPT- UTAD, 2009.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia da Paisagem no Sul do Brasil (contributos). Erechim, Habilis Ed, 2009.

REFERÊNCIAS NA INTERNET

PARA AS FOTOS UTILIZADAS NESTE LIVRO

MODOS DE OLHAR AS DINÂMICAS HUMANAS NO TERRITÓRIO

Mapa geológico do Brasil

<http://www.infoescola.com/mapas/mapa-da-geologia-do-brasil/>

AS IDEIAS

1. Quais as origens e evolução da arqueologia brasileira?

Gruta de Lagoa Santa

<http://hernehunter.blogspot.com.br/2012/04/lagoa-santa-os-americanos-mais-antigos.html>

O Casal Clifford Evans e Betty Meggers, cerca de 1950.

<http://www.thetimes.co.uk/tto/opinion/obituaries/article3498445.ece>

Foto de Madame Annete

<http://scacbh.blogspot.com.br/2011/10/errata-exposicao-mme-annette-laming.html>

2. Que conceitos e paradigmas estruturaram a arqueologia brasileira?

Imagem da confecção da seriação cerâmica proposta por Meggers e Evans

<http://www.fi.uu.nl/nwd/nwd2006/configids/geschiedenis.htm>

3. Como é que a arqueologia brasileira aborda as dinâmicas humanas no território? Mapa dos biomas brasileiros

<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/ibama-retoma-projeto-contr-desmatamento-interrompido-em-2010,27a009c753d8d310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>

Sítio Laguinho, as margens do rio Solimões

<http://jornaldamargarida.blogspot.com.br/2010/04/para-ler-amazonia-ano-1000.html>

Bioma amazônico

<http://diariodoverde.com/wp-content/uploads/2011/06/Amazonia.jpg>

Cerrado brasileiro

http://w3.impa.br/~lcruz/courses/pi/bd/img/biomas_brasileiros/cerrado/cerrado36.jpg

Mata Atlântica

<http://content.tekoabrasil.com/images/foto-imagens/6d5995/xl.jpg>

Bioma Caatinga

<http://blogs.diariodonordeste.com.br/gestaoambiental/wp-content/uploads/2013/04/DSC00965.jpg>

Bioma Pampa

http://falandodeagro.files.wordpress.com/2013/04/pecuaristas_familiares_frenteira.jpg

Bioma Pantanal

<http://cdn.ruralcentro.net/1/2012/8/29/pantanal-vista-aerea-4.jpg>

4. Como é que a arqueologia brasileira estuda as dinâmicas culturais e técnicas, no tempo?

Fotos de cerâmica arqueológica Tupiguarani (p. 25)
<http://museuiepe.blogspot.com.br/p/mai.html>

5. O que são, e quais são, as tradições arqueológicas?

Localização do sítio Taperinha
<http://pueblosoriginarios.com/primeros/taperinha.html>

Tradição Nordeste

<http://chicohistoriador.blogspot.com.br/2010/06/tradicao-nordeste.html>

Cerâmica da Tradição Aratu

<http://itabi.infonet.com.br/museusemsergipe/uploads/photos/41.jpg>

Pinturas de Goiás, tradição Serranópolis
http://www.viafanzine.jor.br/site_vf/pag/6/fonseca_cidade_goias.htm

Cerâmica Uru

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewArticle/885/1278>

Área de dispersão dos sítios arqueológicos Guaranis e Tupis.
http://luisamanda.blogspot.com.br/2009_08_01_archive.html

Cerâmica Guarani

<http://museuantropologico.blogspot.com.br/2013/06/tradicao-tupiguarani.html>

Aterro com sítio arqueológico no Pantanal, rio Bodoquena.
<http://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/schmitz/sab2005-003.htm>

Mapa das principais tradições cerâmicas do Brasil

Confeccionado pelos autores.

OS PROCESSOS

6. Quais os mais antigos vestígios de presença humana no Brasil?

Reconstrução a partir do crânio de “Luzia”.
<http://arqueologiaupf.wordpress.com/category/geral/>

7. Como se processou a transição para a economia de produção no território brasileiro?

Diferença entre várzea e terra firme
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-06832006000100007&script=sci_arttext
Sambaqui Fluvial de Cananéia, Estado de São Paulo.
<http://pousadailhadocardoso.com.br/phpsite/site/page.php?key=28>

8. Não se formaram sociedades complexas no Brasil pré-colonial?

Sambaqui em Garopaba do Sul, Santa Catarina.

<http://espacoarqueologico.blogspot.com.br/2012/06/ocupacao-pre-colonial-da-regiao-sul.html>

Zoolito de tubarão, encontrado em Pelotas, Rio Grande do Sul

<http://terra-australis-br.blogspot.com.br/2013/04/cone-sul-exposicao-12-mil-anos-de.html>

Terra Preta de Índio no interflúvio dos rios Purus e Madeira

http://ppbio.inpa.gov.br/noticias/florestaantrop_artigo

9. Quais as principais linhas de pesquisa de arqueologia do contacto?

Sítio Histórico e Arqueológico de São Miguel Arcanjo, município de São Miguel das Missões, Rio Grande do Sul.

<http://www.panoramio.com/photo/27804491>

Cachimbos de escravos no Recôncavo da Baía da Guanabara (Rio de Janeiro, RJ).

<http://arqueologiapublicalap.blogspot.com.br/2013/12/as-contribuicoes-da-arqueologia-para-os.html>

10. O que sabemos sobre a arte rupestre no Brasil?

MAPA: Distribuição da arte rupestre no Brasil.

http://www.ihgmc.art.br/revista_volume7.htm

Gravura da tradição Meridional. Sítio D. Josefa(RS)

<http://direitasja.com.br/2012/05/17/a-conquista-do-brasil-parte-ii/>

Arte rupestre, ilha do Campeche, Santa Catarina.

<http://www.panoramio.com/photo/5070201>

Arte Rupestre da Tradição São Francisco. Gruta do Pitoco, Alcinópolis, MS.

<http://chc.cienciahoje.uol.com.br/nas-paredes-da-pre-historia/>

Toca da entrada do Pajaú, Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Tradição Nordeste.

<http://blogs.estadao.com.br/olhar-sobre-o-mundo/parque-nacional-da-serra-da-capivara/>

11. O que é a arqueologia dos quilombos?

Escavação em Quilombo dos Palmares, 1992.

http://www.oieduca.com.br/misc/quilombo_palmares/bancoimagens.htm

13. O que é a arqueologia dos Sete Povoados Missionários?

Vista aérea da Ruína de São Miguel Arcanjo. O espaço missionário se estendia para muito além da igreja.

<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=373544>

ARQUEOLOGIA, CIÊNCIA E SOCIEDADE

15. Como é que a arqueologia no Brasil se articula com as outras ciências e com a sociedade?

Paulo Duarte, precursor da arqueologia acadêmica no Brasil e inspiração do Laboratório de arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/agosto2011/ju501_pag2.php

16. Como se assegura o direito à cultura e ao património?

Salvamento Arqueológico na área da Usina Hidrelétrica de Dona Francisca, município de Dona Francisca, Rio Grande do Sul. Foto maior com as trincheiras que localizaram um sítio Guarani (no detalhe).

Foto dos autores.

17. Como se processa a educação patrimonial?

Projeto Andakatu, iniciativa do Instituto Terra e Memória, em Mação, Portugal, já apresentou sua proposta também no Brasil em várias cidades.

(Foto Andakatu no ITM, Mação, Portugal). Foto dos autores.

Exposição em homenagem a imigração japonesa em Santa Maria, Rio Grande do Sul, em 2008, realizada pelo Memorial de Imigração e Cultura Japonesa do Estado do RS. (Não sei se é acervo pessoal ou não, mas o link tá aí se precisar)
<http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/85de2a40ac7dee7b13c1804293396c49.htm>

18. Como se relaciona a arqueologia com os museus?

Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

<http://espacoreferencia.blogspot.com.br/2009/01/china-se-torna-terceira-economia-do.html>

Museu da Memória, Córdoba, Argentina. Um bom exemplo de lembrança do passado recente. Reproduzindo uma digital hipotética com os nomes de desaparecidos da ditadura argentina. Acervo pessoal e também em <http://blog.linkcordobahotel.com/pt/cultura/1-city-tour-em-cordoba-argentina/>

20. Existem projectos de arqueologia articulados com gestão territorial?

Ensinando a técnica da fabricação da cerâmica guarani aos guaranis, com Jédson Cerezer. (Acervo pessoal)



